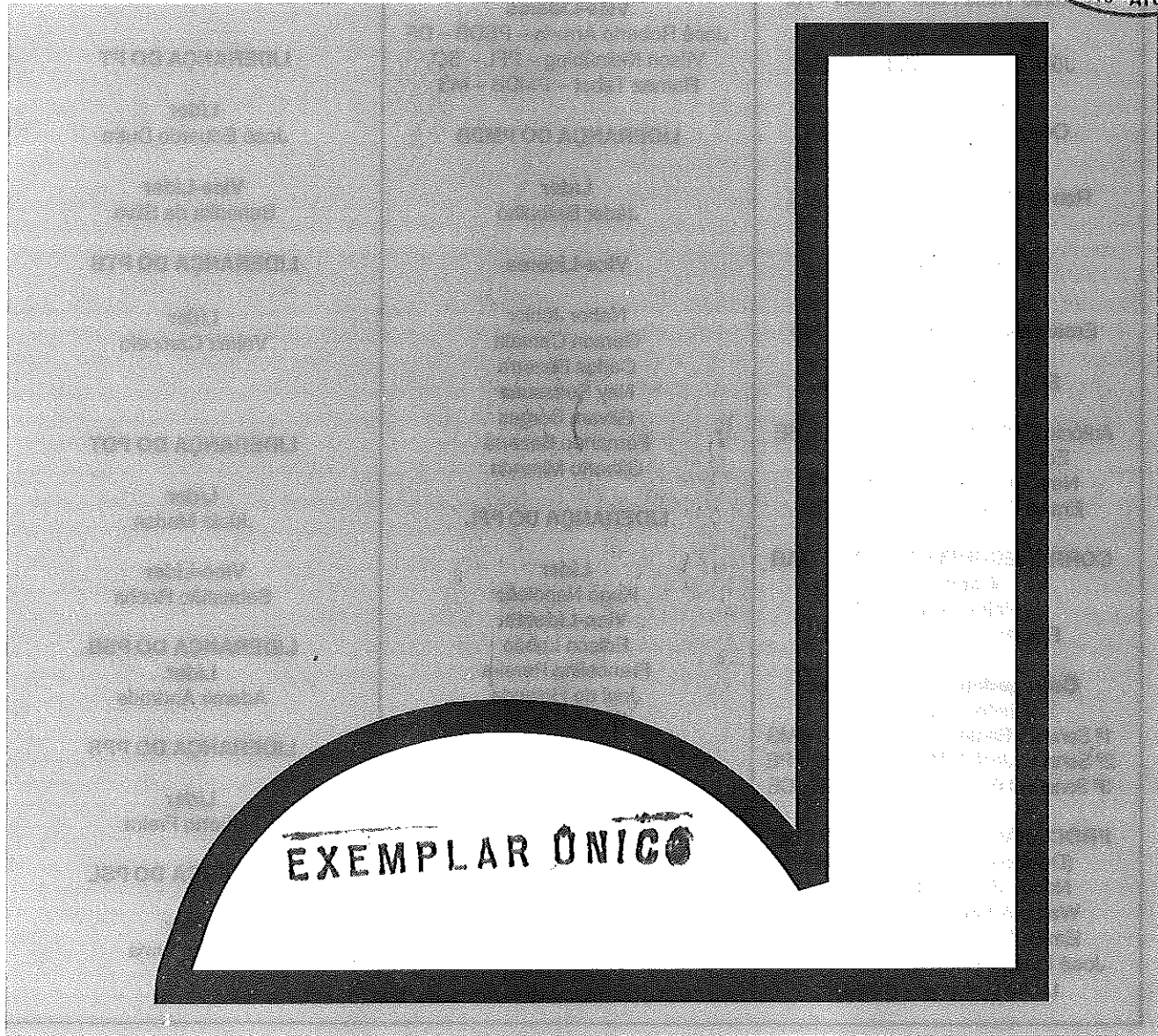


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LI - N° 192

QUARTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 1996

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

<p>MESA Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Emandes Amorim – PMDB – RO</p> <p>Suplentes de Secretário Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emília Fernandes – PTB – RS</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Ornelas – PFL – BA Emília Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marise</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSL</p> <p>Líder Romeu Tuma</p>
---	---	---

EXPEDIENTE		
<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – RESOLUÇÕES

- Nº 75, de 1996, que altera o art. 2º, alínea g da Resolução nº 52, de 1996, do Senado Federal. 17000
- Nº 76, de 1996, que autoriza o Estado de Santa Catarina a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina – LFTSC, cujos recursos serão destinados à liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como os complementos da primeira à sexta parcelas. 17000

2 – ATA DA 169ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 15 DE OUTUBRO DE 1996

- 2.1 – ABERTURA
- 2.2 – EXPEDIENTE
- 2.2.1 – Parecer

Referente ao Ofício "S" nº 54, de 1995 (nº 139-P/MC/95, na origem), do Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Presidente do Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão prolatado na Ação Originária nº 284-2/320/SC, bem assim sobre os Ofícios nºs 55 e 58, de 1995, 15, 16 e 20, de 1996, ao primeiro anexados por conexão de matérias. (Projeto de Resolução nº 98, de 1996).... 17001

2.2.2 – Comunicação da Presidência

Abertura de inscrições para os oradores do expediente da sessão destinadas a homenagear o 50º aniversário da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI e os 3000 anos da cidade de Jerusalém. 17003

2.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR VALMIR CAMPELO – Dia do Professor. 17003

SENADOR FLAVIANO MELO – Parabenzando o Tribunal Superior Eleitoral pela iniciativa do voto eletrônico. Refutando denúncias contra o PMDB durante o processo eleitoral no Estado do Acre. 17003

SENADORA SANDRA GUIDI – Reflexão sobre a educação no Brasil, a propósito do Dia do Professor. 17003

SENADOR NEY SUASSUNA – Homenagens ao Dia do Professor. Considerações sobre a educação no Brasil. 17007

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA, como Líder – Críticas ao governo federal pela elaboração de medidas sem prévia consulta ao Congresso Nacional. Contrário à venda de estatais para abater dívida pública. 17011

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Referências ao pronunciamento do Senador Ney Suassuna. Reflexões acerca de pesquisa publicada no *Jornal do Brasil* de hoje, realizada pelo Instituto Gerp, na qual 50% dos entrevistados apontaram a péssima remuneração dos professores como fator determinante da baixa qualidade do ensino público. Nova penalização imposta à região Norte pelos poucos recursos destinados aquela região no Orçamento da União para 1997. Questionando os critérios do governo federal na distribuição dos recursos entre as diversas regiões..... 17013

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Análise do processo de reconstrução dos partidos políticos por meio da opinião pública. Considerações a respeito do artigo, de sua autoria, intitulado "O PMDB morreu. Viva o PMDB", publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, na semana passada. 17015

SENADORA EMÍLIA FERNANDES – Congratulando-se com as Sras. e Srs. Senadores que se manifestaram e se manifestarão sobre a situação da educação no Brasil e a necessidade de valorização do professor. 17016

SENADOR EDISON LOBÃO, como Líder – Regozijo com os dados do estudo "Agregados Econômicos Regionais – Produto Interno, Formação de Capital e Consumo de Governo", com um panorama da economia da região e a avaliação do crescimento do Nordeste de 1965 a 1995. 17019

2.2.4 – Aviso do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Nº 1.009/96, de 22 de agosto de 1996, referente ao Requerimento nº 95, de 1996, de informações, do Senador Eduardo Suplicy, informando a impossibilidade de prestar as informações requeridas pelos motivos já expostos no Aviso nº 795/96, de 3 de julho do corrente, e reforçados pelo pronunciamento da Advocacia-Geral da União, consubstanciado na Nota nº AGU/L.S-1/96. 17020

2.2.5 – Aviso do Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Nº 123/96, de 22 de agosto de 1996, referente ao Requerimento nº 97, de 1996, de informações, do Senador Eduardo Suplicy, informando a impossibilidade de prestar as informações requeridas pelos motivos já expostos no Aviso nº 114/96, de 11 de julho do corrente, e reforçados pelo pronunciamento da Advocacia-Geral da União, consubstanciado na Nota nº AGU/LS-1/96. 17020

2.2.6 – Questão de ordem

Suscitada pelo Senador Eduardo Suplicy e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pela Presidência, no sentido de serem reiterados aos Ministros acima mencionados requerimentos de sua autoria, por questionar o alegado sigilo das informações solicitadas. 17021

2.2.7 – Requerimentos

Nº 972, de 1996, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, solicitando que seja dispensado o parecer da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), cujo prazo para seu proferimento se encontra esgotado, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1996, de sua autoria, que dispõe sobre a inclusão de códigos de identificação tátil entre as características gerais das cédulas colocadas em circulação pelo Banco Central do Brasil. 17021

Nº 973, de 1996, de autoria do Senador Coutinho Jorge, solicitando que a realização da homenagem especial comemorativa aos três mil anos da cidade de Jerusalém, prevista no Requerimento nº 872, de 1996, seja transferida para o período destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão ordinária do Senado Federal do dia 28 de novembro próximo. 17022

Nº 974, de 1996, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Ministro de Estado da Aeronáutica, cópia dos contratos do Projeto Sivam, assinados entre as competentes autoridades brasileiras e o consórcio Raytheon Company. 17022

2.2.8 – Ofício

Nº 33/96, de 10 de outubro de 1996, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando que aquela Comissão concluiu pela **aprovação** do Ofício "S" nº 54, de 1995, na forma do projeto de resolução que apresenta; pelo arquivamento dos Ofícios nºs 55 e 58/95, 16 e 20/96; e pelo desapensamento do Ofício "S" nº 54/95, cujo parecer foi lido anteriormente. 17022

2.2.9 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da com-

posição da Casa, para que o Projeto de Resolução nº 98, de 1996, originário do Ofício "S" nº 54, de 1995 (**que tramita em conjunto com os Ofícios "S" nº 55 e 58, de 1995, e 16 e 20, de 1996**), cujo parecer foi lido anteriormente, seja submetido a plenário. 17022

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.521, em 9 de outubro de 1996 e publicada no dia 10 do mesmo mês e ano, que dispensa a comprovação de regularidade do recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) para fins de financiamento ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRO-NAF e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 17022

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.515-2, em 10 de outubro de 1996 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que altera o limite de dedução de que trata o § 2º do art. 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 17023

2.2.10 – Apreciação de matérias

Requerimentos nºs 969 e 970, de 1996, lidos em sessão anterior. **Aprovados.** 17023

2.3 – ORDEM DO DIA

Ofício nº S/81, de 1996, através do qual o Banco Central encaminha solicitação da Prefeitura Municipal de São Paulo referente a pedido de rerratificação da Resolução nº 52, de 1996, que autorizou aquela prefeitura a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, cujos os recursos serão destinados ao Programa de Urbanização e Verticalização de Favelas – PROVER/CINGAPURA; e autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia referente à mesma operação. **Aprovado**, após parecer de plenário favorável, nos termos do Projeto de Resolução nº 99, de 1996, tendo usado da palavra os Srs. José Eduardo Dutra e Osmar Dias, a Sra. Júnia Marise e os Srs. Lauro Campos, Pedro Simon e Gilberto Miranda. À Comissão Diretora para redação final. 17024

Redação final do Projeto de Resolução nº 99, de 1996. **Aprovada.** À promulgação. 17029

Ofício nº S/89, de 1996, através do qual o Banco Central encaminha solicitação do Governo do Estado de Santa Catarina relativa à emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado –

LFTSC, cujos recursos serão destinados à liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira à sexta parcelas. Aprovado , com emendas, após pareceres de plenário favoráveis, nos termos do Projeto de Resolução nº 100, de 1996, tendo usado da palavra os Srs. Eduardo Suplicy e Nabor Júnior. À Comissão Diretora para redação final. 17030	do poder econômico nas eleições do Estado do Acre. 17040
Redação final do Projeto de Resolução nº 100, de 1996. Aprovada . À promulgação. 17035	SENADOR <i>COUTINHO JORGE</i> – Importância da reunião anual do Parlatino, a realizar-se em Cuba, no próximo dia 17 de outubro. 17041
Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 63, de 1995, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que institui duas coleções, a serem editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas, uma sobre a história constitucional do País e outra sobre os grandes vultos que honraram o Senado. Discussão encerrada , após usarem da palavra os Srs. Pedro Simon e Lúcio Alcântara, voltando às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora, em virtude do recebimento de emendas nesta oportunidade. 17036	2.3.3 – Discursos encaminhados à publicação
2.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia	SENADOR <i>ROBERTO FREIRE</i> – Homenagem prestada pela Universidade de São Paulo ao geógrafo e professor Milton Santos. 17042
Requerimento nº 973, de 1996, lido no expediente da presente sessão. Aprovado 17038	SENADOR <i>JONAS PINHEIRO</i> – Registrando a passagem, no último dia 12, do "Dia do Engenheiro Agrônomo". 17043
Proposta de indicação dos Senadores José Sarney, Antonio Carlos Magalhães e Hugo Napoleão para representar o Senado no 27º Jantar Anual da Entrega do Prêmio Personalidade do Ano, promovido pela Câmara de Comércio Brasil – Estados Unidos, a realizar-se em Nova York, no próximo dia 24 de outubro, sem ônus para o Senado Federal. Aprovada 17038	SENADOR <i>LÚCIO ALCÂNTARA</i> – Auto-regulamentação da censura entre as emissoras de televisão. Influência da televisão na formação do cidadão. 17044
2.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia	SENADOR <i>JÚLIO CAMPOS</i> – Defendendo alterações no Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1996, que institui a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira – CPMF, e dá outras providências, em tramitação no Senado Federal. 17045
SENADOR <i>JOSÉ ROBERTO ARRUDA</i> – Importância da pauta da sessão do Congresso Nacional convocada para hoje, às 19 horas. 17038	SENADOR <i>MAURO MIRANDA</i> – Apelo aos Ministros da Fazenda e da Educação em prol da continuidade da execução do Programa Nacional de Crédito Educativo, que está passando por uma fase de grandes dificuldades. 17046
SENADORA <i>JUNIA MARISE</i> , como Líder – Homenagens aos professores. Críticas ao "pacote de reformas administrativas", constante de medidas provisórias adotadas pelo governo federal no último dia 11. Cobrando promessa de campanha do Presidente Fernando Henrique Cardoso, referente à valorização do professor. 17039	SENADORA <i>BENEDITA DA SILVA</i> – Transcurso do "Dia do Professor". Problema da educação no Brasil. 17048
SENADORA <i>MARINA SILVA</i> – Transcurso do "Dia do Professor". Referências ao pronunciamento do Senador Flaviano Melo. Reiterando denúncias de irregularidades e de abuso	2.4 – ENCERRAMENTO
	3 – RETIFICAÇÃO
	Ata da 168ª Sessão não Deliberativa, realizada em 14-10-96, e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente. 17051
	4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL
	Nºs 1.185 a 1.202, de 1996 17051
	5 – MESA DIRETORA
	6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
	7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
	8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS
	9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
	10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
	11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte
RESOLUÇÃO Nº 75, DE 1996

Altera o art. 2º, alínea g da Resolução nº 52, de 1996, do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 2º, alínea g, da Resolução nº 52, de 1996, do Senado Federal, passa a ter a seguinte redação:

*Art. 2º

g) condições de pagamento:

– *do principal* – o empréstimo deverá ser amortizado pelo mutuário mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais. A primeira prestação deverá ser paga na primeira data em que deva ser efetuado o pagamento de juros, uma vez transcorridos seis meses contados a partir da data prevista para o desembolso final do empréstimo, conforme estabelecido na cláusula 3.04 do contrato, e a última o mais tardar no dia 11 de julho de 2021.

– *do juros* – semestralmente vencidos, em 11 de janeiro e 11 de julho de cada ano, a partir de 11 de janeiro de 1997.*

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de outubro de 1996. –

Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 76, DE 1996

Autoriza o Estado de Santa Catarina a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina - LFTSC, cujos recursos serão destinados à liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira à sexta parcelas.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Santa Catarina autorizado a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina - LFTSC, cujos recursos serão destinados à liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira à sexta parcelas.

Art. 2º A emissão de títulos referida no artigo anterior será realizada com as seguintes características e condições financeiras:

a) *quantidade*: 552.152 Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina - LFTSC;

b) *modalidade*: nominativa-transferível;

c) *rendimento*: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, criadas pelo Decreto-lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;

d) *prazo*: até cinco anos;

e) *valor nominal*: R\$1.000,00 (um mil reais) (CETIP);

f) previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

Data-base	Vencimento	Quantidade	Tipo
31-5-96	1º-8-1998	52.152	P
31-5-96	1º-8-1999	100.000	P
31-5-96	1º-8-2000	150.000	P
31-5-96	1º-5-2001	250.000	P
Total		552.125	

g) forma de colocação: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

h) autorização legislativa: Lei nº 10.168, de 11 de julho de 1996.

§ 1º A emissão dos títulos correspondentes aos precatórios judiciais não transitados em julgado fica condicionada à comprovação da decisão judicial final, junto ao Banco Central do Brasil, que autorizará o respectivo registro na Central de Custódia de Títulos Privados CETIP, e instituirá controle das informações prestadas pelo Governo do Estado, encaminhando-as ao Senado Federal, somente para conhecimento.

§ 2º As emissões autorizadas por esta Resolução somente serão registradas e colocadas no mercado de títulos no exato montante das despesas com o pagamento dos débitos judiciais apurados em sentenças transitadas em julgado, previamente apresentadas ao Banco Central do Brasil, observando-se ainda o disposto no art. 33, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no art. 16, § 4º, da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal.

§ 3º As emissões autorizadas por esta Resolução referentes aos complementos serão efetivadas no exato montante das despesas com o pagamento dos débitos judiciais apurados em sentenças transitadas em julgado, observando-se ainda o disposto no art. 16, § 4º, da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias contado a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de outubro de 1996

Senador José Sarney

Presidente do Senado Federal

Ata da 169ª Sessão Não Deliberativa em 15 de janeiro de 1996

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 50ª LEGISLATURA

Presidência dos Srs.: José Sarney, Renan Calheiros, Levy Dias

Emandes Amorim, Lauro Campos e Valmir Campelo.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRs. SENADORES:

Antônio Carlos Magalhães - Antônio Carlos Valadares - Bello Parga - Benedita da Silva - Beni Veras - Bernardo Cabral - Carlos Bezerra - Carlos Patrocínio - Carlos Wilson - Coutinho Jorge - Edison Lobão - Eduardo Suplicy - Élcio Alvares - Emília Fernandes - Emandes Amorim - Flaviano Melo - Francellino Pereira - Freitas Neto - Gerson Camata - Gilberto Miranda - Gilvan Borges - Guilherme Palmeira - Henrique Loyola - Hugo Napoleão - Humberto Lucena - Íris Rezende - Jader Barbalho - Jefferson Peres - João Rocha - Jonas Pinheiro - Josaphat Marinho - José Agripino - José Bonifácio - José Eduardo - José Eduardo Dutra - José Fogaça - José Ignácio Ferreira - José Roberto Arruda - José Sarney - Júlio Campos - Júnia Marise - Lauro Campos - Levy Dias - Lucídio Portella - Lúcio Alcântara - Lúdio Coelho - Marina Silva - Marluce Pinto - Mauro Miranda - Nabor Júnior - Ney Suassuna - Odacir Soares - Onofre Quinan - Osmar Dias - Pedro Simon - Ramez Tebet - Regina Assumpção - Renan Calheiros - Roberto Freire - Roberto Requião - Romero Jucá - Romeu Tuma - Sandra Guidi - Sebastião Rocha - Sérgio Machado - Silva Júnior - Teotônio Vilela Filho - Valmir Campelo - Waldeck Ornelas

O SR. PRESIDENTE (Emandes Amorim) - A lista de presença acusa o comparecimento de 69 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Gilberto Miranda, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECER

PARECER Nº 543, DE 1996

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 54, de 1995 (nº 139-P/MC/95, na origem), do Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Presi-

dente do Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão prolatado na Ação Originária nº 284-2/320/SC, bem assim sobre os Ofícios nºs 55 e 58/95, 15, 16 e 20/96, ao primeiro anexados por conexão de matérias.

Relator: Senador Bernardo Cabral

I - Relatório

Através do Ofício "S" nº 54, de 1995 (Of. nº 139-P/MC, de 26-9-95, na origem), o Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal enviou ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia das notas taquigráficas e do acórdão prolatado pela Excelsa Corte nos autos da Ação Originária nº 284-2, do Estado de Santa Catarina, que, dando provimento à apelação para reformar a sentença de primeiro grau e, em consequência, julgar improcedente a ação ordinária promovida, declarou, incidentalmente, a inconstitucionalidade dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 12 de junho de 1986; do art. 2º da Lei nº 7.588, de 26 de maio de 1989; e do art. 10 da Lei nº 7.802, de 21 de novembro de 1989, todos diplomas legais do Estado em referência.

De acordo com o relatório do Senhor Ministro Ilmar Galvão - Relator da apelação (fls. 4 e 5), trata-se de arguição de inconstitucionalidade de disposições de leis do Estado de Santa Catarina, com fundamento nas quais sentença de primeiro grau reconheceu a servidores estaduais o direito a terem seus vencimentos e salários reajustados de acordo com escala móvel ali estabelecida. Alegou o Estado de Santa Catarina, recorrente, haverem tais dispositivos legais vinculado os vencimentos de servidores estaduais a índices intituídos por lei federal e à arrecadação de tributos; não ter sido observado, na elaboração das normas, o princípio da iniciativa do Chefe do Poder Executivo; e, mais, ausência de previsão orçamentária.

No Tribunal catarinense, foi suscitado incidente de inconstitucionalidade perante o Órgão Especial, acrescentando-se outros aos dispositivos legais vi-

ciados já alegados. O referido Órgão Especial, em face do impedimento de mais da metade dos membros da Corte, remeteu os autos à decisão do Supremo Tribunal Federal.

Naquela Corte Suprema, opinou o Ministério Público no sentido da declaração de inconstitucionalidade da legislação apontada.

O Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária do dia 2 de agosto de 1995, por unanimidade de votos, conheceu, em parte, da inconstitucionalidade argüida, declarando, por maioria de votos, inconstitucionais os dispositivos apontados na apelação, anteriormente referidos.

O acórdão foi publicado em 25 de agosto de 1995 e, juntamente com as notas taquigráficas do julgamento, encaminhando ao Senado Federal por ofício de 26 de setembro do mesmo ano, vindo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação, de acordo com o art. 101, III, do Regimento Interno desta Casa Parlamentar.

Nesta Comissão, em virtude de requerimento formulado com base no art. 258 do Regimento Interno, foram anexados, para tramitação conjunta em razão de matéria coincidente, os Ofícios "S" nºs 55/95, 58/95, 15/96, 16/96 e 20/96, relativos, respectivamente, às Ações Originárias nºs 303-2/320, 294-0/320, 324-5/320, 317-2/320 e 296-6/320, todas do Estado de Santa Catarina.

Do cotejo dos aludidos processos legislativos, restou constatado que o Ofício "S" nº 15/96 contém matéria estranha aos demais, razão pela qual necessário se faz o seu desentranhamento, trazendo-se à deliberação os demais procedimentos, todos com idênticos conteúdos.

É o relatório.

II – Voto

Nos precisos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, compete privativamente, ao Senado Federal "suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal".

Trata-se, no presente caso, de dispositivos das Leis nº 6.747/86, 7.588/89 e 7.802/89, do Estado de Santa Catarina, declarados inconstitucionais, incidentalmente, por decisão da Suprema Corte, tomada por maioria de votos, transitada em julgado, estando observado o preceito contido no art. 97 da Lei Maior.

A comunicação do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal se fez acompanhar de cópia do acórdão, com relatório e votos, e do registro taquigráfico do julgamento. O parecer da Procurado-

ria-Geral da República se encontra a fls. 14/18 do presente processo legislativo. Para complementar as exigências contidas no art. 387 do Regimento Interno do Senado Federal, foi anexada cópia do texto do diploma legal declarado inconstitucional, cuja execução se pretende suspender.

Ante o exposto, observadas as normas constitucionais e regimentais pertinentes à matéria, atendendo, mais, à conveniência e oportunidade, impõe-se que se formule projeto de resolução, em obediência ao art. 388 do Regimento Interno do Senado Federal.

Conseqüentemente restam prejudicados os Ofícios "S" nºs 55/95, 58/95, 16/96 e 20/96, ao Of. "S" nº 54, de 1995, anexos em virtude de tratarem de idêntica matéria, devendo, assim, serem arquivados.

Quanto ao Ofício "S" nº 15/96, por conter matéria estranha àquela que, pelo presente procedimento, se pretende suspender, impõe-se o seu desentranhamento, para tramitação em separado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 98, DE 1996

Suspende a execução dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 12 de junho de 1986; do art. 2º da Lei nº 7.588, de 26 de maio de 1989, bem assim do art. 10 da Lei nº 7.802, de 21 de novembro de 1989, todas do Estado de Santa Catarina.

O Senado Federal, considerando a declaração de inconstitucionalidade de dispositivos de diplomas legais constantes de decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Originária nº 284-2/Santa Catarina, resolve:

Art. 1º É suspensa a execução dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 12 de junho de 1986, bem assim do art. 2º da Lei nº 7.588, de 26 de maio de 1989, e, mais, o art. 10 da Lei nº 7.802, de 21 de novembro de 1989.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 1996. –
Iris Rezende, Presidente – **Bernardo Cabral**, Relator – **Beni Veras** – **Gilberto Miranda** – **José Fogaça** – **Elcio Alvares** – **Ramez Tebet** – **Romeu Tuma** – **Jefferson Péres** – **Antonio Carlos Valadares** – **Regina Assumpção** – **José Eduardo Dutra** – **Josaphat Marinho**.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente das sessões ordinárias dos próximos dias 30 e 31 será destinada a homenagear o 50º aniversário da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria-CNTI e os 3.000 anos da cidade de Jerusalém, de acordo, respectivamente, com os Requerimentos nºs 947 e 872, de 1996, aprovados nos dias 8 do corrente e 29 de agosto último.

As inscrições já se encontram abertas.

Passa-se à lista de oradores.

O SR. VALMIR CAMPELO - Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo, como Líder, na forma regimental.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB - DF. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o calendário cívico nacional registra hoje uma data muito importante: o Dia do Professor. O dia 15 de outubro é consagrado a esse profissional de importância máxima no contexto da educação e nos esforços de superação do subdesenvolvimento.

Ao cumprimentar os professores no dia em que lhes são prestadas merecidas homenagens, não posso, no entanto, deixar de ressaltar que se trata de uma de nossas mais sacrificadas categorias profissionais. Sem qualquer sombra de dúvida, os professores são hoje uma das categorias mais mal remuneradas do País, em que pese a importância fundamental do seu trabalho.

Os reflexos dessa situação são desastrosos. A baixíssima remuneração dos nossos professores vem provocando um verdadeiro êxodo desses profissionais, a ponto de, nos dias de hoje, o magistério figurar como última opção de emprego entre os jovens de escolaridade superior.

Exercendo uma atividade que requer permanente aperfeiçoamento, o professor brasileiro não tem acesso a cursos de reciclagem, não pode participar de eventos culturais que possam ampliar seus conhecimentos, não pode nem mesmo comprar um livro de vez em quando. Na verdade, o salário da maioria dos professores brasileiros é insuficiente para suprir as suas necessidades mais elementares de moradia, alimentação, vestuário e transporte. É triste dizer isto, mas a situação do professor brasileiro é uma autêntica vergonha nacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no Dia do Professor, quero solidarizar-me integralmente

com essa heróica e dedicada classe de trabalhadores brasileiros que, apesar de tudo, ou apesar de nada, lutam diuturnamente nas salas de aula deste País, convivendo com toda sorte de dificuldades e sacrifícios. O magistério no Brasil, não há como negar, é muito mais um ato de abnegação e diletantismo do que propriamente uma profissão.

Que bom seria, Sr. Presidente, se no próximo ano pudessemos comemorar o Dia do Professor com um piso salarial de pelo menos R\$1.500 para a categoria. Sou um sonhador idealista e um otimista incorrigível, Sr^{as} e Srs. Senadores. Mantenho acesa com todo o vigor a chama de uma profunda confiança neste Brasil de tantas desigualdades.

Ao prestar minhas homenagens pessoais e as homenagens do meu Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, aos professores brasileiros, quero reafirmar o meu compromisso de lutar incansavelmente pelo bem-estar da categoria, notadamente em defesa de um salário digno para todos os que atuam no magistério em nosso País. Minhas homenagens ao professor brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernandes Amorim) - Concedo a palavra ao nobre Senador Flaviano Melo. S. Ex^a dispõe de 10 minutos.

O SR. FLAVIANO MELO (PMDB - AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nunca subi à tribuna para comentar as eleições municipais ou estadual do meu Estado, o Acre. Entretanto, passadas as eleições de 03 de outubro, várias críticas e denúncias foram lançadas contra o PMDB no meu Estado. Como Presidente estadual do Partido, gostaria de, a bem da verdade, trazer algumas informações a esta Casa.

Inicialmente, quero parabenizar a feliz idéia do TSE em implantar o voto eletrônico. A primeira vez que ouvi falar destas máquinas eletrônicas foi em uma conversa que tive com o Ministro Ilmar Galvão, que era um entusiasta das mesmas. No primeiro momento, fiquei cético, porque imaginava que uma novidade dessa natureza iria dificultar os eleitores, principalmente os analfabetos.

Entretanto, o testemunho que trago da Capital do meu Estado, o Acre, é que nunca houve um comparecimento tão grande e uma quantidade de votos brancos e nulos tão pequena como nessas eleições municipais. Inclusive trago uma estatística do TSE tirada via Internet com os seguintes dados: em Rio Branco, para prefeito, houve 0,87% de votos brancos e 5,27% de votos nulos; além disso, o eleitor

também votou direitinho para vereador, com 2,6% de votos brancos e 6,84% de votos nulos.

Realmente está de parabéns o TSE por ter instituído o voto eletrônico em nossas capitais. Acredito, inclusive, que o Acre, por ser um Estado pequeno, com poucos municípios, e pela quantidade de máquinas já existentes na Capital, com um pouco mais poderá se cobrir todo o Estado, o que gostaria que acontecesse nas eleições de 98. Como a Capital possui 50% dos eleitores, pode-se perfeitamente transformar cada duas seções em uma, tal a rapidez com que o eleitor votou no dia 03 de outubro.

Antes de comentar as eleições do nosso Estado, gostaria de fazer um pequeno histórico da sucessão política no Acre a partir do momento em que se começou a implantar a democracia neste País.

Em 1983, o PMDB ganhou as eleições para governador; em 1986, o PMDB, novamente, ganhou as eleições; em 1990, ganhou o hoje PPB; em 1994, ganhou o PPB. Houve alternância no poder, o que é típico da democracia. Se analisarmos as eleições para prefeito em nossa capital, veremos que o PMDB ganhou em 1985; em 1988, ganhou o PPB; em 1982, ganhou o PT, e, em 1996, o PMDB volta ao poder. É, também, um exemplo típico de que o povo acha salutar a alternância no poder.

Entrando especificamente nas eleições de 03 de outubro, primeiramente, quero tratar dos candidatos. Os partidos pequenos lançaram candidatos próprios como o PSDB e o PL, que são pequenos no Acre, e outros partidos, com maior expressão, lançaram nomes conhecidos no Estado. O PCdoB lançou o seu Deputado Estadual, o PTB lançou um Deputado Federal e o PT importou do PCdoB um vereador eleito em 1992 pela coligação da Frente Popular e que tem a história de uma traição amplamente divulgada pelo PCdoB durante a campanha eleitoral. O PMDB, entendendo a importância daquela eleição, lançou como candidatos a prefeito e vice-prefeito os únicos Deputados Federais que o Partido tinha: o primeiro e o segundo mais votados na capital, onde juntos, na eleição proporcional de 1994, tiveram em tomo de 18% dos votos na legenda de Deputado Federal.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o que aconteceu no Acre foi a vitória da simplicidade e da humildade contra a prepotência e a arrogância. Chamavam até os candidatos do PMDB a prefeito e vice de dupla caipira. Mas foi a dupla caipira, trabalhando diuturnamente, que conseguiu ganhar a eleição, contrariando a tendência do eleitorado brasileiro de que os prefeitos bem colocados nas pesquisas esta-

vam elegendo seus sucessores ou colocando no segundo turno, no mínimo, em primeiro lugar.

Depois da campanha, o PMDB foi muito detratado nesta Casa e em alguns jornais do Sul do País. A teoria e a prática do PT foram completamente diferentes. Apesar de não estar acusando ninguém, quero citar alguns exemplos no mínimo intrigantes. A três meses da eleição, o Prefeito de Rio Branco inaugurou um terminal rodoviário, um ponto final de ônibus no centro da cidade. Nesse momento surgiram em Rio Branco imensos **outdoors**, que a população nunca tinha visto daquele tipo, com a propaganda da inauguração do terminal. É um direito do prefeito divulgar as suas obras, mas, se ele criticava o uso abusivo de recursos públicos em propaganda, é pelo menos estranho.

Para minha surpresa, passada a inauguração e iniciado o processo eleitoral, esses **outdoors** transformaram-se em locais de propaganda do candidato a prefeito do PT junto com o atual prefeito. Esses **outdoors** ainda continuam lá para quem quiser ver.

Vejam bem, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, mais surpreso fiquei, quando soube que a propaganda institucional da Prefeitura Municipal de Rio Branco era paga pelo Sindicato dos Transportadores Coletivos, ou seja, pelo Sindicato das Empresas de Ônibus, que tem uma concessão pública. Não sei se isso é legal, mas achei estranho e nunca tinha visto isso, pelo menos no meu Estado.

Mais um dado a respeito dessa questão de transporte coletivo: em dois anos, de setembro de 1994 a setembro de 1996, as passagens de ônibus subiram 361%. Tenho aqui um histórico que me foi passado pela Bancada do PMDB na Câmara Municipal de Rio Branco, mostrando a evolução do preço dessas passagens. Houve um aumento de 361% em dois anos de Plano Real, enquanto a inflação, com certeza, não atingiu esse patamar.

Nessas eleições, faço questão de frisar, o PT tinha notoriamente a seu favor, a maioria dos órgãos de imprensa locais.

Gostaria ainda de alertar a Casa e o Governo Federal para a necessidade de as emendas aprovadas pelo PMDB, pela Bancada do Estado do Acre, para a prefeitura de Rio Banco, serem muito bem fiscalizadas, porque destinavam verbas para obras completas. E o que vemos é uma distribuição de obras, um pouco aqui e um pouco lá, que em nada servem, que muitas vezes não atendem direito à população. O maior exemplo disso é que o voto do PMDB foi o voto da periferia, bairros que não têm a devida assistência do Poder Público.

E vejam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a maioria dos correspondentes de jornais do Sul do País são ligados ao PT. Tanto é que, depois da eleição, os resultados divulgados pela apuração paralela do PT, que foi competente porque não deu o resultado da nossa vitória mais cedo, divulgaram a vitória do candidato do PT em seus jornais.

E mais ainda, neste fim de semana, encontrei um funcionário do Senador José Bianco que, no voo de Porto Velho para Brasília, com escala em Rio Branco, viu muitos estrangeiros entrarem no avião. Achou interessante que isso ocorresse dois ou três dias depois das eleições e procurou saber o que acontecia: disse que eram vários correspondentes de jornais estrangeiros que estavam no Acre para fazer a divulgação da vitória do PT.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante essas eleições, aconteceu um fato que considero de fundamental importância para a vitória do PMDB no Acre: no momento em que o Ibope, em torno do dia 20 de setembro, divulgou o resultado de uma pesquisa colocando o PMDB atrás por 9 pontos, o PMDB, que lá estava coligado com o PDT, foi para a rua, mostrou a sua cara, trabalhou, e o PT, nos dias 23 e 24, simplesmente parou a sua campanha. E o PMDB continuou na luta. Continuou a sua campanha. Os nossos adversários esqueceram que havia ainda 15% de indecisos; votos que, nesses últimos sete a oito dias da divulgação da pesquisa do Ibope, o PMDB conquistou e, com isto, alcançou a vitória. Essa foi, sem dúvida, a maior surpresa dentre as capitais do País.

Quero ainda falar um pouco das críticas feitas ao PMDB. Disseram que o PMDB estava aliado ao Governador do Estado, o qual muito criticamos aqui. Em nenhum momento, em nenhum programa eleitoral, o PT criticou o Governo do Estado do Acre, enquanto que os programas do PMDB, todos eles, tinham uma crítica direta ao Governo do Estado, porque criticávamos a falta de água na cidade de Rio Branco. Inclusive a nossa maior proposta era a municipalização do serviço de água, para restabelecer o abastecimento da cidade. Evidentemente era uma crítica clara ao Governador do Estado. Culpávamos também o PT por não ter assumido a sua responsabilidade, prevista na Constituição.

A nossa maior proposta era municipalizar o serviço de água em Rio Branco, porque é realmente um caos uma cidade que tem hoje mais de 200 mil habitantes, com problemas seríssimos de abastecimento de água.

A Senadora Marina Silva comentou que o PMDB teria pago a um grupo de pessoas para trabalhar na eleição. "Ouvi dizer", dizia ela; eu também ouvi dizer muitas coisas, como a de que vários taxistas, várias pessoas, disseram também terem recebido dinheiro do PT para participar de uma carreata daquele partido.

Agora, uma coisa concreta eu tenho aqui: todos os secretários municipais, todos os ocupantes de cargo DAS da Prefeitura passavam o dia na rua, fazendo campanha. Pudemos observar isso nos noticiários das televisões locais, porque Rio Branco é uma cidade pequena e todos são conhecidos. Seria mais ético renunciarem a seus cargos e depois participarem da campanha.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de repetir que o que aconteceu no Acre foi a vitória da simplicidade, da humildade contra a arrogância e a prepotência.

Vejam só que, em 1992, a aliança que levou o PT à Prefeitura de Rio Branco era composta pelo PT, PCdoB, PSDB, PDT, PSTU, PV. Nas últimas eleições, o PCdoB apresentou candidato próprio; o PSDB também teve candidatura própria; o PDT coligou-se com o PMDB, e o PSTU saiu também da coligação. Então vejam que alguma coisa aconteceu durante essa administração.

Não estou acusando ninguém; estou aqui mostrando a realidade dos fatos sob o meu prisma, sob meu ângulo de visão das eleições de Rio Branco.

Quero dizer, como Presidente do PMDB no Estado do Acre, que o Fundo Partidário que o PMDB recebeu durante o ano de 1996 foi uma das coisas mais importantes para fazermos essa campanha. Gostaria muito que isso se ampliasse, porque essa é a forma que considero legal para se enfrentarem os problemas relativos à parte financeira de uma campanha. O PMDB do Acre recebeu, nos últimos repasses, em torno de R\$110 mil com o que conseguimos tocar a campanha política em todo o Estado. Ganhamos na capital, depois de virarmos o prognóstico a 10 dias das eleições; ganhamos no segundo maior colégio eleitoral; elegemos 8 Prefeitos no interior, de 21 candidatos a Prefeituras. Hoje, o PMDB vai administrar no Acre 70% da sua população no âmbito municipal. Acho que foi um desempenho excepcional, porque não tínhamos nem 10% da população sob a administração do PMDB. É bom que se diga: o PMDB era Oposição à Prefeitura da capital e ao Governo do Estado, era Oposição à maioria dos Prefeitos do interior, porque apenas 10% da população era administrada por nós.

Isso é uma prova de que o PMDB tem sua militância, que o PMDB, no Acre, é um Partido aguerrido e, dessa forma, se fortalece novamente para os próximos embates políticos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Flaviano Melo, o Sr. Ernandes Amorim, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra à nobre Senadora Sandra Guidi. S. Exª dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. SANDRA GUIDI (PPB - SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, "se eu não fosse Imperador" – disse certa vez D. Pedro II – "desejaria ser professor. Não conheço missão maior e mais nobre que a de dirigir as inteligências juvenis e preparar os homens do futuro".

O Imperador não estava brincando. Nas horas vagas, tinha enorme satisfação de assistir às aulas do Colégio Pedro II para acompanhar de perto o progresso dos alunos que ali estudavam.

Conta-se que certa vez, em visita a São Paulo, ele manifestou o desejo de visitar a Faculdade de Direito do Largo do São Francisco. Avisados, os professores empenharam-se em preparar lições brilhantes. Leram obras atualizadas, ensaiaram a exposição em casa, buscaram situações novas e exemplos criativos. No dia aprazado, lá estava o Imperador. Sentado no fundo, como um aluno qualquer. A aula – desnecessário dizer – mereceu o aplauso dos alunos e, claro, do ilustre visitante.

Um estudante, encantado com o alto nível da exposição, foi cumprimentar o professor. Entre elogios e reverências, pediu-lhe que mantivesse, dali por diante, o mesmo nível de ensinamentos. "Essa aula", respondeu-lhe o mestre, "foi aula de imperador".

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, brincadeira à parte, o exemplo de D. Pedro II conduz a uma reflexão obrigatória. Se, durante os 107 anos da República, tivesse sido mantido o entusiasmo do imperador pela educação, nossa história teria sido outra. Não estaríamos amargando a realidade que nos constrange, envergonha e condena.

Hoje, Sr. Presidente, no limiar de novo milênio, 20 milhões de brasileiros estão marginalizados pelo analfabetismo. Dos alunos que ingressam na escola, só 60% terminam a quarta série e 50%, a oitava. Destes, 70% repetem pelo menos um ano, consumindo 59,8% do investido em matrículas.

A repetência alia-se a dois outros grandes inimigos: a evasão escolar e a baixa qualidade do ensino. Como resultado, o Primeiro Grau passa a ser, para o País, um sorvedouro de investimentos. E, para os alunos mais necessitados, sinônimo de experiência frustrante, obrigados que são a abandonar a única chance de mudança que teoricamente lhes é posta ao alcance.

O preço dessa realidade indesejada é alto. Muito alto. E muito preocupante. A escolaridade média de nossa força de trabalho é de três anos e meio, uma das mais baixas dos países em desenvolvimento. Ora, considerando que 50% do conhecimento científico da humanidade foi produzido nos últimos dez anos – o que acarretou mudanças profundas nos modos de produção – uma pergunta se impõe: qual será o futuro do País, se a escola não for capaz de preparar o trabalhador para fazer frente aos desafios dos nossos tempos?

Com os recursos humanos que estão sendo preparados, Sr. Presidente, não precisa de bola de cristal para responder a pergunta formulada. O futuro nos reserva uma certeza nesta era de incertezas: a condenação irremediável ao atraso e ao subdesenvolvimento.

Estudo recente do Banco Mundial concluiu que o desenvolvimento assombroso dos países do leste da Ásia se deve a dois fatores conjugados: baixos índices de inflação e alto nível de educação. Com ênfase, claro, no ensino fundamental.

Sr. Presidente, preclaros Senadores, não é por acaso que ocupo a tribuna para falar do ensino. Hoje são 15 de outubro, Dia do Professor. Mais do que oportunidade de merecidas homenagens, é momento de repetir uma verdade acaciana.

A elevação do patamar da qualidade da escola passa, necessariamente e irremediavelmente, pela melhor qualificação do professor. Estou falando, Sr. Presidente, de duas imposições: melhor preparação intelectual e técnica por um lado e, por outro e principalmente, valorização financeira do trabalho no magistério.

O salário médio do professor é de R\$78,00, menos que um salário mínimo. Há professores que ganham por mês – pasmem – R\$23,00. É claro, são pessoas de baixa qualificação, que vão formar gerações de baixa qualificação.

Junto com o aperto do contracheque – eis outra verdade acaciana – estreita-se a qualidade do ensino. Para ganhar mais, o professor precisa submeter-se à dupla ou tripla jornada de trabalho. Pas-

sa o dia inteiro dentro da sala de aula ou do ônibus, indo de uma escola para outra.

É o malabarismo necessário à sobrevivência. De onde tirar tempo para estudar, preparar aulas, atualizar-se? Isso neste final de milênio, em que o conhecimento é a maior fonte de riqueza do homem e do país.

O Ministro da Educação tem-se revelado sensível ao problema. Faz parte do seu discurso a afirmação de que é necessário valorizar o professor do ensino básico, fixando um piso salarial que evite distorções acentuadas.

É pouco. Mas constitui um passo importante, passo que não pode esperar. Precisa ser dado já, acompanhado, claro, de medidas que possibilitem melhor preparo, reciclagem permanente e valorização do magistério.

Só assim se condenará ao desaparecimento o velho círculo vicioso que aprofunda, a cada dia, o nosso vergonhoso *gap* social. Professores despreparados, que formam alunos despreparados, que serão profissionais despreparados, que, por lhes faltarem condições de competir no mercado de trabalho, estão irremediavelmente condenados a se distanciar cada vez mais da única porta que lhes permite sair da pobreza e do atraso.

Neste dia do professor, vale lembrar que uma das causas de nosso subdesenvolvimento é a baixa qualidade do ensino. Olhar para ela obriga a encarar a realidade do professor. É pouco. Mas constitui um procedimento importante neste País que só tem denegrido e humilhado os professores por meio de salários indignos, condições de trabalho desumanas e total falta de respeito profissional.

Neste dia do professor, quero cumprimentar todos os professores do Brasil, e quero cumprimentá-los principalmente pela resistência que nos têm mostrado, que é um exemplo que só engrandece a nossa Pátria.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, por permuta com o Senador Francelino Pereira.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assomo a esta tribuna no dia de hoje, 15 de outubro, consagrado aos professores, para prestar-lhes a minha homenagem e a do povo da Paraíba pelo seu dia, e,

ao mesmo tempo, para concitar os presentes a algumas reflexões que se colocam oportunas.

Como filho de professor da rede pública de ensino – por 45 anos meu pai lecionou três expedientes na Paraíba, no ensino público, para sustentar uma família de dez filhos – e sendo eu próprio professor, por formação – também fui professor da rede pública em Campina Grande, em João Pessoa, no Rio de Janeiro, e sou professor até hoje na Federal do Rio de Janeiro –, sinto-me perfeitamente à vontade para tratar do tema, que me é extremamente familiar.

Em uma das minhas primeiras intervenções como orador neste Plenário, abordei a experiência japonesa e a dos tigres asiáticos, ao reescreverem as suas histórias de desenvolvimento a partir da revolução educacional.

Já àquela época preocupava-me a ausência de sensibilidade das nossas elites econômicas para a visível deterioração do ensino em nosso País, e não conseguia vislumbrar as tão decantadas perspectivas de inserção do Brasil na nova ordem econômica internacional, justamente por entender como indispensável a prévia capacitação dos recursos humanos que animariam a revolução produtiva.

Três anos depois, tenho que reconhecer alguns pequenos avanços, decorrentes de alterações legais tendentes a dar suporte às melhorias pretendidas, como é o caso do piso salarial de R\$300,00 para os professores e o dispêndio mínimo por aluno do ensino fundamental, recentemente aprovados.

Mas o fato é que em termos de investimentos na área de educação ainda se encontra o Brasil em posição constrangedora, seja em comparação com os seus parceiros do Mercosul, seja em comparação com os demais países da América Latina, seja em comparação com a maioria dos países do mundo.

O problema dos baixos salários dos professores da rede pública não pode continuar a ser visto como uma preocupação exclusivamente concernente à categoria.

Recente pesquisa JB/Petrobras, realizada no Estado do Rio de Janeiro, divulgada no caderno "Cidade", do **Jornal do Brasil** de hoje, sob o título "Um dia sem comemoração", evidencia que a questão há muito extrapolou o universo restrito dessa categoria de profissionais e hoje constitui-se em matéria de interesse primordial para a população.

Das 2.700 pessoas entrevistadas em 24 municípios, 50%, ou seja, 1.350 apontaram a péssima remuneração dos professores como fator determinante da baixa qualidade do ensino público.

A Senadora Sandra Guidi, que me precedeu na tribuna, mostrou que é de 70 e poucos reais a média salarial do professor no Brasil.

Em segundo lugar, ao lado da baixa remuneração, a falta de professores (16,9%), seguida pela falta de preparação dos educadores (16,6%) completam o elenco dos principais motivos identificados pela população para justificar a falência do ensino público. O que é uma penal!

Fui aluno do Colégio Estadual da Prata. Eu tinha orgulho de estudar numa escola pública. Para ingresso existia um exame preparatório. A cor da nossa farda era cáqui, com listas verdes, por isso, na cidade, éramos carinhosamente chamados de papagaios; e as meninas, que usavam a mesma farda, com bordas verdes, eram chamadas de araras. Que honra sentíamos de usar aquela farda. Hoje temos pena do aluno da escola pública.

Ainda, de acordo com a pesquisa, a escola pública continua sendo a maior responsável pelo ensino, sendo que a maioria dos entrevistados (63%) fez ou faz nela o curso primário.

O Sr. Romeu Tuma – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA – Com muito prazer, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma – Agradeço a V. Ex^a. Hoje é um dia importante na vida de todas as pessoas que tiveram oportunidade de ir à escola, porque, infelizmente, há ainda brasileiros que não tiveram oportunidade de terminar o primeiro grau. Todos tivemos as nossas professoras, sendo que a primeira delas inclusive é sempre um marco em nossas vidas. Aproveito a oportunidade para, na pessoa de V. Ex^a, que também é professor, homenagear aqueles que cuidaram, na primeira linha da vida, da nossa educação. Em casa tenho uma professora permanente, minha esposa, que teve a oportunidade, provavelmente até por bondade divina, de alfabetizar os meus quatro filhos numa escola pública, o Grupo Escolar Romão Puigari, uma escola centenária em São Paulo. Eles fizeram o segundo grau no Colégio São Paulo, também escola pública. E a minha senhora – eu a acompanhei – foi uma das que primeiro instituíram o ensino municipal em São Paulo, criando e construindo a escola, procurando os alunos de casa em casa para fundar a classe de ensino primário em São Paulo. Ela, como tantas outras professoras em Sapopemba – Sapopemba é, hoje, um bairro populoso em São Paulo –, voltava no carro do lixo, porque, naquele bairro, não havia condução normal du-

rante todo o dia. Isso ocorreu com várias professoras do interior de São Paulo, do interior do Estado de V. Ex^a. Elas trabalhavam com um amor e uma devoção que, ao poucos, foram acabando. A vocação do ensino, com as dificuldades existentes, tomava-se penosa. Os professores têm de buscar outra profissão, porque o salário é muito baixo – V. Ex^a que acompanha de perto a área de ensino sabe que o salário está sempre defasado. Em vez de haver uma progressão ou uma melhora na remuneração do professor, ao longo dessas últimas décadas o seu salário foi perdendo o valor. Creio que esse fato está refletindo duramente na área da Educação, que é o principal elemento para o progresso de um povo. Quero, então, cumprimentar V. Ex^a, além de homenageá-lo, pelo dia de hoje, pela oportunidade do seu discurso e do da Senadora que o antecedeu. Quero fazer minhas as palavras de V. Ex^a e que o seu discurso seja uma trincheira permanente, não apenas um discurso no Dia do Professor. Se V. Ex^a vier aqui todas as semanas dar esse recado ao Governo estará prestando um grande serviço à educação nacional. Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA – Obrigado, Senador Romeu Tuma, recebo as palavras de V. Ex^a com a maior emoção. Peço-lhe que leve à sua senhora o nosso abraço, já que também a homenageio neste dia.

Sei o que é a devoção de um professor. Vi meu pai militando nessa área durante 45 anos, e eu também, desde os 16.

A escola particular, Sr. Presidente, aparece com 15%. Quando a pesquisa aborda o antigo ginásio (5^a a 8^a série do 1^o Grau), 53% estudaram em escolas públicas.

Nos cursos de 2^o Grau, o perfil muda, com instituições públicas e privadas praticamente empataadas, com ligeira vantagem, pela primeira vez, para as instituições privadas: 46% contra 41% das escolas públicas.

Com relação aos cursos superiores, as faculdades privadas detêm quantitativamente a maior percentagem: 56% contra 41% para as universidades públicas.

Os resultados alcançados no nível médio encontram razões, principalmente no fato de que grande parte da evasão escolar definitivamente acontece exatamente nas camadas mais pobres da população, o que explica a preponderância das entidades privadas nesse estágio.

No tocante ao ensino superior, há um crescimento no número de faculdades privadas até perfo-

do recente. O rigoroso sistema de acesso às universidades públicas explica a supremacia das primeiras.

Por outro lado, o instituto GERP, que realizou a pesquisa para o convênio JB/Petrobras, descobriu que, em que pesem todos os problemas, a escola pública permanece como opção preferencial para a maioria (64%) dos consultados, enquanto apenas 36% escolhem o ensino privado para os seus filhos.

O Sr. Ramez Tebet – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA – Concedo-lhe um aparte com muita satisfação, Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet – Senador Ney Suassuna, ontem, creio ter-me antecipado a todos os Colegas desta Casa na homenagem ao mestre. Mas não posso me furtar à oportunidade de apartear-lo. Faço-o pela admiração que tenho por V. Ex^a, admiração pelo homem, pelo chefe de família, pela sua combatividade e pelo seu espírito e companheirismo aqui no Senado. Admiração que se amplia e muito, porque V. Ex^a ocupa esta tribuna hoje na dupla qualidade de Senador e Professor. Portanto, no instante em que V. Ex^a presta a sua homenagem aos educadores do Brasil, é justo que nós, os seus Colegas, que conhecemos o seu trabalho dedicado em favor da educação neste País, também lhe prestemos a nossa homenagem. É por isso que o aparteio, para homenagear os educadores do Brasil, fazendo-o na pessoa de V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet. V. Ex^a me emociona com essa homenagem. Uma homenagem com a qual, lamentavelmente, o **Jornal do Brasil** não concorda, quando diz que o dia de hoje não tem comemoração!

Outra séria vertente dos problemas educacionais no Brasil, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pode ser avaliada quando a mesma pesquisa indica que 87% dos entrevistados que mantêm seus filhos em escolas particulares manifestaram a intenção de mudá-los para instituições públicas caso a qualidade do ensino melhore. Somente 11% rejeitam a hipótese – aqueles que querem ensino religioso ou especializado.

Logo, teríamos aí, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta corrida ao ensino público, um outro problema a ser resolvido pelos prefeitos e governadores.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a situação retratada nos números expostos pela pesquisa no Estado do Rio de Janeiro pode ser perfeitamente estendida aos demais Estados da Federação, assumindo colorações mais tristes em Estados do Norte, do Nordeste e, talvez, até do Centro-Oeste. Certa-

mente, até na minha Paraíba, o quadro não seria melhor.

Na outra face da moeda, os dramas humanos vividos por esse herói ou heroína anônimos, cujo dia se comemora – ou se lamenta – hoje neste Plenário, em consequência do descaso histórico para com os formadores das primeiras gerações de brasileiros, ilustram bem a falta de razões para festas e celebrações.

Nesse ponto, eu gostaria de solicitar a transcrição integral para os Anais desta Casa, a fim de comporem o meu pronunciamento, de quatro depoimentos ao JB de hoje, cujos fragmentos coloco aqui à reflexão das Sr^s e Srs. Senadores.

Um deles: a professora de Português e Literatura Maria Amélia Pimentel da Silva, 56 anos, está deixando o ensino público depois de 26 anos. A despedida não poderia ser mais triste. Decepcionada, Maria Amélia não esconde a frustração de ter de abandonar a sua vocação. Diz ela: Durante todo esse tempo, nunca estive fora da sala de aula. Mas não posso mais agüentar ganhar R\$360,00 líquidos por mês. Só vi desestímulo em todos os governos. Não existe mais escola pública no Rio. Não existe mais estímulo para trabalhar. Hoje, o professor é considerado inimigo pelas Secretarias de Educação. Eles fazem tudo o que podem para reprimir e agredir os professores. Por que vou ficar suportando agressão? Estou com 56 anos e ainda me sinto capaz. Mas só coleciono dissabor atrás de dissabor. As únicas alegrias me foram dadas pelos alunos. Aluno de escola pública é muito bom de trabalhar. Eles são muito carentes de tudo. Tudo que se apresenta, eles se interessam. A minha tristeza só vem daí: ter que deixá-los.

Em tempos de crise nas redes estadual e municipal de ensino, ouvir a história da professora Mariângela Fernandes da Costa, 35 anos, é como avistar a luz no fim do túnel. Ela se encontra no pequeno Município de Angra dos Reis, e dá um depoimento mais alegre – aproveitou para render minhas homenagens à Senadora Benedita da Silva, porque esse Município é administrado pelo PT, que fez uma modificação radical: paga R\$720,00 ao professor; faço aqui justiça ao declinar esse fato. Com um piso salarial de R\$720 para o professor, o Município de Angra dos Reis mostra que um professor da rede pública pode ser plenamente realizado. Mariângela declara: "Tenho orgulho de ser professora. Sinto que meu trabalho é valorizado: sou bem paga, faço cursos de capacitação a cada semestre, tenho uma boa bibliografia à disposição na escola e ainda desfrutamos

de grande autonomia dentro da rede para criação de projetos".

A contrapartida do acerto das medidas governamentais para a educação em Angra é invejável: a repetência diminuiu de 47% para 23%, e a evasão escolar é de apenas 8% (em 1988 era de 11%).

Lamento ter que declinar que esse não é um exemplo nacional.

Já outra professora, Nilda Cardoso Francisco Góes, com 28 anos, que dá aula para a 3ª série do primário, resume numa frase a sua escolha profissional: "Eu devo ser louca". Esta é a síntese da definição dela: "Eu devo ser louca". O atestado de insanidade chega às mãos de Nilda a cada final de mês: com dois anos de magistério na rede municipal de ensino, ela recebe o piso de R\$121,00. "Pago aluguel e ainda não consegui comprar um telefone. Como bons brasileiros, vivemos do jeitinho".

Flávio de Alencar Moreira, 45 anos, equacionou o conflito de precisar sustentar a família e prosseguir na opção do magistério recorrendo a uma nova profissão: como opção, há dois anos ele tornou-se também piloto da aviação civil. Para ensinar Física a alunos do segundo grau, ele recebe, líquida, a irrisória quantia de R\$310,00.

Diz ele: "Os professores estão nessa situação em função do desleixo do Poder Público para com a educação. Não abandono a carreira de professor de escola pública por uma questão de honra. O ensino público tem tudo para dar certo, só é preciso ter vontade política", conclui Flávio.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que os depoimentos que apresentei, dos quais tirei fragmentos, são eloquentes por si só.

Portanto, para encerrar o meu pronunciamento na tarde de hoje, Dia do Professor, gostaria apenas de lembrar Shakespeare, que disse, certa feita, sermos feitos da mesma matéria que compõe os sonhos.

São os mestres, nas escolas das comunidades, os primeiros agentes a despertarem nos nossos brasileirinhos a capacidade de sonhar. E um país se constrói, em grande parte, Srs. Senadores, de sonhos.

Até quando será possível aos nossos mestres ensinar o sonho, compartilhar o sonho, diante do que vimos e do que vemos?

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. NEY SUASSUNA EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

NÃO POSSO VIVER COM R\$360 POR MÊS

A professora de Português e Literatura Maria Amélia Pimentel da Silva, 56 anos, está deixando o ensino público depois de 26 anos. A despedida não podia ser mais triste. Decepcionada Maria Amélia não esconde a frustração de ter que abandonar sua vocação. "Durante todo esse tempo nunca estive fora de sala de aula. Mas não posso mais agüentar ganhar R\$ 360 líquidos por mês", conta a professora, que entrou com pedido de aposentadoria no Estado. Com a experiência acumulada, Maria Amélia se sente à vontade para fazer um balanço do que aconteceu com o ensino público ao longo das últimas décadas. "Só vi desestímulo em todos os governos. Não existe mais escola pública no Rio. Não existe mais estímulo para se trabalhar. Hoje, o professor é considerado inimigo pelas secretarias de Educação. Eles fazem tudo o que podem para reprimir e agredir os professores. Por que que vou ficar suportando agressão? Estou com 56 anos mas ainda me sinto capaz. Só colecionel dissabor atrás de dissabor. As únicas alegrias me foram dadas pelos alunos. Aluno de escola pública é muito bom de trabalhar. Eles são muito carentes de tudo. Tudo que se apresenta, eles se interessam. A minha tristeza só vem daí. De ter que deixá-lo", diz. Ex-professora do Colégio Estadual Olavo Bilac, em São Cristóvão (Zona Norte), Maria Amélia fala com amargura da ex-escola. A Olavo Bilac tem uma equipe espetacular. Com aquilo você poderia fazer um ótimo colégio de 2º grau. Mas as pessoas estão indo embora", conta Maria Amélia. "Meu ideal de vida seria poder continuar meu trabalho. Fico extremamente triste, porque sinto que perdi a batalha. Eu não consigo imaginar como seria se a gente tivesse vencido. Essa não é questão de Idealismo ou de honra, é de sobrevivência. Eu não me almento de honra, não pago minhas contas com honra", desabafou a professora.

TENHO ORGULHO DE SER PROFESSORA

Em tempos de crise nas redes estadual e municipal de ensino, ouvi a história de Mariângela Fernandes da Costa, 35 anos, é como avisar uma luz no fim do túnel. Professora da Escola Municipal Coronel João Pedro de Almeida, em Angra dos Reis, na Região Sul Fluminense, ela recebe R\$ 1,4 mil líquido nas duas matrículas que tem no município e assina embaixo de sua opção profissional com todo o orgulho. "Descobri minha vocação profissional dentro da sala de aula e posso dizer, do fundo do coração que tenho orgulho de ser professora", diz Mariângela, que leciona Inglês para turmas de 5ª a 8ª série.

Com o piso de R\$720 para o professor, o município de Angra dos Reis mostra que um professor da rede pública pode ser plenamente realizado. "Sinto que meu trabalho é valorizado: sou bem paga, faço curso de capacitação a cada semestre, tenho uma boa bibliografia à disposição na escola e ainda desfrutamos de grande autonomia dentro da rede para a criação de implantação de projetos", conta.

Caroca e morando em Angra há 10 anos, Mariângela é casada com um físico – que ganha R\$ 50 a menos que ela – e tem

uma filha de nove anos, que estuda em escola particular. "Só coloquel porque perto de casa não tinha escola municipal, porém confio muito mais no colégio em que leciono", confessa. Segundo Mariângela, a idéia de morar no Rio e ser professor da rede pública é incompatível: "É preciso ter idealismo, mas ninguém vive apenas disso".

A contrapartida positiva em Angra dos Reis – município que elegeu pela terceira vez um prefeito do PT – pode ser vista pelos números. De 88 a 95, o índice de reprovação de alunos diminuiu de 47% para 23%. Com 15.527 alunos matriculados em 54 escolas, a evasão de alunos é de 8% – já chegou a 11% em 88.

"A CULPA DISSO TUDO É DO PODER PÚBLICO"

Flávio de Alencar Moreira, 45 anos, equacionou o conflito de precisar sustentar a família e prosseguir sua opção pelo magistério, mas precisou recorrer à uma nova profissão. Há dois anos ele se tornou piloto de avião civil. "A profissão do coração é professor, mas a aviação é uma paixão nova", revela Flávio, que há 19 anos ensina Física a alunos do 2º Grau do Colégio Estadual Olavo Bilac, em São Cristóvão (Zona Norte). Casado, pai de dois filhos e morador da Ilha do Governador (Zona Suburbana), Flávio agora pode se dedicar a ensinar sem ter que se preocupar com as contas a cada fim de mês. Depois de todo esse tempo como professor, Flávio recebe líquidos, por mês, a irrisória quantia de R\$ 310. "Os professores estão nessa situação em função de um desleixo do poder público com a educação. Não abandono a carreira de professor de escola pública por uma questão de honra", diz Flávio. Há algum tempo, o professor resolveu engordar seus vencimentos ministrando aulas de Física aplicada em programas de treinamento de uma companhia de aviação. Com o passar do tempo, foi adquirindo gosto pelo universo no qual acabara de ingressar. "Sou um otimista por natureza. Por isso, fui capaz de dar uma virada na minha vida depois dos 40 anos. Tenho esperanças de ficar antigo como professor e como piloto. O ensino público tem tudo para dar certo só precisa vontade política", torce Flávio.

"A EDUCAÇÃO VIVE HOJE NO ABANDONO"

A professora primária Nilda Cardoso Francisco Góes, de 28 anos, que dá aulas para a terceira série da Escola Municipal Alfredo de Paula Freitas, em Irajá, na Zona Suburbana, resume numa frase sua escolha profissional. "Eu devo ser louca", diz ela. O atestado de insanidade chega às mãos de Nilda a cada fim de mês: com dois anos de magistério na rede municipal de ensino, ela recebe o piso de R\$ 121, mais ajuda para a passagem e adicional de regência. "Ganho cerca de R\$ 380 líquido", afirma.

Moradora do bairro de Colégio, também na Zona Suburbana. Nilda é casada com um desenhista e tem um filho. "Pago aluguel e ainda não consegui comprar um telefone. Graças a Deus meu marido não é professor e tem condições de sustentar a família. Uso meu salário para comprar coisas para mim e para o bebê. Sempre aperta, mas como bons brasileiros damos um jeitinho" conta a professora.

Segundo Nilda, várias colegas de profissão são obrigadas a optar pelo bico para complementar a renda. "Elas vendem roupas, produtos de beleza e bijoterias. Não tenho tempo por causa do filho pequeno mas bem que gostaria de fazer isso também". Nilda fez concurso para o município no último governo de Marcelo Alencar na prefeitura, mas só foi chamada em abril de 94. "Estou em começo de carreira e já acho que a educação foi abandonada. Os governantes só vivem brigando politicamente, ainda mais em época de campanha", acrescenta. Apesar dos problemas e carências, Nilda não pensa em abandonar a profissão, pelo menos por enquanto. "O professor precisa ter, acima de qualquer coisa, amor e idealismo", prega.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Valmir Campelo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Levy Dias, 3º Secretário.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente, de interesse partidário, nos termos no art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT - SE. Como Líder, para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, o Congresso Nacional se depara, mais uma vez, com um pacote do Governo Federal, que tem algumas coisas em comum com os anteriores e algumas coisas em comum com a postura do Governo Federal em relação ao Congresso Nacional.

Em primeiro lugar, todos os membros desta Casa são testemunhas de que, há mais de um ano, tramitam nesta Casa projetos de lei e propostas de emenda constitucional que visam a disciplinar a edição de medidas provisórias.

O projeto do então Deputado Nelson Jobim já veio ao plenário n vezes e requerimentos para que ele volte ao plenário já foram rejeitados n vezes. Propostas de emenda constitucional já vieram também ao plenário, já foram objeto de uma comissão especial que iria tentar chegar a um consenso das lideranças, mas, até agora, não se chegou a nenhum consenso e as lideranças do Governo nesta Casa continuam empurrando com a barriga essa questão, porque interessa ao Executivo manter o atual **status quo** que tem, ou seja, o de continuar legislando através de medidas provisórias.

O segundo aspecto que é inerente a esse pacote, e a todos os outros, é o da escolha do servidor público como o grande vilão do déficit público. E nesse pacote, inclusive, continua a prática do "chu-

tômetro", que foi inaugurado pelo Ministro Kandir ao dizer que a simples aprovação da reeleição geraria um crescimento na economia da ordem de 9%. Agora, se diz que esse pacote vai provocar uma economia de 6,5 bilhões.

Desafio as Lideranças do Governo nesta Casa a provarem, através de números, que esse pacote que foi editado vai gerar essa economia. Na verdade, é mais um "chutômetro" da equipe econômica do Governo.

Devemos registrar que há algumas medidas com as quais concordamos, como, por exemplo, a de se acabar com a farra da aposentadoria de juízes classistas, a questão das férias dos advogados e uma série de questões que, no mérito, são favoráveis. Mas grande parte dos assuntos que são tratados nesse pacote, particularmente as questões relativas à Previdência e a própria proposta de emenda constitucional, que está nesta Casa, seriam depois tratados através de lei ordinária ou lei complementar. Também estão aí incluídas as questões da aposentadoria dos trabalhadores rurais e a possibilidade de o servidor público – à qual sou contrário – ter um aumento de 20%, segundo dizem, mas que, na média, atingirá 6% quando da sua votação.

Devo registrar que a proposta da Previdência não andou nesta Casa porque o Partido do Presidente da República não indicou até hoje o Relator. Assim, não é possível que Sua Excelência diga que, mais uma vez, o Congresso não vota, não anda, não trabalha, e, por isso, o Executivo precisa editar um pacote com medidas provisórias para tratar de um assunto que deveria ser tratado pelo Congresso.

Volto a registrar: a questão da Previdência – sobre a qual já fiz um pronunciamento há dois meses, quando cobrava que pelo menos se iniciasse um debate a seu respeito no Senado – não entrou porque o Partido do Presidente da República não indicou o Relator.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez trata-se de um pacote eivado de autoritarismo, porque o Presidente da República insiste em manter a posição cômoda de termos um Presidencialismo com medidas provisórias, e a sua Liderança nesta Casa não se dispõe a agilizar projetos que disciplinem a questão.

Há um outro aspecto que não está explicitado no pacote através de projeto de lei, decretos ou medidas provisórias, mas que faz parte da exposição de motivos relativa à redução dos déficits públicos.

Lá está determinado que os recursos oriundos da venda de todas – palavra lá escrita em negrito –

as empresas estatais seriam utilizados para abater a dívida pública.

Já ouvi manifestação aqui, neste plenário, por parte de lideranças de partido da base governista, em que se disse que quem propusesse a venda da Vale do Rio Doce para abater a dívida pública deveria ser internado, e está aí a vontade do Governo de que também a venda da Vale do Rio Doce seja utilizada para abater a dívida pública. Aliás, o Governo adotou uma estratégia relativa à venda da Vale do Rio Doce que visa, exatamente, a encontrar um melhor ambiente, onde as atenções da Nação e do Congresso não estejam voltadas para essa questão.

O edital com o preço vai sair em dezembro, época do Natal, em que nós e a sociedade brasileira, muito justamente, estaremos mais preocupados com o preço dos **videogames**, das bicicletas, das viagens à Disneylândia, do que com o preço da Companhia Vale do Rio Doce. E está previsto ser leiloada a Companhia Vale do Rio Doce no mês de fevereiro, em pleno Carnaval, quando também o Congresso e a sociedade vão estar mais preocupados com o rufar dos tambores e do surdo do que com a batida do martelo que vai vender a companhia.

Assim, mais uma vez o Congresso Nacional vai ficar olhando a banda passar, não só em relação à privatização da Vale e à questão das medidas provisórias, como também em relação a todo e qualquer pacote que o Governo imperial do Senhor Fernando Henrique Cardoso adote.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é lamentável que, mais uma vez, às vésperas de um feriado, em relação a matérias que o Congresso está discutindo, o Governo Federal, até para tentar desviar a atenção do fato de estarem dizendo que ele só se preocupa com a reeleição e para mostrar que está preocupado com outras coisas também, edita um pacote, mais uma vez, passando por cima do Congresso Nacional.

Informo à Casa que vou apresentar um requerimento, mais um, para que a proposta de emenda constitucional, que foi resultado daquela reunião, composta por representantes de diversos Partidos, apresentada pelo Senador Josaphat Marinho, e que, depois, foi subscrita por mais de 27 Senadores e, portanto, passou a tramitar nesta Casa, volte para o plenário. Sei que, mais uma vez, a Liderança do Governo vai dizer que é açodamento da Oposição querer votar essa matéria, mas vamos insistir para ver se chegamos a um ponto em que pelo menos o Congresso Nacional se disponha a acabar com a farra das medidas provisórias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem já tive oportunidade, desta tribuna, de homenagear os professores pela passagem do seu dia. Mas, diante do discurso proferido pelo Senador Ney Suassuna há pouco, gostaria de, mais uma vez, fazer uma breve manifestação a respeito disso, comentando também a pesquisa publicada pelo **Jornal do Brasil** hoje, Pesquisa JB-Petrobrás, realizada pelo Instituto Gerp, onde o que mais me chamou atenção – acredito que foi citado pelo Senador Ney Suassuna, haja vista que não acompanhei a totalidade do seu discurso – é que das 2.700 pessoas entrevistadas em 24 municípios, 50%, ou seja, a metade, apontaram a péssima remuneração dos professores como fator determinante da baixa qualidade do ensino público.

Temos aqui, no Senado, falado bastante sobre a questão da remuneração do servidor público, sobretudo na área de educação. Neste campo, temos que reconhecer que o Governo tem ensaiado alguns passos no sentido de melhorar o salário dos professores. Mas, mesmo assim, é importante frisar, neste momento, que a própria população – não apenas os Parlamentares, não apenas nós, que estamos na Oposição e que poderíamos ser chamados de opositores do Governo Fernando Henrique Cardoso e, por isso, estarmos fazendo essas críticas – reconhece que a baixa remuneração dos professores é que leva, em grande parte, à má qualidade do ensino público no País.

Eu queria também, nesta oportunidade, homenagear a minha classe, a dos médicos, que no dia 18 de outubro próximo vindouro comemora o seu dia. Porque não estarei em Brasília nessa data, desde já gostaria de saudar todos os médicos do Brasil, sobretudo aqueles que trabalham nas regiões mais distantes do nosso País, em condições adversas e que lutam para diminuir o sofrimento das pessoas, sobretudo das mais humildes, de qualquer cidadão – o que é importante -, independentemente de classe social, de religião, de cor. A esses médicos que fazem da sua profissão um sacerdócio, que a ela se dedicam com carinho e entusiasmo, eu os saúdo e os parabeno pelo seu dia.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna, especificamente na tarde de hoje, é uma análise breve que pretendo fazer sobre o Orçamento da União, a proposta original

do Governo Federal, que já traz no seu bojo a disponibilidade de recursos por Região e por Estados. Tive oportunidade de examiná-lo, com cuidado, em cima de um relatório da Consultoria de Orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados. Quero fazer algumas observações que considero de extrema importância, sobretudo para aqueles que vivem na Região Norte – como eu vivo – e para aqueles que moram em Estados pobres do nosso País, como o meu Estado, o Amapá, como o Acre, Alagoas e outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Nobre Senador Sebastião Rocha, peço licença para interrompê-lo, a fim de prorrogar a sessão, de ofício, por 15 minutos, para que V. Ex^a possa concluir o seu pronunciamento e para ouvirmos também os Senadores Roberto Requião e Emilia Fernandes.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esse estudo das Consultorias da Câmara e do Senado demonstra claramente que o Governo Federal, ao contrário do que tem pregado o Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o seu compromisso em combater as desigualdades regionais, o Projeto de Lei do Orçamento da União caminha em outro sentido, totalmente diferente, pois continua penalizando as regiões mais pobres, os Estados mais pobres da Federação.

Tenho uma queixa particular a respeito do que tem sido atribuído no Orçamento da União ao meu Estado, ao Estado do Amapá. Os burocratas do Governo não conhecem a Região Norte do País, o Estado do Amapá, inclusive, confundem Amapá com Acre – é muito comum alguém dizer que é do Amapá e, em seguida, a pessoa que cumprimenta fazer referência ao Acre; ou vice-versa – não diferenciam o Norte do Nordeste e quando se diz que mora no Ceará pensam que é do Norte. Então, do ponto de vista regional, as pessoas que estão à frente sobretudo das áreas econômicas do Governo não têm essa sensibilidade, esse sentimento, e confundem tudo. Talvez por esta razão, por não conhecerem a beleza do Amapá e a generosidade do povo amapaense e de outros Estados da Região Norte, têm penalizado esses Estados no Orçamento da União.

Os dados que vou citar aqui demonstram claramente que não estou fazendo aqui nenhuma dedução, nenhum discurso para querer satisfazer a população do meu Estado. Nada disso. O Amapá simplesmente é o último Estado – bem distante dos demais – em termos de distribuição de recursos na Proposta do Orçamento deste ano. Obteve apenas,

dos técnicos do Governo, 0,35% de todo o Orçamento da União. O segundo Estado neste ranking negativo é o Acre, com 0,77%. Portanto, dois dos Estados mais pobres do País e que deveriam merecer uma atenção maior do Governo Federal. Depois vem Tocantins, com 1,28%; Roraima, com 1,48%; Rondônia, com 1,77%; Amazonas, com 1,82%, e o Pará, com 3,01%.

Indo mais a fundo na análise da Proposta Orçamentária, observa-se que a principal discriminação com relação à distribuição de recursos acontece num dos pontos mais importantes para o desenvolvimento de qualquer Estado: a questão das rodovias federais.

Os recursos do DNER mais uma vez prejudicaram imensamente o Estado do Amapá. Dentro da Região Norte, o Amapá ocupa a última colocação, com apenas R\$4.143.014,00 para manutenção, construção ou pavimentação de suas rodovias. Para que V. Ex^{as} tenham uma idéia, o segundo Estado, em recebimento de recursos, foi o Acre, com R\$18.743.499,00. Só aqui, observa-se uma diferença de R\$14 milhões entre o orçamento do Acre e o do Amapá. Cresce ainda mais essa diferença se levarmos em consideração o maior orçamento do DNER para a Região Norte, que foi para o Estado de Roraima, ao qual foi atribuído R\$48.324.301,00.

Ora, há que se perguntar: quais os critérios que orientam os técnicos do Governo na distribuição e na alocação desses recursos? São compromissos políticos do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso? São critérios de densidade populacional? São critérios referentes à malha rodoviária de cada Estado, por exemplo, nessa questão do DNER? Ou são critérios totalmente aleatórios? É exatamente isso que entendo. Como o Governo se baseia em critérios totalmente aleatórios para determinar o uso, a distribuição dos recursos públicos no Orçamento-Geral da União?

Fica aqui o protesto deste representante da Região Norte, que também não recebeu a devida atenção do Governo Federal nessa proposta original da Presidência da República com relação ao Orçamento. O Norte ficou apenas com 14,80% dos recursos, enquanto o Nordeste ficou com 38,06% e o Sudeste com 23,39%.

Presidente Fernando Henrique Cardoso, dessa forma, dificilmente Vossa Excelência conseguirá reverter essa desigualdade regional, produzir um equilíbrio maior entre as regiões e garantir melhor qualidade de vida para o povo das regiões mais carentes.

Faço um apelo aos Parlamentares aqui presentes, sobretudo aos da Região Amazônica e àqueles que fazem parte da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em especial, ao Relator Carlos Bezerra, que é do Estado de Mato Grosso, o qual, pelo menos, pertence à Amazônia Legal, no sentido de que, durante a apresentação das emendas parlamentares, das emendas coletivas – nós, do Amapá, temos trabalhado coletivamente nessa questão desde o ano passado –, o Relator possa ser generoso com o Amapá e os relatores setoriais também possam levar em consideração essa desigualdade imensa e perversa na distribuição dos recursos na proposta original do Governo e possam contribuir para um melhor equilíbrio nessa distribuição de recursos.

Faço, aqui, na forma deste apelo, uma manifestação de contestação e de repúdio a essa atitude do Governo Federal; não poderia ser diferente. Vejam as Sr^{as} e os Srs. Senadores que, para liberar os recursos da União, a dificuldade é ainda maior do que para alocar.

Para se ter uma idéia – já fiz essa denúncia antes, na tribuna do Senado –, somente no ano de 1996, o DNER excluiu do Amapá recursos da ordem de R\$5.200.000,00, que estavam assegurados no Orçamento. Com o pretexto de que o Amapá estava inadimplente diante do Cadin e do Sifai, o que não era verdade, o DNER excluiu esses recursos do Orçamento do nosso Estado.

Neste ano, o Amapá ainda não conseguiu liberar um centavo de verbas do Orçamento da União, do que está previsto para o ano de 1996.

É de se perguntar: o que, afinal de contas, pesa para que a Bancada ou o Governo consiga a liberação desses recursos? É o peso político, a composição, a densidade política de cada Bancada? Ora, é representante do Amapá o Presidente do Congresso Nacional, o Senador José Sney, que tem se empenhado e se dedicado na liberação desses recursos, juntamente com toda a Bancada.

Há uma demonstração clara de que o que falta hoje ao Governo Federal, nessa questão, no tratamento específico do Orçamento da União, são critérios.

Parlamentar de oposição, por exemplo, nem pode pensar que um dia irá liberar qualquer recurso, para qualquer emenda apresentada por esse Parlamentar ao Orçamento da União. Isso é um desestímulo para que nós, Parlamentares da oposição, participemos do Orçamento, porque, além de ser uma tarefa difícil incluir qualquer coisa na Lei Orçamentá-

ria, muito mais difícil é liberar verbas do Governo referentes a essas emendas.

O que se deveria fazer no Congresso Nacional era determinar-se, com antecedência, quais os Parlamentares, as Bancadas, os Partidos que podem apresentar emenda ao Orçamento da União, sendo depois liberados os recursos referentes a essas emendas, e quais os Parlamentares e os Partidos políticos que não têm esse direito — é esse o tratamento do Governo Federal nos seus vários Ministérios, sobretudo quando a questão depende da área econômica. Não se consegue liberar, de forma nenhuma, recursos para os Estados, para os Municípios.

Falo isso de cabeça erguida, porque as três emendas que apresentei para o Orçamento de 1996 foram de elevado alcance social: duas, no setor de Saúde — construção de centros de saúde em dois municípios carentes —; e uma terceira, referente ao saneamento básico para o Município que talvez seja o mais carente do País nesse setor, Laranjal do Jari, uma grande favela, onde vivem praticamente 30 mil pessoas em, aproximadamente, seis mil moradias em palafitas sobre o rio Jari.

Porém, nada disso vai ser liberado, simplesmente porque sou um Senador do PDT e, sobretudo, do pequeno Estado do Amapá.

Especialmente com relação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, espero que os Parlamentares desta Casa que dela fazem parte dela sejam, como disse antes, mais generosos e possam atribuir um pouco mais de recursos ao nosso Estado, seja na questão das rodovias ou na área social, como na saúde e na educação, em função da grande carência vivida por esses Estados mais pobres da Região Norte.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) — Concedo a palavra, por cinco minutos, ao nobre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a minha intenção é colaborar para a idéia geral da reconstrução dos Partidos, fazendo uma análise do processo de reconstrução por meio da opinião pública, da opinião do eleitor.

Para isso, quero reproduzir, nesta sessão, um artigo que escrevi e que a **Folha de S. Paulo** publicou na semana passada, com o seguinte título:

"O PMDB morreu. Viva o PMDB

Nesse 3 de outubro, sem glórias, lamentos ou saudades, morreu o PMDB. Dis-

tante de suas origens, expatriado de seus compromissos, apartado dos que lhe deram vida ou a própria vida, morreu o PMDB."

Decrépito, decompôs-se ao calor da realidade nacional. Cada voto, digitado ou rabiscado, foi como um raio de sol abrasando e consumindo o velho Partido.

"Na verdade, uma morte anunciada. Tudo dentro dos conformes. Do previsto, pesado e medido. De acordo com Constâncio: "Segundo fizeres, assim te farão".

E o que fizemos?"Renegamos os nossos princípios. Pisoteamos, como apóstatas furiosos, "tudo o que construímos com sacrifícios, dores, renúncias e bravura. Atiramos à fogueira o último resquício de vergonha. De nossas bandeiras de ontem, não restam farrapos. Do nosso programa, vagas e, ainda assim, retóricas lembranças com que alguns insistem em brindar o público em perorações de ocasião. Nada mais entediante. E falso.

E o que nos fizeram? O justo, o combinado. Se apostatamos, se boa parte do PMDB decidiu-se pelas facilidades" - que são tantas e tão generosas - "da aliança neoliberal, abjurando os compromissos de sangue com os trabalhadores da cidade e do campo, com os pequenos e médios empresários nacionais, com os estudantes e a juventude, com os marginalizados e excluídos disso que chamam (supremo cinismo!) "economia de mercado", se traímos todos eles, o que esperar em retribuição? Fizemos o malfeito. Fizeram o bem-feito.

Fustigados em quase todas as capitais e grandes cidades, acuados cada vez mais para os grotões, somos hoje a contraface da Arena-PDS de ontem. Com uma diferença; eles reciclaram-se, transformaram-se em PFL, PPB, PTB, PDT.

E nós? Uma triste caricatura do que fomos..." O personagem de Thomas Mann em **Morte em Veneza**. Amanhece, escorre a maquilagem e já não somos nós nem uma coisa e nem outra.

Eles reciclaram-se e, da simbiose de apelos, gestos e trejeitos tipicamente fascistas com uma modernidade canalha nascem os arremedos franquistas, vestidos com saias da "dama de ferro". Com alguma pitada sociológica, é verdade.

Reciclam-se e maibarateiam as esperanças populares com acenos de empregos, de moradias, de saneamento, de cingapur, de leve-leite, de creches, de postos de saúde, de saneamento de comida - oh! Deus -, tudo, exatamente tudo o que o catecismo neoliberal (que eles praticam e rezam enquanto não estão no palanque) tem como heresia.

Nessa competição de vantagens, nós também entramos. Gongóricos, retóricos, empostados desfilamos pelos palanques do Brasil afora a mesma demagogia. E foram raros, de contar nos dedos das mãos, os que, do PMDB, foram às origens do desemprego, das falências, do sucateamento do Estado (*et pour cause*, da saúde, da educação, do saneamento e mais).

Envelhecido e envilecido, o PMDB não soube (ou não quis?) contrapor-se à onda conservadora, quando não, em alianças oportunistas e repelentes, aderiu gostosamente à maré montante.

E, assim, o PMDB morreu.

Pois que viva o PMDB! Porque não existe outro caminho. O PT afinou o grito. O lobo bravo, o guarapuava da política brasileira uiva manso e desliza grácil no oportunismo do discurso eleitoral. Do não ao sim; e do sim ao sim, senhor!

Pois que também viva o PT! Porque não existe outro caminho. Já que o PSDB... ora, o PSDB! E do PDT resta tão-somente a dignidade de Leonel Brizola. Ao velho combatente o destino reserva ver o seu partido esfrangalhar-se e descaracterizar-se, tomado de assalto por ex-validos do regime militar, por lideranças brotadas e cevadas às sombras da ditadura e que hoje se valem do **marketing**, da mídia, do bom aprendizado fascista para hipnotizar e coagir os eleitores; quando não se dizem inspirados pelo Espírito Santo.

Pois, então, que viva o PMDB e que viva o PT.

Um novo PMDB, um novo PT. De volta às origens. De volta aos compromissos que nos deram a vida. De volta à casa e aos sonhos dos trabalhadores. De volta às pequenas e médias empresas nacionais. Aos escritórios, aos bancos, às lojas comerciais. Às escolas e igrejas. Aos marginalizados e ex-

cluídos. De volta aos produtores e trabalhadores rurais. De volta, enfim, à essência e razão de ser da nação.

De volta, também, ao conceito de nação, de brasilidade, de patriotismo, de nacionalismo. Sem o ranço xenófobo dos que nunca apreenderam tais conceitos e só os usaram e, vez em quando, os sacam em defesa de cartórios, corporações e privilégios mesquinhos.

O PMDB morreu, viva o PMDB!

Quem se habilita à dura, mas viável, tarefa de reconstruí-lo? De suas pedras espalhadas temos ainda rochas firmes para refazer suas fundações. Nos sonhos e esperanças estilhaçadas dos brasileiros buscaremos o alento, a força e a inspiração. Esse mesmo povo, que um dia nos deu as armas e o ânimo para a luta, não há de negar o mesmo gesto. Basta uma coisa: que sejamos, de fato, os seus soldados. Por mais longa que se anuncie a marcha da retomada, há ainda em nós força suficiente para empreendê-la.

Portanto, à estrada."

Sr. Presidente, é uma contribuição para a discussão sobre a reconstrução dos Partidos; não mais de cima para baixo, através de leis e discussões estéreis, mas a perspectiva da adaptação dos Partidos aos interesses dos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Concedo a palavra à nobre Senadora Emilia Fernandes, para uma comunicação inadiável.

A SRA. EMILIA FERNANDES (PTB - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, neste momento, congratular-me, até de certa forma, agradecer às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que ontem e hoje se manifestaram, fizeram inúmeras ponderações a respeito da situação que vive hoje a educação no nosso País, a necessidade da valorização maior que merece o professor. Isso dá um sinal claro do compromisso desta Casa com a educação e com o magistério e mostra a necessidade que existe para que o nosso apoio, as nossas manifestações se transformem em compromissos concretos para a mudança e dias melhores. Isto não é o que apenas queremos, é o que toda a sociedade está a exigir.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, 15 de outubro, Dia do Professor!

Particularmente, este dia, para mim, está profundamente identificado com lembranças, compromisso, saudades, esperança, conscientização, acertos e erros, fé, utopia, realidade...

Hoje, quero usar desta tribuna para falar com os meus colegas professores de todo o nosso País. Aproveitar este espaço para homenagear a cada um, nesta data máxima, como retribuição do esforço, do compromisso e, até mesmo, do sacrifício com que desempenham a profissão de educar, apesar das dificuldades que enfrentam no dia-a-dia das escolas e das salas de aula, muitas vezes esquecidos ou menosprezados e desencantados.

Porém, quero, acima de tudo, aproveitar para fazer uma reflexão sobre a situação dos trabalhadores em educação, especialmente os professores, e também sobre a educação em geral.

É importante que, neste dia, em que as atenções estão centralizadas nessa categoria de profissionais, além do carinho dos alunos e do reconhecimento dos pais, os professores também tenham, principalmente, a palavra de solidariedade, de valorização e do respeito profissional, especialmente por parte das autoridades e da sociedade em geral.

É com esse espírito que, como professora com 23 anos de vivência com a educação em escola pública, com militância sindical e experiências de ensino, que vão desde alfabetização até administração e supervisão escolar, ensino de Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, enfim, quase todas as disciplinas, tanto na zona rural como urbana, e hoje, como Senadora da República e Vice-Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, que saúdo aos meus colegas de todo o Brasil, e em especial do Rio Grande do Sul, com os quais direta ou indiretamente trabalhamos por uma educação de qualidade e pela valorização de seus profissionais.

Todos esses anos de exercício do magistério forjaram em mim a convicção de que a educação brasileira não encontrará soluções adequadas e operacionais enquanto não equacionar racionalmente e enfrentar decididamente os problemas específicos de cada nível de ensino, e enquanto o País não adotar em sua dimensão nacional a sua filosofia de educação.

De nada adiantam reformas, alterações na Constituição, tecnologia, propostas curriculares... Urge, acima de tudo, definir para que tipo de sociedade devemos preparar as crianças - os jovens brasileiros que, sentados hoje nos bancos escolares, dirimirão o País no alvorecer do novo século.

Só um amplo trabalho, que há de incluir não só educadores, mas também estudantes, cientistas políticos e sociais, poderá traçar, em prospectiva, os parâmetros que devem orientar os rumos da escola para este final de século.

Enquanto isso não se fizer, não é justo, pelo menos, responsabilizar-se somente as escolas - os professores - pelas falhas do cidadão que está se formando, já que ela reflete as perplexidades, as indecisões, os defeitos e os erros da sociedade em que está inserida. Mesmo porque, a educação não é tarefa da escola e dos professores apenas, mas é uma responsabilidade solidária de toda a sociedade.

A cada dia aumenta mais o contingente de pessoas que compreendem que as decisões devem lhes pertencer e são elas, unidas a outras mais, as que realmente têm o poder de decisão. Quando todas se derem conta deste fato, a educação universal estará a caminho de sua completa concretização. Há muito o que aprender: como cumprir sua parte, como exigí-la, como cooperar com outros em tarefas que não podem ser feitas por um só. Mesmo que as lições não sejam completamente aprendidas, quando cada um tiver sua oportunidade de entender e de aplicar o que aprendeu, as engrenagens vão começar a mover-se.

A escola tem que dar ouvidos a todos e a todos servir. Assim agindo, será o teste de sua flexibilidade, da inteligência de sua organização, da competência dos seus servidores e do compromisso dos governantes; e cada um honrando as responsabilidades que as circunstâncias lhe confia é que poderão transformar a si mesmos, transformando a escola.

O professor hoje tem que usar a legenda do filósofo:

- "Nada que é humano é estranho."

- Tem que ser um estudioso dos mais embaraçosos problemas modernos; tem que ser estudioso da civilização; tem que ser estudioso da sociedade e da pessoa; tem que ser, enfim, filósofo...

- "A simples indicação desses problemas demonstra que o educador não pode ser equiparado a nenhum técnico, no sentido usual e restrito da palavra. Ao lado da informação e da técnica, deve possuir uma clara visão filosófica da vida humana, e uma visão sensível e sensata da natureza da pessoa." (Anísio Teixeira)

Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é educação sem refletir sobre o próprio homem.

- "O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais,

e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado que está em constante busca. Eis, aqui, a raiz da educação."(Paulo Freire)

A crescente modernização da sociedade tem determinado um aumento das necessidades educacionais, necessidades essas ocasionadas não apenas pelo surgimento de novos procedimentos de trabalho que exigem pessoal qualificado à altura de desempenhá-los, mas, principalmente, em virtude do crescimento das aspirações das populações em termos de uma ascensão social. Neste sentido, a extensão das oportunidades educacionais a maiores contingentes da população tem-se mostrado indispensável para atender às exigências dos indivíduos que, cada vez mais, se tornam conscientes de seus direitos.

Educação é uma das poucas grandes esperanças da nossa época...

Paralelamente a essa confiança depositada na educação, é generalizada, hoje em dia, a convicção de que este não pode ser encarado como um sistema isolado no tempo e no espaço, a existir em uma espécie de vácuo social ou território neutro, alheio às transformações sociais, econômicas, políticas, científicas, tecnológicas e culturais de cada país e do mundo.

Outros pontos que governantes, pensadores e políticos devem ter muito presente dentro deste contexto de avaliação e análise é o crescente esvaziamento dos cursos de educação e de formação de professores, pela falta de perspectivas para a profissão do magistério e, acima de tudo, pela desvalorização salarial.

Dados vêm preocupando a todos os segmentos sociais comprometidos com a educação. Governantes precisam fazer uma leitura mais crítica da realidade e apresentar soluções e tratamentos sérios.

Se, por um lado, nos preocupa a queda no ingresso de professores, por outro lado, é triste a expectativa de uma parcela de profissionais que oscila entre o temor e o descrédito, a insegurança e a vontade de recorrer à aposentadoria, pela instabilidade e constante pressão que exercem sobre suas atividades.

Ao longo deste último período da vida nacional, particularmente, nós ajudamos a construir uma história de luta cotidiana, de mobilização constante e de compromisso renovado a cada momento. No âmbito do Senado Federal, da Câmara dos Deputados,

dos sindicatos, das associações, dos congressos, das escolas e das salas de aula.

Apesar de todas as dificuldades, dos baixos salários, das ameaças que pairam sobre as suas cabeças, a cada novo pacote ou medida provisória, os professores, principalmente aqueles da rede pública, em todos os níveis, têm não apenas resistido mas avançado em consciência, organização e disposição de ultrapassar as barreiras.

Com determinação, a luta dos trabalhadores em educação conseguiu imprimir melhorias, ainda que não suficientes, no Projeto da LDB, desrespeitado em sua forma original, aprovado pelo Senado Federal e agora tramitando na Câmara dos Deputados.

Da mesma forma, nos Municípios, nos Estados, nas escolas técnicas ou nas universidades, os professores têm dado exemplo de bravura, enfrentando o arrocho econômico, a falta de incentivo e, em muitos casos, a injustiça secular de salários que afrontam a Constituição Federal e a dignidade humana, sem deixar, em nenhum momento, de manter a dedicação, o profissionalismo e o amor à educação, ao ofício de ensinar e também, por que não dizer, às crianças e aos jovens deste País.

Os trabalhadores em educação têm mantido sua perseverança, mesmo diante de discriminações sofridas, como a recente exclusão dos professores especialistas em educação, exatamente aqueles de quem mais se exige a formação e a capacitação, do Projeto de Valorização Salarial do Magistério, enviado pelo Governo Federal e aprovado nesta Casa.

Ou dos professores aposentados que, mesmo depois de anos e anos de trabalho nas condições em que todos conhecemos, também acabaram sendo ameaçados com a tentativa de alteração das regras de garantia de suas remunerações.

Acredito que o país está - como nunca esteve em sua História - buscando um caminho para construir não só um sistema educacional à altura de nossas necessidades e de nosso futuro, mas também, através desse salto que devemos e temos condições de dar, um novo patamar de desenvolvimento econômico e social, em condições de superar as desigualdades, a concentração de renda, o desemprego e a miséria que se alastra.

Concluo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizendo que além desse projeto que entendemos precisa estar centralmente colocado na valorização dos professores, é necessário que neste Dia dos Professores façamos uma profunda reflexão.

E lembro a inesquecível professora Thereza Noronha, lá do Rio Grande do Sul, que afirmava:

"Não é permitido a nenhum homem ou mulher, a nenhum educador permanecer indiferente às injustiças que se cometem e ao abismo cada vez maior entre ricos e pobres, com o império do poder discriminatório dos grupos minoritários em detrimento da maioria que não pode usufruir dos frutos do desenvolvimento."

Este é o grande desafio que está posto para os professores, os estudantes e, acima de tudo, para os políticos e governantes.

Muito obrigada.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

A SRA. JÚNIA MARISE - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, como Líder.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL - MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Sudene, desde 1967, publica estudos econômicos sobre o Nordeste, divulgando dados técnicos e elaborando análises de grande importância na área de planejamento regional.

Ainda agora, publicou o estudo "Agregados Econômicos Regionais - Produto Interno, Formação de Capital e Consumo de Governo", com um panorama da economia da Região e a avaliação do crescimento do Nordeste de 1965 a 1995.

Este estudo traz dados confirmadores das expectativas otimistas que envolvem a economia nordestina. As informações técnicas demonstram claramente que os investimentos feitos no Nordeste, pelo poder público ou pela iniciativa privada, são altamente produtivos e de grande interesse para o País.

O dinheiro que ali se investe movimenta os seus vários setores econômicos, despertando a Região para a sua vocação desenvolvimentista.

Em relação ao Maranhão, verifica-se que, nos vários períodos analisados pela Sudene, o crescimento do seu Produto Interno Bruto manteve-se sempre acima do obtido pelo próprio Nordeste como um todo e pelo Brasil.

No período 1970-1980, o Maranhão, com 9,3% de taxa média anual de crescimento, esteve entre os primeiros colocados. De 80 a 90, alcançou o primeiro lugar de crescimento do PIB entre os do Nordeste. De 1970 a 1995, com 7,6%, o crescimento do Maranhão só foi superado pelo do Rio Grande do Norte. De 1990 a 1995, esteve o meu Estado, novamente, entre os primeiros de crescimento mais significativo do Nordeste.

Ressalte-se que, em todos esses períodos, o crescimento do Maranhão foi sempre superior ao do Nordeste e ao do Brasil. De 1990 a 1995, por exemplo, o Maranhão cresceu 2,9% contra 2,6% do Nordeste e 2,7% do Brasil.

Vê-se, Sr. Presidente, como são procedentes os inúmeros pronunciamentos que, das tribunas par-

lamentares, pedem maior atenção para o Nordeste. Por décadas e décadas praticamente esquecida dos poderes públicos, a região nordestina testemunhou, compungida, a prioridade com que os recursos federais foram maciçamente alocados para o Sul, sem se perceber que, igualmente no Nordeste, havia todas as condições para os saltos no futuro, caso lhe garantissem a infra-estrutura necessária para a alavancagem dos grandes projetos.

A verdade é cristalina e salta aos olhos: os recursos destinados à Região Nordeste têm sido muito bem aproveitados, deles resultando benefícios inestimáveis para o Brasil.

Sr. Presidente, incorporo ao meu discurso o informativo da Sudene sobre o referido estudo econômico referente ao Nordeste, cumprimentando esse órgão - e especialmente o coordenador do seu Departamento de Informações para o Planejamento, o economista Heródoto de Sousa Moreira - pelo brilhantismo e oportunidade do trabalho que realizaram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDISON LOBÃO EM SEU DISCURSO:

Desempenho econômico

SUDENE AVALIA CRESCIMENTO DO NORDESTE DE 1965 A 1995

Um panorama da economia da Região Nordeste no período de 1965 a 1995 acaba de ser traçado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) no recém-publicado "Agregados Econômicos Regionais - Produto Interno, Formação de Capital e Consumo de Governo". O desempenho obtido pela economia regional vem comprovar o retorno dos investimentos governamentais, que cresceram 435,9% nos últimos 30 anos. "O setor público resolveu investir maciçamente na infra-estrutura da Região (transportes, comunicações, energia, abastecimento) entre as décadas de 60 e 70 para dar suporte ao desenvolvimento econômico", atesta o coordenador do Departamento de Informações Para o Planejamento (IPL) da Sudene, economista Heródoto de Sousa Moreira.

Se o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) for avaliada no intervalo entre 1965 e 1995, observa-se que a economia nordestina evoluiu menos que a do País: 305,7% contra 351,4%. "Contudo, ao analisarmos o período a partir dos anos 70, verificamos que houve maior crescimento do Nordeste: 261,7% contra 205,7%, do Brasil", comenta Heródoto Moreira, argumentando que esta mudança pode ser creditada à maturação dos investimentos feitos na década de 60. Segundo ele, é importante destacar o salto no PIB da Região, que pulou de US\$24,8 bilhões em 1965 para US\$100,6 bilhões em 1995.

A evolução do PIB regional teve reflexo direto na renda per capita, equivalente a apenas US\$108,10 em 1965. Trinta anos

mals tarde, chegou a US\$2,436.95 no Nordeste. As atividades econômicas responsáveis pela alavancagem da economia nordestina no período foram energia elétrica e abastecimento d'água, com crescimento de 1.492,2%, atividades financeiras e bens imóveis, construção civil (576,7%) e comércio (672,3%).

Estratégia de Desenvolvimento

Aberto a um volume significativo de investimentos a partir dos anos 70 – Indicador que cresceu 170,5% de 1970 a 1995 –, o Nordeste registrou um ritmo de crescimento diferenciado entre seus Estados. As posições de destaque foram ocupadas pelo Rio Grande do Norte (568,0%), Maranhão (524,3%), Ceará (474,8%) e Piauí (401,2%). De acordo com o coordenador do IPL, quase todos os Estados montaram uma estratégia de desenvolvimento baseada nas potencialidades locais, a exemplo do Rio Grande do Norte, que detém um pólo têxtil avançado e uma forte exploração do extrativismo mineral. "Isso ajudou muito a Região", reconhece.

Quando se compara a variação real dos grandes setores econômicos, o único que destoou no ritmo de crescimento em nível regional é o agropecuário. A taxa média anual de crescimento do setor nos quatro Estados correspondeu a apenas 1,2% – RN, 2,9% – MA, 2,6% – CE e 4,3% – PI, fato que demonstra, segundo Heródoto Moreira, persistir a vulnerabilidade quanto aos fatores climáticos.

Considerado fundamental na área de planejamento regional, o estudo sobre os agregados econômicos do Nordeste tem sido publicado anualmente pela Sudene desde 1967. Além de divulgar a atualização do cálculo do Produto Interno Bruto e da Formação Bruta do Capital Fixo, a última edição traz estimativas da variável de Consumo do Governo no Nordeste, referentes aos períodos 1965/95, 1965/93 e 1975/93, respectivamente. O documento inclui ainda um conjunto de tabelas derivadas, que permitem estabelecer comparações entre as mesmas variáveis para o Nordeste, Estados da Região e Brasil.

BRASIL/NORDESTE E ESTADOS

Taxa média anual de crescimento do PIB (%)

Estados Períodos	70-80	80-90	70-95	90-95
MA	9,3	8,3	7,6	2,9
PI	9,4	5,9	6,7	1,0
CE	10,5	4,7	7,2	6,3
RN	10,3	7,4	7,9	4,1
PB	6,5	5,8	6,2	2,1
PE	3,6	5,6	5,1	1,5
AL	9,1	5,2	6,2, 2,6	
SE	10,2	4,4	5,9	0,7
BA	8,8	3,7	5,4	2,2
Nordeste	8,7	3,3	6,8	2,6
Brasil	8,6	1,6	4,6	2,7

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Levy Dias, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

A SRA. JÚNIA MARISE – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Peço à Senadora Júnia Marise que, em colaboração com a Mesa, aguarde para fazer seu pronunciamento como primeira oradora após a Ordem do Dia, uma vez que estamos bastante atrasados.

A SRA. JÚNIA MARISE – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, avisos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário Senador Odacir Soares.

São lidos os seguintes:

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Nº 1.009/96, de 22 de agosto de 1996, referente ao Requerimento nº 95, de 1996, de informações, do Senador Eduardo Suplicy, informando a impossibilidade de prestar as informações requeridas pelos motivos já expostos no Aviso nº 795/96, de 3 de julho do corrente, e reforçados pelo requerido pronunciamento da Advocacia-Geral da União, consubstanciado na Nota nº AGU/LS-01/96.

AVISO

DO SECRETÁRIO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Nº 123/96, de 22 de agosto de 1996, referente ao Requerimento nº 97, de 1996, de informações, do Senador Eduardo Suplicy, informando a impossibilidade de prestar as informações requeridas pelos motivos já expostos no Aviso nº 114/96, de 11 de julho do corrente, e reforçados pelo pronunciamento da Advocacia-Geral da União, consubstanciado na Nota nº AGU/LS-01/96.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Exª tem a palavra para uma questão de ordem.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (PT - SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nos termos do art. 403 e em face do disposto no § 1º do art. 216, ambos do Regimento

Interno, formulo questão de ordem em razão dos elementos a seguir expostos:

Na sessão de 18 de julho do corrente ano, após ressaltar que a Mesa Diretora, no exercício do juízo de admissibilidade, entendera que os Requerimentos nºs 95 e 97/96, ambos de minha autoria, eram absolutamente regulares, consignei meus protestos por terem o Ministro-Chefe da Casa Civil e o Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República se recusado a fornecer à Mesa do Senado Federal as informações requeridas.

Naquela oportunidade, solicitei à Presidência que reiterasse às autoridades mencionadas a remessa das informações, sob a advertência de que a recusa expressa importaria em crime de responsabilidade, de acordo com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal.

A Presidência, após a análise dos dispositivos regimentais aplicáveis, acolheu nossa questão de ordem e determinou que o Ministro-Chefe da Casa Civil e o Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência fornecessem as informações requeridas, salientando que em caso de reiteração da recusa, haveriam de responder por crime de responsabilidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Entretanto, em 22 de agosto próximo passado, S. Ex^{as}, Ministro Ronaldo Sardenberg e o Ministro Clóvis Carvalho, enviaram avisos ao Primeiro Secretário do Senado Federal informando estarem impossibilitados de atender a solicitação constante dos requerimentos supracitados por motivos já arrolados em correspondências anteriores ao Senado Federal, "reforçados pelo pronunciamento da Advocacia-Geral da União, conforme nota AGU-LS-01/96".

Ante o exposto, indago:

a) entende a Comissão Diretora - não obstante as prerrogativas do art. 49, inciso X, e art. 50, § 2º, da Constituição e em que pese à admissibilidade dos requerimentos formulados, já reconhecida por este Colegiado - estar o Senado Federal impedido de ter acesso aos documentos solicitados?

b) diversamente, entende a Comissão Corretora que é prerrogativa do Senado Federal ter acesso aos documentos, resguardadas as cautelas inerentes aos documentos de natureza sigilosa, conforme o disposto no art. 144 do Regimento Interno?

c) concluindo a Comissão Diretora pela improcedência da recusa manifestada pelas autoridades requeridas, queira a Presidência definir o procedimento a ser observado, para fim de declaração de ocorrência do fato e adoção das providências decorrentes do disposto no art. 50, §2º, da Constituição,

consoante o estabelecido no §1º do art. 216 do Regimento Interno.

Essa é a questão de ordem, Sr. Presidente, que encaminho à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A questão de ordem levantada pelo nobre Senador Eduardo Suplicy envolve assunto que já está em estudo na douta Comissão de Constituição e Justiça, em virtude de consulta desta Presidência quando da apresentação do Requerimento nº 357, do corrente ano, de autoria do nobre Senador Epitácio Cafeteira, na sessão realizada dia 16 de abril do corrente ano.

Em assim sendo, esta Presidência, atendendo a solicitação do Senador Eduardo Suplicy, uma vez que o assunto envolve interpretação de disposição constitucional, determina o encaminhamento àquela Comissão dos avisos que vêm de ser lidos, instruídos com a argumentação expendida por S. Ex.^a, para serem examinados em conjunto com a audiência anteriormente solicitada.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, apenas gostaria de mencionar que, como o Relator dessa matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, se não me engano, é o Senador Esperidião Amin, que se encontra licenciado, dada a relevância de obtermos rapidamente uma resposta para essas questões, seria importante que este assunto fosse decidido o quanto antes pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - inclusive no que diz respeito ao que foi levantado pelo Senador Epitácio Cafeteira, porque diversos requerimentos encaminhados, por exemplo, ao Ministério da Fazenda, foram respondidos sem as informações requeridas com a alegação de se encontrarem sob sigilo bancário.

Faço um apelo ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, devido à ausência do Senador Esperidião Amin, para que sejam tomadas as providências no sentido de que possamos ter a definição desse assunto o quanto antes, em benefício do resguardo do que está na Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Está no plenário o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que, naturalmente, levará em consideração a solicitação de V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário Senador Odacir Soares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 972, DE 1996

Senhor Presidente,
Requeiro, nos termos do artigo 119, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja dispen-

sado o parecer da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), cujo prazo para seu proferimento se encontra esgotado, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1996, de minha autoria, que "dispõe sobre a inclusão de Códigos de Identificação Tátil entre as características gerais das cédulas colocadas em circulação pelo Banco Central do Brasil".

Sala das Sessões, 15 de outubro de 1996. — Senador **Lúcio Alcântara**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 973, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeremos nos termos do art. 160, combinado com o 199, do Regimento Interno do Senado Federal que a realização da Homenagem Especial comemorativa aos três mil anos da Cidade de Jerusalém, prevista no Requerimento nº 872, de 1996, seja transferida para o período destinado aos oradores da Hora do Expediente, da sessão ordinária do Senado Federal, do dia 28 de novembro de 1996.

Justificação

O adiamento solicitado pretende viabilizar o comparecimento de autoridades judáicas, muçulmanas e cristãs, que são imprescindíveis ao objetivo desta homenagem.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 1996. — Senador **Coutinho Jorge** — **Benedita da Silva** — **Ney Suassuna** — **Pedro Simon** — **Valmir Campelo** — **Freitas Neto**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — O requerimento será submetido à deliberação do Plenário, após a Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 974, DE 1996

Requeiro, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos dos arts. 50, § 2º, da Constituição Federal, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Aeronáutica, cópia dos contratos do Projeto Sivam, assinados entre as competentes

autoridades brasileiras e o consórcio Rayteon Company.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 1996. — Senador **Gilberto Miranda**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — O requerimento lido será despachado à Mesa, na forma do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Odacir Soares.

É lido o seguinte:

OF. Nº 33/96/CCJ

Brasília, 10 de outubro de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais comunico a V. Exª que em reunião realizada no dia 9-10-96 esta Comissão concluiu pelo Arquivamento dos Ofícios "S" nºs 55 e 58 de 1995 e, 16 e 20, de 1996; pelo Desapensamento do Ofício "S" 15, de 1996 para tramitação em separado e, pela Aprovação do Ofício "S" nº 54, de 1995, na forma do Projeto de Resolução que apresenta.

Cordialmente, — Senador **Irls Rezende** — p/ Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — O ofício lido vai à publicação.

Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica que:

— o Projeto de Resolução nº 98, de 1996, que suspende a execução dos arts. 2º e 3º da Lei nº 6.747, de 12 de junho de 1986; do art. 2º da Lei nº 7.588, de 26 de maio de 1989, bem assim do art. 10 da Lei nº 7.802, de 21 de novembro de 1989, todas do Estado de Santa Catarina, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, durante cinco dias úteis, para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, a fim de que a matéria seja submetida ao Plenário;

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.521, adotada em 9 de outubro de 1996 e publicada no dia 10 do mesmo mês e ano, que "dispensa a comprovação de regularidade do recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) para fins de financiamento ao amparo do Programa Nacional de Fortale-

cimento da Agricultura Familiar – PRONAF e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
Jáder Barbalho	PMDB	Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
Francelino Pereira	PFL	Jonas Pinheiro
Vilson Kleinübing		Bello Parga
Lúdio Coelho	PSDB	Geraldo Melo
Regina Assumpção	PTB	Emília Fernandes
Ademir Andrade	PSB	Antônio Carlos Valadares

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
Paulo Bauer	Bloco (PFL/PTB)	Leal Varella
Maluly Netto		Rogério Silva
Michel Temer	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)	Geddel Vieira Lima
Odelmo Leão	Bloco (PPB/PL)	Gerson Peres
Nárcio Rodrigues	PSDB	Adelson Ribeiro
Sandra Starling	PT	Nilmário Miranda
Carlos Cardinal	PDT	Airton Dipp

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 15-10-96 – designação da Comissão Mista

Dia 16-10-96 – instalação da Comissão Mista

Até 15-10-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 24-10-96 – prazo final da Comissão Mista

Até 8-11-96 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.515-2, adotada em 10 de outubro de 1996 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "altera o limite de dedução

de que trata o § 2º do art. 1º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual, e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
Jáder Barbalho	PMDB	Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
Bernardo Cabral	PFL	Júlio Campos
José Bianco		Waldeck Ornelas
Artur da Távola	PSDB	Jefferson Peres
Epitácio Cafeteira	PPB	Lucídio Portella
Romeu Tuma	PSL	

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
Afonso Camargo	Bloco (PFL/PTB)	Arolde de Oliveira
Álvaro Gaudêncio Neto		Antônio Joaquim Araújo
Marcelo Teixeira	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)	Confúcio Moura
Odelmo Leão	Bloco (PPB/PL)	Gerson Peres
Alexandre Santos	PSDB	Emanuel Fernandes
João Colaço	PSB	Sérgio Guerra
Aldo Rebelo	PC do B	Sérgio Miranda

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 15-10-96 – designação da Comissão Mista

Dia 16-10-96 – instalação da Comissão Mista

Até 16-10-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 25-10-96 – prazo final da Comissão Mista

Até 9-11-96 – prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em sessão anterior foi lido o Requerimento nº 969, de 1996,

do Senador Lúcio Alcântara e outros, solicitando, nos termos regimentais, que a sessão especial prevista para o dia 21 de novembro próximo, destinada à comemoração dos 100 anos do início da Guerra de Canudos, seja transferida para o dia 26 do mesmo mês.

O Requerimento deixou de ser votado naquela oportunidade por tratar-se de sessão não deliberativa.

Passa-se à votação do requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em sessão anterior foi lido o Requerimento nº 970, de 1996, do Senador Osmar Dias e outros, solicitando, nos termos regimentais, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de 16 de outubro seja destinado a comemorar o Dia Mundial da Alimentação.

O Requerimento deixou de ser votado naquela oportunidade por tratar-se de sessão não deliberativa.

Passa-se à votação do requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

OFÍCIO Nº S/81, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 962, de 1996)

Ofício nº S/81, de 1996, através do qual o Banco Central encaminha solicitação da Prefeitura Municipal de São Paulo referente a pedido de rratificação da Resolução nº 52, de 1996, que autorizou aquela prefeitura a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, cujos recursos serão destinados ao Programa de Urbanização e Verticalização de Favelas – PROVER/CINGAPURA; e autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia referente à mesma operação.

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

Nos termos do art. 140, alínea a do Regimento Interno, designo o Senador José Bonifácio para proferir o parecer.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Antes de dar a palavra a V. Ex^a, dou a palavra ao Relator.

Em seguida, V. Ex^a poderá discutir a matéria.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO (PPB-TO. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

I – Relatório

Vem a esta casa o Ofício "S" nº 081/96 (Ofício PRESI-96/2697, de 5-9-96, na origem), do Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação para que seja rratificada a alínea g do art. 2º, da Resolução nº 52/96, do Senado Federal, que autorizou a Prefeitura Municipal de São Paulo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$150,000,000.00, destinados ao Programa de Urbanização e Verticalização de favelas – PROVER/CINGAPURA.

A solicitação decorre do estabelecido nas cláusulas 2.01 e 2.02 do Contrato de Empréstimo nº 938/OC-BR firmado, em 11-7-96, entre o Município de São Paulo (SP) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

É o relatório.

II – Voto

As cláusulas 2.01 e 2.02 do referido contrato de empréstimo prevêm que a última prestação de principal e juros deva ser paga até 11 de julho de 2021, o que exige a alteração da alínea g do art. 2º da resolução em epígrafe.

Diante do exposto e dado o indiscutível mérito da operação já submetida à deliberação desta Casa, somos de parecer favorável à solicitação contida no Ofício "S" nº 81/96, do Banco Central, na forma do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 99, DE 1996

Altera a alínea g do art. 2º da Resolução nº 52/96, do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A alínea g do art. 2º da Resolução nº 52/96, do Senado Federal, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º
g) condições de pagamento:

– *do principal* – o empréstimo deverá ser amortizado pelo mutuário mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais. A primeira prestação deverá ser paga na primeira data em que deva ser efetuado o pagamento de juros, uma vez transcorridos seis meses contados a partir da data prevista para o desembolso final do empréstimo, conforme estabelecido na cláusula 3.04 do contrato, e a última o mais tardar no dia 11-7-2021;

– *dos juros* – semestralmente vencidos, em 11-1 e 11-7 de cada ano, a partir de 11-1-97.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 99, de 1996, que altera o art. 2º, alínea g, da Resolução nº 52, de 1996, do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, para discutir a matéria.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, de antemão, antecipar que vou votar a favor da matéria, mas não poderia deixar de destacar alguns pontos que inclusive foram objeto de debate quando essa matéria veio a plenário. Eles, a meu ver, explicam a situação até vexaminosa – a meu ver – a que este Senado da República está sendo submetido para rerratificar uma resolução em função da ação do Banco Central.

Quando essa matéria foi discutida aqui, no dia 27 de junho, ressaltamos que o pedido da prefeitura recebeu tratamento VIP, pois foi feito no dia 24 de junho e teve parecer favorável do Banco Central no dia 25 de junho, sem que tivesse sido assinado pelo Executivo, o que é ilegal, e sem a autorização legislativa da Câmara Municipal, que só foi publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo no dia 26 de junho; portanto, após o parecer favorável do Banco Central. Entretanto, aprovamos aqui esse empréstimo no dia 27 de junho.

Com esse tratamento por parte do Banco Central, não é de se surpreender que esta Casa tenha que rerratificar a matéria.

Portanto, fazemos um apelo à Mesa do Senado no sentido de alertar à Diretoria do Banco Central que não exponha, mais uma vez, esta Casa a situações vexatórias como esta, em função de procedimentos, no mínimo, obscuros por parte daquele órgão.

Quanto ao mérito, como já fizemos no dia 27 de junho, votamos a favor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Osmar Dias, para discutir.

O SR. OSMAR DIAS (-PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos votando o projeto intitulado "Programa de Urbanização e Verticalização de Favelas". Parece-me que o favelamento é uma consequência que tem nascedouro em uma causa principal, o êxodo rural.

No mesmo dia em que estamos votando empréstimo de US\$150 milhões para São Paulo, vejo uma notícia no jornal **O Globo** inacreditável, porque não imagino que um Ministro de Estado possa ter dito o que estou lendo aqui.

Se o êxodo rural é a causa da formação das favelas, de pouco vale – embora também adiante o meu voto, que será favorável – estarmos sempre combatendo as consequências se o Governo empurra as causas para frente, como faz com essa afirmação.

O Ministro da Agricultura diz que supersafra, em 1997, traria problemas para a economia e limita a safra do ano que vem para, no máximo, 80 milhões de toneladas, afirmando que, se chegar a 85 milhões de toneladas, gerará problema para a economia.

O Governo quer um crescimento sustentado. No entanto, nunca tinha ouvido uma definição de crescimento sustentado como esta que estou lendo aqui em **O Globo**, qual seja a de harmonizar inflação baixa com produção baixa. Tenho outra concepção a esse respeito. Não tinha lido um absurdo tão grande, por isso faço referência a esse assunto, relacionando-o com o projeto que estamos votando.

Diz o Ministro Arlindo Porto:

"A safra do ano que vem não pode ficar muito acima de 80 milhões de toneladas, porque viraria supersafra, e o produtor poderá não ter o lucro desejado".

Tenho que chamar a atenção dos economistas aqui presentes, para que eles me ensinem novamente tudo o que aprendi e que parece estar errado.

O mundo inteiro está aberto para as exportações, e o Ministro diz que não conseguimos exportar porque não temos competitividade. Há poucas semanas, o Senado votou a desoneração do ICMS, oferecendo uma margem de competitividade que chega a 17% a mais para os produtos agrícolas. Sempre houve mercado para a soja e para o algodão. Hoje, não existe mercado para o algodão, porque o próprio Governo prefere importá-lo e irá fazê-

lo com mais de 60% das necessidades de consumo do próximo ano.

Sr. Presidente, no mesmo dia, uma outra matéria, assinada pelo economista Aloysio Biondi e cujo título era "O trigo jogado aos porcos", foi publicada num dos jornais de circulação nacional. Hoje, suinocultores estão comprando trigo e jogando-o aos porcos, porque não há mercado para esse produto. Quem plantou e produziu trigo está sendo obrigado a vendê-lo para os criadores de suínos, já que, no mercado normal, não há aceitação para o seu produto. Há uma preferência explícita pelo trigo importado, que, inclusive, está sendo utilizado como estratégia para baixar o preço do trigo nacional.

Sr. Presidente, vamos votar para que haja o desfavelamento de São Paulo. Vamos ajudar o Prefeito de São Paulo no seu intento de fazer algumas obras, como o Projeto Cingapura, para amenizar o drama de famílias, que, um dia, tiveram casa, comida e emprego e que, hoje, encontram o desalento, a desesperança e essa conseqüência inevitável que virá com as palavras do Ministro, que precisa sair do seu gabinete e olhar o que está acontecendo no Brasil.

Temos potencial para produzir e para alimentar melhor a população, que está mal alimentada, mas o Ministro estabeleceu um limite para nossa produção: só 80 milhões de toneladas, Sr. Presidente, senão vai matar a fome do povo, e aí ocorrerá um problema muito sério.

Voto a favor do projeto, mas lamento que, no mesmo dia, tenhamos que ler notícia desse calibre, do tamanho da tolice dessa afirmação de um Governo que deveria estar preocupado com a geração de empregos. E a agricultura produzindo, Sr. Presidente, gera muitos empregos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra a Senadora Júnia Marise, para discutir.

A SRA. JÚNIA MARISE (PDT-MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, já encaminhei favoravelmente na votação deste projeto.

Hoje voltamos a discuti-lo, por solicitação de rerratificação encaminhada pelo Banco Central, para que o Senado possa aprovar ou confirmar a aprovação desse empréstimo junto ao Banco Mundial para o Projeto Cingapura, da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Gostaria apenas de ressaltar essa questão que, vez por outra, tem ocorrido com as votações e os processos que são encaminhados pelo Banco Central para apreciação do Senado Federal.

Como relatora de vários processos, inclusive antes mesmo que se estabelecesse o rito de aprovação por parte das comissões e que o processo chegasse ao Plenário, tive a oportunidade de indagar e questionar do Banco Central todas as questões que diziam respeito aos dados e informações, principalmente técnicas, fornecidas pelo Banco Central.

Portanto, está evidente a omissão, o lapso ocorrido com relação ao processo que já foi aprovado por este Plenário e que agora retorna para se proceder à rerratificação desse empréstimo junto ao Banco Mundial.

Neste momento, Sr. Presidente, é importante fazer um esclarecimento, em primeiro lugar, aos órgãos técnicos do Banco Central, bem como às próprias assessorias técnicas, à Consultoria do Senado, para que tenhamos sempre condições de aprovar e discutir pareceres como esses que dizem respeito a investimentos internacionais, com os empréstimos junto ao Banco Mundial e junto aos organismos internacionais e que, necessariamente, devam ser aprovados pelo Senado Federal.

Encaminho favoravelmente à aprovação desse projeto, por entender que é uma questão social da maior relevância para a população do Município de São Paulo. Todavia, faço esta ressalva da importância de o Banco Central, em processos como esse, trazer à luz todas as informações absolutamente corretas, para que o Senado Federal não tenha que apreciar e votar pela segunda vez o mesmo processo e o mesmo pedido de empréstimo junto aos organismos internacionais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, algumas vezes as soluções apresentadas a nós, subdesenvolvidos, são emendas piores que o soneto.

Realmente, não acredito que este socorro, que a toda hora a nossa tendência a resolver com facilidade os nossos problemas nos leva a recorrer ao aumento da dívida externa, ao endividamento crescente e galopante a que temos assistido, possa realmente constituir uma forma de solucionar seriamente a nossa problemática.

Talvez a maneira pela qual o Brasil tem tratado a questão da agricultura tenha lançado milhares de agricultores às favelas das grandes cidades, como acaba de lembrar o nobre Senador pelo Paraná.

Não tenho dúvidas também de que a maneira pela qual o nosso endividamento externo tem sido tratado constitui uma fonte de criação de novas ondas de miséria, de novos problemas, de falta de habitação, de maior intensidade para os nossos conflitos e, portanto, de necessidade de socorro maior ao endividamento futuro. Essa falsa solução deve ser, de uma vez por todas, eliminada de nossa farmacopéia, porque se trata de uma solução falsa, de uma solução em que a emenda se apresenta muito pior do que o soneto.

Tenho absoluta certeza de que, como diz Jean Paul Sartre, é a consciência da realidade que nos produz a angústia. Se não tivéssemos consciência dos fatos, poderíamos continuar sorridentes do nascimento à morte, mas a consciência que temos dos fatos nos ocasiona, nos proporciona esta angústia quase que kierkégaardiana que, a todo momento, nos toma.

Portanto, tenho consciência perfeita de que a forma pela qual estamos aumentando o nosso endividamento externo, para resolver o problema de excesso de liquidez no mundo cêntrico, nos países capitalistas adiantados, fará resultar em novos favelados, talvez em muito maior número do que esses que o Projeto Cingapura poderá socorrer com esses US\$150 milhões que o Banco Interamericano de Desenvolvimento oferece ao Governo de São Paulo.

Portanto, pronuncio-me contra esse acréscimo do endividamento externo e espero que o meu prognóstico a respeito das conseqüências que advirão não se realize, como aquilo que decorreu no início dos anos 80, quando os juros internacionais passaram para 21,5% ao ano.

Na hora de fazer os empréstimos, eles douram as pílulas, dão-nos prazo grande para pagamento, prazos de carência e juros convidativos, mas, depois, como aconteceu no início dos anos 80, os juros disparam, e temos de pagar 21,5% ao ano, quando a taxa de juros normal é de cerca de 3% ou 4% ao ano.

Quero alertar os nobres colegas para que, cada vez que sejamos submetidos à aprovação desse aumento do endividamento externo, tenhamos consciência segura e profunda do voto que daremos.

É com a consciência tranqüila e angustiada que voto contra a aprovação deste e de qualquer outro aumento do endividamento externo que se apresente como solução, como uma mão estendida para a miséria a que nos submeteram os endividamentos anteriores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, gostaria de falar da tribuna para tentar trazer os nobres colegas ao debate.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Nobre Senador Pedro Simon, será um grande prazer para a Casa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, vivemos um momento muito importante, de imparcialidade deste Senado Federal, pelo gesto da Liderança do Governo, desta Casa, do Presidente José Sarney, enfim, de todos nós.

Em São Paulo, há um segundo turno, entre a Luiza Erundina e o Celso Pitta, e aqui estamos apreciando um projeto que diretamente interessa ao Pitta e ao Sr. Maluf. Mas estamos apreciando-o.

Poderia-se fazer um pedido de verificação de **quorum** e não votaríamos o projeto. Não! Ele está sendo apreciado e será votado. Felicito o PT pelo seu gesto de grandeza e toda a Casa, que vai votá-lo.

Sr. Presidente, no tempo em que eu era Governador, a aprovação no Banco Central demorava, mesmo com o despacho favorável de V. Ex^a, à época, Presidente da República. Dizia V. Ex^a: "Atendam ao Sr. Governador." E a aprovação não safa, ou levava tempo. Mas, agora, no dia 24 de junho, entrou o pedido do Dr. Maluf, Prefeito de São Paulo, no Banco Central. No dia 25, foi aprovado, e só no dia 26, a Câmara de Vereadores de São Paulo aprovou a lei. Quando a Câmara de Vereadores aprovou a lei, o Banco Central já tinha aprovado o pedido do Sr. Maluf.

Ótimo! Vamos votar! O Governo é correto; não é um governo de uma linha reta. Não, o Governo tem de ter as suas flexões.

Lembro-me de que o Governador Maluf esteve no gabinete do Senhor Presidente Fernando Henrique hipotecando sua solidariedade. Então, no dia 22, o Maluf esteve no gabinete do Presidente da República. No dia 24, o Banco Central recebeu o seu pedido e, no dia 25, aprovou.

É verdade que depois os acontecimentos foram outros, diferentes. Houve declarações do Ministro das Comunicações; o Banco Central tomou uma atitude, na minha opinião, muito feia, de impedir, de repente, um negócio do Dr. Pitta de dois anos atrás, vindo à tona na véspera da eleição. Mas mostra que, neste Brasil, quando se quer, se faz.

Quero voltar ao que disse o nobre Senador Osmar Dias do Paraná. Declaração da maior importância do Presidente da República:

"Presidente diz que Estado não foi feito para atender aos pobres."

Creio que essa seja a afirmativa mais séria, mais justa e correta que tenha ouvido de Sua Excelência. Aliás, V. Ex^a, quando ocupava esse cargo, referiu-se a algo semelhante ao dizer que gostaria de ver o quanto de uma verba, destinada ao social, chegava ao seu destino. Na verdade, ficava pelo meio.

"Não adianta só o Presidente querer, um grupo de pessoas de boa vontade querer. É preciso mudar toda uma mentalidade", diz Fernando Henrique Cardoso.

E continua:

"O Brasil ainda tem uma "massa de excluídos" muito grande. Precisamos reduzir com energia o número desses excluídos."

Essa é uma declaração que me emociona. No entanto, vem o seu braço direito, o Ministro da Agricultura, dizer que o País não poderá produzir ano que vem mais de 80 milhões de toneladas, porquanto não haverá compradores. Sabemos que há 40 milhões de pessoas famintas sem ter o que comer. É claro que nossa tradição – e fui Ministro da Agricultura do Governo de V. Ex^a – está em comprar estoques reguladores quando, em casos especiais, há mais oferta do que procura. E o Ministro, com a maior tranqüilidade, diz que pretende não comprar nada. O Governo não vai interferir e, por isso, pede que não aumentem a produção mais do que em 80 milhões de toneladas. O máximo seria 85 milhões de toneladas. Mais do que isso...azar de quem produz.

Ora, Sr. Presidente, porque a produção tem que ser coordenada com a capacidade da população de consumir os alimentos, a produção tem que ser coordenada com a capacidade da população de produzir alimentos. Temos mais de 100 milhões, mas como só têm capacidade para consumir alimentos 120 – 40 não têm-, não vão produzir. Poderiam pensar em produzir e distribuir! Poderiam pensar em produzir e colocar nas cestas alimentares do Presidente da República. Poderiam pensar em produzir, e a Conab faria uma distribuição! Mas não pode. Não, isso não pode. Tem que produzir de acordo com a capacidade de comer. Agora, como é a capacidade de comer? Se há 40 milhões sem dinheiro, não produzem e não consomem. Continuem não consumindo...

Nunca vi num mesmo jomal, Sr. Presidente, uma coisa tão fantástica. Tem razão o Presidente da República. Tem tanta razão, que é o seu Ministro

que vem dizer isso. Só que não adianta Sua Excelência mandar, se as coisas não se fazem. Não adianta Sua Excelência determinar, se as pessoas não cumprem.

No Rio Grande do Sul ainda não chegou a verba destinada a financiar o plantio do arroz que vem. O Secretário da Agricultura e Abastecimento, Sr. César Augusto Shimer, tem protestado veementemente contra isso. O Presidente, o Governo disse que já está lá, mas a verba não chega. E a época do plantio está passando... Por que é que não chega? Talvez por causa disto: o Governo não sabe ainda como vai ser a produção.

Ora, Sr. Presidente, vamos votar a proposta relativa às casas populares do amigo Paulo Maluf. Entrou no dia 24, saiu no dia 25, a Câmara de Vereadores só aprovou a lei no dia 26, mas, como ele fez uma visita ao Presidente da República, que garantiu apoio à idéia amplamente noticiada nos meios de comunicação, a medida foi aprovada.

Creio que a afirmação do Presidente da República, num ato socialdemocrata, foi aceita até pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. Penso que Sua Excelência conseguiu agradar a toda a sua base. Diz ele que o Governo não foi feito para atender aos pobres; é preciso mudar a estrutura do Governo para atender aos pobres. Ele está certo.

Vamos tentar chegar à sua parte. Temos de atender aos pobres; eles têm prioridade sobre a educação, sobre a saúde, sobre a moradia. Fundamental é que se dê comida aos pobres. A primeira das necessidades básicas – tirando o ar, sobre o qual, graças a Deus, ainda não se paga imposto -, é comer. Primeiro vem a alimentação, depois vem a saúde, a educação, a moradia.

O Governo vem, por intermédio de seu Ministro, e diz que, por enquanto, não dá; por enquanto, só produzimos 80 milhões de toneladas de alimentos.

É verdade que o Brasil pode dobrar, triplicar sua produção; é verdade que o País é a maior reserva do mundo em áreas agricultáveis destinadas à alimentação; e é verdade que o melhor investimento que podemos fazer é na agricultura, à qual não se dá dinheiro; empresta-se. Quando dizemos que o Governo deu dinheiro para o Banco Nacional, deu mesmo, porque não vai voltar. Por outro lado, quando o Governo diz que deu dinheiro para a agricultura, não o fez, porque o dinheiro volta. Houve investimento – diz bem o Senador Bernardo Cabral –, com retorno rápido, porque se planta e, seis meses depois, recolhe-se. Na indústria, é preciso fazer um investimento em infra-estrutura, que leva dois, três,

quatro anos, e às vezes o investimento nem retorna antes de uma dezena de anos. Na agricultura, planta-se, e o investimento volta daí a seis meses.

Sr. Presidente, quero dizer que tenho o maior carinho pelo Ministro da Agricultura, o maior respeito por ele, penso que é um homem competente, mas foi infeliz. Deve ter sido um tecnocrata de terceira categoria que fez essa nota para o querido Ministro.

Acredito que ainda dá tempo para desmenti-la. Recebo com alegria o desmentido dele, do tecnocrata, ou o Presidente da República vai ter que falar, porque há uma questão que está no ar hoje. Vivam as favelas que vão terminar em São Paulo; viva o Projeto Cingapura; viva o entendimento do Sr. Maluf; viva o PT, que teve a grandeza de deixar passar; viva o Presidente da República, que diz que o Governo não pode continuar, como até aqui, não atendendo aos pobres.

No entanto, no momento em que o Presidente diz isso e que diz que as suas ordens têm que ser cumpridas, e que não está acontecendo isso porque não cumprem suas ordens, desejo esclarecimentos. No ano que vem, o Brasil deve produzir 80 ou, no máximo, 85 milhões de toneladas de alimentos; se tivermos chances, podemos chegar a 100 ou 110 milhões. Essa é a questão. Ao Presidente da República cabe respondê-la.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB-AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lamento as afirmações do Senador Pedro Simon. A uma certa altura, Sr. Presidente, a eficiência por parte de uma administração é mal interpretada na tribuna do Senado. Realmente, a matéria chegou no Banco Central ao dia 24; no dia 25, o Banco Central aprovou-a; e, no dia 26, a Câmara dos Vereadores do Estado de São Paulo complementou uma aprovação. A Câmara dos Vereadores já havia concedido autorização para o financiamento. Faltava apenas a inclusão desta matéria nos planos de orçamento do ano.

A Prefeitura de São Paulo, por sua vez, esteve na Comissão de Economia dois meses antes da aprovação, tratando da questão, visto que esta matéria tinha data fatal, tendo em vista as eleições, não podendo passar do mês de julho. A Prefeitura fez também gestões o tempo inteiro dentro do Ministério da Fazenda, dentro da Procuradoria e dentro do Banco Central.

Lamentavelmente, houve erros em relação ao que foi escrito, mas não com relação aos valores e à tramitação. Comprometi-me, junto ao Banco Central, que somente levaria essa matéria à votação na comissão e designaria relator depois que ela fosse aprovada na Câmara dos Vereadores. E isso só ocorreu depois de aprovada a matéria.

O Banco Central entrou em contato com a Comissão de Assuntos Econômicos, com a Prefeitura de São Paulo e com o designado relator. Em nenhum momento, essa matéria feriu absolutamente a não-votação porque foi levada à comissão depois de votada na Câmara de Vereadores.

Não houve participação do Sr. Presidente da República, não teve a participação do Sr. Paulo Maluf e não teve troca alguma. Foi um assunto tratado entre a administração do Banco Central e a Comissão de Assuntos Econômicos.

Isso era que queria deixar claro para os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Lauro Campos.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final. (Pausa.)

Sobre a mesa, Parecer da Comissão Diretora oferecendo a Redação Final da matéria, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 544, DE 1996
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 99, de 1996.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 99, de 1996, que altera o art. 2º, alínea g, da Resolução nº 52, de 1996, do Senado Federal.

Sala de Reuniões da Comissão, 15 de outubro de 1996. – **Odaclir Soares**, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator – **Emília Fernandes** – **Levy Dias** – **Antonio Carlos Valadares**.

ANEXO AO PARECER Nº 544, DE 1996.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte.

RESOLUÇÃO Nº, DE 1996

Altera o art. 2º, alínea g da Resolução nº 52, de 1996, do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 2º, alínea g, da Resolução nº 52, de 1996, do Senado Federal, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º

g) condições de pagamento:

– do principal – o empréstimo deverá ser amortizado pelo mutuário mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e tanto quanto possível iguais. A primeira prestação deverá ser paga na primeira data em que deva ser efetuado o pagamento de juros, uma vez transcorridos seis meses contados a partir da data prevista para o desembolso final do empréstimo, conforme estabelecido na cláusula 3.04 do contrato, e a última o mais tardar no dia 11 de julho de 2021.

– do juros – semestralmente vencidos, em 11 de janeiro e 11 de julho de cada ano, a partir de 11 de janeiro de 1997."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 2:

OFÍCIO Nº S/89, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 963, de 1996)

Ofício nº S/81, de 1996, através do qual o Banco Central encaminha solicitação do Governo do Estado de Santa Catarina relativa à

emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado – LFTSC, cujos recursos serão destinados à liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira à sexta parcelas.

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

Nos termos do art. 140, a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Nabor Júnior para proferir parecer pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

1. Com o Ofício "S" nº 89, de 1996, o Sr. Presidente do Banco Central do Brasil encaminha a solicitação do Governo do Estado de Santa Catarina, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina – LFTSC, cujos recursos serão destinados à liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira à sexta parcelas.

2. Segundo o pleito do Senhor Governador, à fl. 9 do processo, o Governo daquele Estado pretende liquidar seus débitos de precatórios judiciais, de acordo com o art. 33 do ADCT, obedecendo às disposições da Resolução nº 69, de 1995, deste Senado Federal, para o que formaliza e documenta o pedido, encaminhado ao Banco Central do Brasil.

3. O Senhor Governador solicita a competente autorização desta Casa para emitir LFTSC, cujos recursos serão destinados ao pagamento de saldo devedor de complementos da 1ª à 6ª parcelas bem como o valor da 7ª e 8ª parcelas, atualizadas até 31-5-96, totalizando uma operação de crédito no valor de R\$552.152.994,66, com as seguintes condições financeiras:

a) quantidade: 552.152 LFTSC;

b) modalidade: nominativa-transferível;

c) rendimento: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro – LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25-11-87;

d) prazo: até 5 anos;

e) valor nominal: R\$1.000,00 (CETIP)

f) previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

Data-Base	Vencimento	Quantidade	Tipo
31-5-96	1º-8-1998	52.152	P
31-5-96	1º-8-1999	100.000	P
31-5-96	1º-8-2000	150.000	P
31-5-96	1º-5-2001	250.000	P
		555.152	

g) forma de colocação: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20-9-79, do Banco Central do Brasil;

h) autorização legislativa: Lei nº 10.168, de 11-7-96.

4. A possibilidade de emissão de títulos públicos para a cobertura de precatórios judiciais pendentes de pagamentos até a promulgação da Constituição Federal está disciplinada no próprio texto Constitucional, em seu art. 33 do ADCT e na Resolução nº 69, de 1995, desta Casa. O dispositivo constitucional transitório permitiu que aqueles débitos fossem parcelados em até 8 prestações, a partir de 1º de julho de 1989, nelas incluindo o remanescente de juros e correção monetária. Permitiu, ainda, a faculdade das entidades devedoras emitirem "em cada ano, no exato montante dos dispêndios, títulos de dívida pública não computáveis para efeito do limite global de endividamento", conforme parágrafo único do citado art. 33 do ADCT. As Resoluções do Senado, que têm disciplinado o endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tanto a de nº 11, de 1994, como a vigente nº 69, de 1995, em conformidade com o texto constitucional, não incluem os títulos destinados à liquidação dos precatórios nos limites de endividamento público estabelecidos pelo Senado (§ 3º do art. 16 da Res. nº 69/95).

5. Todavia, como o Banco Central ressalta em seu Parecer Dedip-Diare-96/0913, de 2-10-96, que "a operação não se enquadra no limite previsto no art. 3º...", convém tecer os seguintes esclarecimentos:

a) o disposto no art. 3º da Resolução nº 69, de 1995, reproduz, na verdade, o dispositivo constitucional que veda operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital (art. 167, III, da Constituição Federal). Sobre esse tema, cabe esclarecer que o Governo do Estado de Santa Catarina, ao aprovar a autorização legislativa correspondente à presente operação (Lei Estadual nº 10.168, de 11 de julho de 1996), autorizou a abertura do crédito adicional necessário à compatibilização dos orçamentos estaduais com os acréscimos de despesas de capital por ela provocados. (Art. 5º do referido diploma);

b) o limite de endividamento acima referido não se aplica ao caso dos precatórios judiciais enquadrados no art. 33 do ADCT já referido, uma vez que aquele dispositivo constitucional transitório dispensou aos títulos de aludida dívida pública tratamento especial, ao considerá-los "não computáveis para efeito do limite global de endividamento". Em nosso entendimento, o texto constitucional permanente re-

feriu-se, portanto, a operações de crédito e despesas de capital não contempladas naquele dispositivo do Ato Transitório da Carta Magna e que tem como fundamento a colibção de endividamento público para financiamento de despesas de custeio. Ademais, a lei estadual que autorizou a operação de crédito criou a fonte de receita e especificou o destino preciso dos recursos, atendendo, dessa forma, o preceito constitucional supracitado.

6. Observa, ainda, o referido Parecer, que "o Município encontra-se cadastrado como inadimplente junto ao Sistema Financeiro Nacional, no Cadastro da Dívida Pública – CADIP". O registro deve-se a débitos não liquidados junto a instituições bancárias nacionais, que foram objeto de acordo já concretizado, conforme documentação apresentada pela Secretaria de Fazenda do Estado de Santa Catarina, no Ofício SEF/GABS nº 1.047, de 11 de outubro de 1996. Ademais, tal fato, à luz das disposições contidas na Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, não se constitui em razão impeditiva para a aprovação do pleito ora analisado, sendo somente informação referencial para o discernimento e deliberação desta Casa.

7. Portanto, a nosso ver, o pleito satisfaz as normas de endividamento público estabelecidas pelo Senado Federal, assim como a instrução processual satisfaz as exigências contidas nos art. 13 e 16 da Resolução nº 69/95, desta Casa. Assim, somos favoráveis ao pedido de autorização nos termos dos seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 100, DE 1996

Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina – LFTSC, cujos recursos serão destinados à liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira à sexta parcelas.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de Santa Catarina autorizado a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina – LFTSC, cujos recursos serão destinados à liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira à sexta parcelas.

Art. 2º As emissões de títulos referidos no artigo anterior serão realizadas com as seguintes características e condições financeiras:

a) quantidade: 552.152 LFTSC;

b) modalidade: nominativa-transferível;

c) *rendimento*: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro – LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25-11-87;

d) *prazo*: até 5 anos;

e) *valor nominal*: R\$1.000,00 (CETIP)

f) *previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos*;

Data-Base	Vencimento	Quantidade	Tipo
31-5-96	1º-8-1998	52.152	P
31-5-96	1º-8-1999	100.000	P
31-5-96	1º-8-2000	150.000	P
31-5-96	1º-5-2001	250.000	P
		555.152	

g) *forma de colocação*: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20-9-79, do Banco Central do Brasil;

h) *autorização legislativa*: Lei nº 10.168, de 11-7-96.

Parágrafo único. As emissões autorizadas por esta Resolução somente serão registradas e colocadas no mercado de títulos no exato montante das despesas com o pagamento dos débitos judiciais apurados em sentenças transitadas em julgado, previamente apresentadas ao Banco Central do Brasil, observando-se ainda o disposto no parágrafo único do art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no § 4º do art. 16 da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O parecer conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 100, que acaba de ser lido.

Poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Sobre a mesa, emendas que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

São lidas as seguintes:

EMENDA Nº 1º-PLEN

Ao Projeto de Resolução nº 100, de 1996

Inclua-se, onde couber, como dispositivos condicionantes da emissão das LFTSC objeto da presente Resolução, o seguinte:

Parágrafo – As emissões autorizadas por esta Resolução, referentes aos complementos serão efetivadas no exato montante das despesas com o pagamento dos débitos judiciais apurados em sentenças transitadas em julgado, observando-se ainda o disposto no parágrafo 4º da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal;

Sala das Sessões, 15 de outubro de 1996. –
Sérgio Machado – Roberto Requião – Hugo Napoleão.

EMENDA Nº 2-PLEN

Ao Projeto de Resolução nº 100, de 1996

Inclua-se, onde couber, como dispositivos condicionantes da emissão das LFTSC objeto da presente Resolução, o seguinte:

Parágrafo. A emissão dos títulos correspondentes aos precatórios judiciais não transitados em julgado, fica condicionada à comprovação da decisão judicial final, junto ao Banco Central, que autorizará o respectivo registro na Central de Custódia de Títulos Privados CETIP, e instituirá controle das informações prestadas pelo Governo do Estado, encaminhando-as ao Senado Federal, somente para conhecimento.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 1996. –
Sérgio Machado – Roberto Requião – Hugo Napoleão.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Peço ao nobre Senador Nabor Júnior o parecer sobre as emendas que acabam de ser lidas.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, as duas emendas apresentadas a esta proposição, nºs 1/96 e 2/96, de autoria dos Senadores Sérgio Machado, Roberto Requião e Hugo Napoleão, já foram objeto de inclusão em projetos de resolução aprovados por esta Casa.

No Projeto de Resolução nº 61/96, o Senado Federal autorizou o Município de Goiânia a emitir Letras Financeiras do Tesouro para pagamento de precatórios, da mesma forma como está procedendo com relação ao pedido de autorização para emissão de letras para o Estado de Santa Catarina.

O mesmo procedimento foi adotado em relação à Resolução nº 65/96 quando esta Casa autorizou o Estado de São Paulo a emitir Letras Financeiras do Tesouro para pagamento de precatórios.

Pelas razões expostas, a relatoria oferece parecer favorável às duas emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO SUPLYCY – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra V. Ex^a

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT-SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a atenção do relator, Senador Nabor Júnior, porque, não conhecendo toda a história de Santa Catarina, o Senador Esperidião Amin chamou-me a atenção para dois fatos: primeiro, o Estado de Santa Catarina não emitiu letras para fins de pagamento de precatórios judiciais até hoje na sua história; segundo, trata-se de uma autorização para levantamento de recursos da ordem de R\$550 milhões, o que equivale a quase 70% de todo o valor do endividamento público do Governo de Santa Catarina. Portanto, uma soma de grande valor.

Como este assunto está sendo tratado em regime de urgência diretamente no plenário do Senado, pergunto ao Senador Nabor Júnior se essas preocupações, no caso do Senador Esperidião Amin, estão sendo levadas na devida conta na hora de S. Ex^a recomendar a aprovação desta autorização.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, com a anuência de V. Ex^a, informo ao nobre Senador Eduardo Suplicy que a solicitação de empréstimo de Santa Catarina está de acordo com a Resolução nº 69, de 1995, aprovada pelo Senado Federal. Com base nessa resolução, o Senado Federal tem aprovado invariavelmente todas as solicitações de empréstimos, notadamente para pagamento de precatórios transitados em julgado.

É o caso de Santa Catarina que já pagou seis parcelas desses precatórios, e a atual solicitação para emissão de Letras Financeiras do Tesouro é para pagamento da sétima e oitava parcelas desses precatórios, que correspondem a dívidas contraídas em Governos anteriores que o atual Governo está procurando honrar.

Sr. Presidente, a presente solicitação atende a todos os requisitos previstos na Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, e, também, ao art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da nossa Constituição.

Portanto, o pedido está de acordo com as normas exigidas para a aprovação de matérias semelhantes a esta que já foram objeto de tramitação e aprovação aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A SRA. SANDRA GUIDI (PPB-SC) – Sr. Presidente, peço verificação de votação, com o apoio dos Senadores Osmar Dias, Lucídio Portella, Roberto Requião e José Bonifácio.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A nobre Senadora Sandra Guidi pede verificação de votação. Sendo regimental a solicitação, S. Ex^a será atendida.

Peço aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes e em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário, uma vez que procederemos à verificação de votação do Item 2 da pauta, Ofício nº S/89, de 1996, que trata de concessão de crédito para Santa Catarina. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Na Casa, há 69 Senadores.

Há quorum legal.

Peço aos Srs. Senadores que ocupem seus lugares. Vamos proceder à votação.

Concedo a palavra ao Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA) – Sr. Presidente, a liderança do PMDB recomenda o voto favorável, ou seja, o voto "sim", nos termos do parecer do relator, Senador Nabor Júnior.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) – Sr. Presidente, a liderança do PFL recomenda o voto favorável.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE) – Sr. Presidente, a liderança do PSDB recomenda o voto "sim".

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF) – Sr. Presidente, a liderança do PTB também recomenda o voto "sim".

A SRA. SANDRA GUIDI (PPB-SC) – Sr. Presidente, o PPB recomenda o voto "não", contra a matéria.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE) – Sr. Presidente, entendemos que a votação de empréstimo ou de rolagem de empréstimos para os Estados não pode ficar subordinada aos humores do Plenário do Senado Federal contra este ou aquele Governador.

Matérias semelhantes passaram pela Comissão de Assuntos Econômicos e foram analisadas exaustivamente.

Como essa matéria está em regime de urgência e como existe questionamento em relação à sessão da Assembléia Legislativa que aprovou a resolução e como, inclusive, a bancada do nosso partido entrou na Justiça contra esta sessão, a liderança do PT encaminha abstenção.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A liderança do PT recomenda abstenção.

Peço aos Srs. Senadores que ocupem seus lugares.

O Sr. Gilberto Miranda - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parece-me que, com o pedido de verificação de **quorum**, V. Ex^a primeiro teria que checá-lo, verificar a existência de **quorum** e, depois, votar a matéria.

Para que não sejamos induzidos a erro, lembro que constava no painel a presença de 68 Srs. Senadores.

Agora, V. Ex^a deveria verificar o **quorum** e depois colocar a matéria em votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a está equivocado. O **quorum** é verificado pela presença dos Senadores na Casa. O número para votação é feito pela aferição do plenário na hora da votação. Não havendo **quorum**, a sessão é suspensa, de acordo com o Regimento, por 10 minutos, a fim de proceder a nova votação.

O assunto está previsto no Regimento Interno.

A Sr^a Júnia Marise – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra à nobre Senadora Júnia Marise para orientar a bancada, porque já passou a oportunidade de encaminhamento de votação.

A SRA. JÚNIA MARISE (PDT-MG. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, neste plenário temos discutido, em todas as oportunidades, a emissão de Letras Financeiras do Tesouro para a rolagem das dívidas dos Estados. Esses processos têm sido discutidos pela Comissão de Assuntos Econômicos e pelo Plenário do Senado Federal.

Sempre tenho dito que nossa responsabilidade é decidir sobre a matéria. Não podemos nos omitir. Certamente, os Governos Estaduais precisam de nossa decisão, pois - repito -, cabe-nos decidir sobre os pedidos encaminhados a esta Casa pelo Banco Central. Em todas essas ocasiões a bancada do PDT tem-se manifestado favoravelmente à aprovação.

Diante disso, Sr. Presidente, seguindo o rito da apreciação dessas matérias e entendendo que não foi levantada nenhuma questão relevante de ordem técnica, recomendamos à nossa bancada o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Peço aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas que têm parecer favorável.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Bello Parga – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Coutinho Jorge – Edison Lobão – Eício Alvares – Ernandes Amorim – Freitas Neto – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvan Borges – Henrique Loyola – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – Júlio Campos – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuana – Onofre Quinan – Pedro Simon – Regina Assumpção – Renan Calheiros – Roberto Freire – Romeu Tuma – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Silva Junior – Valmir Campelo.

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

José Bonifácio – Lucildo Portella – Sandra Guidi.

ABSTÊM DE VOTAR OS SRS. SENADORES:

Benedita da Silva – Eduardo Suplicy – Jefferson Péres – José Eduardo Dutra – Lauro Campos – Osmar Dias – Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 43 Srs. Senadores; e NÃO 3.

Houve 7 abstenções.

Total de votos: 53.

O projeto foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Vamos votar em globo as emendas que receberam parecer favorável do relator.

Os Srs. Senadores que aprovam as emendas queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final. (Pausa.)

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 545, DE 1996

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 100, de 1996.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 100, de 1996, que autoriza o Estado de Santa Catarina a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina – LFTSC, cujos recursos serão destinados à liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira à sexta parcelas.

Sala de Reuniões da Comissão, 15 de outubro de 1996. – **Odacir Soares**, Presidente – **Ney Suasuna**, Relator – **Emília Fernandes** – **Levy Dias** – **Antonio Carlos Valadares**.

ANEXO AO PARECER Nº 545, DE 1996

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1996

Autoriza o Estado de Santa Catarina a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina – LFTSC, cujos recursos serão destinados à liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira à sexta parcelas.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Santa Catarina autorizada a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina – LFTSC, cujos recursos serão destinados à liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira à sexta parcelas.

Art. 2º A emissão de títulos referida no artigo anterior será realizada com as seguintes características e condições financeiras:

- a) *quantidade*: 552.152 Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina – LFTSC;
- b) *modalidade*: nominativa-transferível;
- c) *rendimento*: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro – LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;
- d) *prazo*: até cinco anos;
- e) *valor nominal*: R\$1.000,00 (um mil reais) (CETIP);

f) *previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos*:

Data-Base	Vencimento	Quantidade	Tipo
31-5-96	1º-8-1998	52.152	P
31-5-96	1º-8-1999	100.000	P
31-5-96	1º-8-2000	150.000	P
31-5-96	1º-5-2001	250.000	P
Total		555.152	

g) *forma de colocação*: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro e 1979, do Banco Central do Brasil;

h) *autorização legislativa*: Lei nº 10.168, de 11 de julho de 1996.

§ 1º A emissão dos títulos correspondentes aos precatórios judiciais não transcritos em julgado fica condicionada à comprovação da decisão judicial final junto ao Banco Central do Brasil, que autorizará o respectivo registro na Central de Custódia de Títulos Privados CETIP, e instituirá controle das informações prestadas pelo Governo do Estado, encaminhando-as ao Senado Federal, somente para conhecimento.

§ 2º As emissões autorizadas por esta Resolução somente serão registradas e colocadas no mercado de títulos no exato montante das despesas com o pagamento dos débitos judiciais apurados em sentenças transitadas em julgado, previamente apresentadas ao Banco Central do Brasil, observando-se ainda o disposto no art. 33, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no art. 16, § 4º, da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal.

§ 3º As emissões autorizadas por esta Resolução referentes aos complementos serão efetivadas no exato montante das despesas com o pagamento dos débitos judiciais apurados em sentenças transitadas em julgado, observando-se ainda o disposto no art. 16, § 4º, da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias contado a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a redação final, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Item nº 3.

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 63, de 1995, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que institui duas coleções, a serem editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas, uma sobre a história constitucional do País e outra sobre os grandes vultos que honraram o Senado, tendo

Parecer sob nº 531, de 1996, da Comissão

- **Diretora**, oferecendo a redação do vencido.

Sobre a mesa, emendas que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

São lidas as seguintes:

Emendas ao Substitutivo do Projeto de Resolução nº 63, de 1995

EMENDA Nº 1-PLEN

Dê-se à emenda do substitutivo a seguinte redação:

"Institui as coleções "Grandes vultos que honraram o Senado" e "História Constitucional do Brasil"

EMENDA Nº 2-PLEN

Dê-se ao art. 1º do substitutivo a seguinte redação:

"Art. 1º O Senado Federal fará publicar duas coleções intituladas "Grandes Vultos que Honraram o Senado" e "História Constitucional Brasileira".

§ 1º A coleção "Grandes Vultos que Honraram o Senado" destina-se a homenagear ex-Senadores que tenham se destacado como personalidades marcantes da nossa história cultural, política e parlamentar.

§ 2º A coleção "História Constitucional Brasileira" será composta por obras editadas ou reeditadas, que sejam relevantes para a compreensão da trajetória política do País.

§ 3º As coleções serão compostas de séries seqüenciais de obras, de caráter permanente, enriquecidas a cada ano pelas novas edições autorizadas na forma desta Resolução."

EMENDA Nº 3-PLEN

Acrescentem-se ao substitutivo artigos com a seguinte redação:

"Art. 2º A publicação de que trata o § 1º do artigo anterior se dará **post mortem**, como homenagem e agradecimento do Senado Federal ao parlamentar, pelo esforço dispensado em favor da Democracia e, particularmente, do Poder Legislativo.

§ 1º Os homenageados serão escolhidos mediante proposta de qualquer um dos membros do Senado Federal e decisão da maioria dos integrantes da Mesa.

§ 2º A honraria será conferida a, no máximo, três ex-Senadores, em cada ano, a fim de preservar seu caráter de distinção.

Art. 3º Da publicação de que trata o § 1º do art. 1º, constarão uma introdução contendo dados biográficos da vida pública e particular do homenageado, que o fizeram notório nos contextos históricos, político, social e cultural de seu tempo, informações sobre sua formação intelectual, a partir dos primeiros estudos, bem como sobre suas proposições, discursos mais representativos e outros feitos relevantes de sua atuação parlamentar.

§ 1º O texto será apresentado em linguagem clara e simples, de forma a favorecer e motivar a leitura

§ 2º Os dados e informações serão dispostos na ordem cronológica dos fatos da vida do homenageado e incluirão sua atuação pública nos três níveis administrativos e nos Três Poderes, se for o caso.

§ 3º Entrevistas, reportagens, artigos jornalísticos e outros documentos de relevância e ilustrações da atuação do homenageado poderão ser mencionados, com indicação das respectivas fontes e datas.

§ 4º Obras literárias ou técnicas de autoria do homenageado, quando houver, serão destacadas, logo após a introdução.

§ 5º O material selecionado para integrar a obra deverá ser identificado com ins-

crição de título expressivo de seu conteúdo e indicação de datas e fontes.

§ 6º A família do homenageado será convidada a indicar um de seus membros para rever o texto da introdução e se pôr qualquer motivo deixar de fazê-lo será substituída por Senador designado pela Mesa."

EMENDA Nº 4 – PLEN.

Transforme-se o § 1º do art. 2º do substitutivo em art. 5º, com a seguinte redação:

"Art. 5º A coleção de que trata o § 2º do art. 1º será composta de obras selecionadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas, em articulação com as Subsecretarias de Biblioteca e de Arquivo do Senado Federal, observadas quanto ao direito autoral as disposições da Lei nº 5.988, de 1979."

EMENDA Nº 5 – PLEN

Renuncie para parágrafo único do art. 5º o § 2º do art. 2º do substitutivo mantida a seguinte redação.

"Parágrafo único. Na programação orçamentária da Subsecretaria de Edições Técnicas serão alocados recursos necessários à cobertura dos custos com o pagamento dos direitos autorais referentes às obras selecionadas para edição no exercício subsequente."

EMENDA Nº 6 – PLEN

No art. 4º do substitutivo onde se diz:

"art. 3º da Resolução nº 23 de 1994" e "os termos do art. 2º desta Resolução"

diga-se, respectivamente:

"§ 1º do art. 2º desta Resolução" e "os termos do art. 5º desta Resolução"

EMENDA Nº 7 – PLEN

Dê-se ao art. 5º do substitutivo a numeração de art. 6º, mantida a mesma redação.

EMENDA Nº 8 – PLEN

Acrescente-se ao substitutivo o seguinte artigo:

"Art. 7º As publicações das obras de que trata esta Resolução obedecerão, no que couber, às normas sobre publicações técnicas a cargo da Subsecretaria de Edições Técnicas e serão coordenadas pela Secretaria de Documentação e Informação.

Parágrafo único. As obras poderão ser reproduzidas em CD-ROM."

EMENDA Nº 9 – PLEN

Acrescentem-se, no art. 7º do substitutivo, *in fine* as expressões "em especial a Resolução nº 23, de 1994, do Senado Federal"

Justificação

As emendas apresentadas objetivam tornar mais abrangente o alcance do projeto, de maneira a possibilitar que a pesquisa destinada à elaboração da coleção *Grandes Vultos que Honraram o Senado* compreenda as personalidades do Senado desde a sua instalação, em 6 de maio de 1826, e procuram estabelecer parâmetros que irão nortear a elaboração da coleção tendo por objetivo orientar os órgãos técnicos do Senado que estarão envolvidos com sua publicação.

Sala das sessões, em 15 de outubro de 1996.
– **Lúcio Alcântara.**

(As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão o substitutivo, em turno suplementar. (Pausa.)

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon para discutir a matéria.

V. Exª dispõe de 10 minutos.

PEDRO SIMON (PMDB-RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero felicitar o autor do projeto, Senador Lúcio Alcântara. O projeto é muito oportuno e altamente positivo para o Senado Federal. Ele possibilita que se faça uma coletânea jurídica mais aperfeiçoada.

O projeto que apresentei, que foi aprovado e já está em vigor, determina a publicação da biografia dos Senadores que se destacaram na história do Senado. S. Exª, com muita precisão, melhora a redação do projeto para "grandes vultos que honraram o Senado da República".

É com satisfação que voto a favor desse projeto, pois ele já está sendo, inclusive, executado. A primeira biografia a ser publicada, ainda este ano, é a do Senador Teotônio Vilela. O trabalho já foi iniciado. Será uma grande publicação sobre a vida do Senador Teotônio Vilela.

Votei a favor do projeto e, mais uma vez, felicito o seu autor, porque, graças a S. Exª, as Edições Técnicas do Senado Federal contribuirão para a divulgação da nossa história constitucional, pois anualmente fará uma edição que levará para as nos-

sas bibliotecas o estudo sobre o aperfeiçoamento constitucional do Brasil. Além disso, a cada ano será editada a biografia de um grande vulto que passou para a história do Senado.

Meus cumprimentos, Sr. Presidente. Fico feliz em ver que o projeto que já existia está sendo aperfeiçoado. Fico feliz também em saber que está sendo cumprida a determinação da Casa e de V. Ex^a a respeito da publicação da biografia do Senador Teotônio Vilela, que já está sendo impressa e até o final do ano será publicada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Continua a discussão.

Com a palavra o Senador Lúcio Alcântara, autor da matéria.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar a compreensão e a colaboração do Senador Pedro Simon, autor de uma proposta menos abrangente, relacionada também ao objetivo de publicação de biografia de ex-Senadores. S. Ex^a teve a grandeza e a generosidade de, compreendendo o alcance da proposta de minha iniciativa, colaborar para que ela fosse melhorada e, ao final, depois de tramitar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, recebesse o retoque final da Mesa.

Agora, a matéria vem ao plenário com essas emendas que apresentei, para ser fiel tanto às idéias do Senador Pedro Simon como também àquilo que a Mesa Diretora havia deliberado, inclusive para atender à conveniência da administração do Senado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Não havendo mais oradores, está encerrada a discussão.

Com a apresentação de emendas, o substitutivo volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão Diretora.

O Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Primeiro, Senador José Roberto Arruda, vamos concluir a Ordem do Dia e, em seguida, darei, com muito prazer, a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Esgota a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 973, de 1996, lido no Expediente, de autoria do Senador Coutinho Jorge e outros Senadores, solicitando que a realização da homenagem especial comemorativa aos três mil anos da cidade de Jerusalém, nos termos do Requerimento nº 872, de 1996, seja transferida para o dia 28 de novembro próximo.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – A Presidência propõe ao Plenário a indicação dos Senadores José Sarney, Antonio Carlos Magalhães e Hugo Napoleão para representar o Senado no XXVII Jantar Anual da Entrega do Prêmio Personalidade do Ano, promovido pela Câmara de Comércio Brasil – Estados Unidos, a realizar-se em Nova Iorque em 24 de outubro próximo, sem ônus para o Senado.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Ficam os Senadores José Sarney, Antonio Carlos Magalhães e Hugo Napoleão autorizados a desempenhar a referida missão.

A SRA. JÚNIA MARISE – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Inicialmente, vou conceder a palavra ao Senador José Roberto Arruda e, em seguida, a V. Ex^a

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a atenção dos Srs. Senadores e particularmente dos Srs. Líderes. Está marcada, para as dezenove horas de hoje, uma sessão do Congresso Nacional.

O primeiro item da pauta é um projeto de lei que permite a transferência para os Estados dos valores correspondentes às perdas, consequência da desoneração do ICMS. Praticamente todos os Estados brasileiros já têm recursos devidos para serem recebidos da União, em função do projeto de desoneração do ICMS aprovado pelo Congresso Nacional, sancionado pelo Presidente da República e já em vigência.

Como há possibilidade de verificação de **quorum** e de votação nominal, eu pediria aos Srs. Líderes e aos Srs. Senadores que estivessem presentes na sessão do Congresso Nacional hoje, às dezeno-

ve horas, para que esses créditos dos Estados pudessem ser aprovados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Concedo a palavra à nobre Senadora Júnia Marise, Líder do PDT, para uma comunicação inadiável.

A SRª JÚNIA MARISE (PDT-MG. Como Líder. Para uma comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vários oradores se manifestaram neste plenário a respeito da data que, certamente, hoje o professorado brasileiro comemora com muita reflexão. Certamente, ele não está pedindo homenagens, mas apenas que lhe faça justiça, pois, ao longo de todos esses anos, já teve o seu papel e continua tendo a sua missão na educação e na formação das nossas gerações.

Quando cheguei ao Congresso Nacional pela primeira vez, eleita Deputada Federal pelo meu Estado, tive oportunidade de aprovar, na Câmara dos Deputados, uma emenda resgatando a aposentadoria aos 25 anos para os professores brasileiros. Era o resgate daquilo que considerávamos uma dívida para com uma categoria que sempre enfrentou dificuldades e o processo de omissão e de discriminação por parte de todos os nossos governantes.

Hoje, quando estamos comemorando o Dia do Professor, certamente nos lembramos, cada um de nós, daqueles que exerceram um papel importante na nossa vida, desde as primeiras lições até o último ano do nosso curso superior.

Neste momento, entre os sonhos e os ideais de construir uma democracia e um país socialmente justo, o Governo tem-se omitido, como de resto todas as nossas autoridades, diante do problema da educação. Não se valorizam os profissionais da área, desde o professor até os serviços que contribuem de forma fundamental para o aperfeiçoamento da educação brasileira. Não se dá importância ao papel do professor, como não se valoriza nem se propõe o resgate da dignidade salarial das professoras e dos professores brasileiros.

Neste momento, Sr. Presidente, temos um pacote defendido pelo Governo Federal e já execrado pela sociedade brasileira, porque, certamente, esse pacote não pretende atingir e não pretende colocar o dedo na ferida dos problemas sociais do País. Na medida que o Governo investe, através das medidas que anunciou, em cima do servidor público, o que se pretende não é apenas retirar privilégios, mas, acima de tudo, promover o sucateamento da administração pública em nosso País.

Não será com a demissão de 55 mil servidores públicos federais que o Governo vai sanar as finanças públicas. Não será com o corte de direitos e garantias de tantos e tantos anos dos nossos trabalhadores do serviço público que o Governo vai reduzir o déficit público e promover o saneamento das finanças públicas.

Atrás disso, na verdade, está aquilo que este Governo sempre pretendeu: continuar promovendo, através de uma política econômica equivocada, que não adotou no tempo e na hora certa, as correções de rumo necessárias para evitar a quebra do setor produtivo nacional e evitar o desemprego em massa no País. Certamente, nesses setores da atividade social, o Governo não resgatará o nosso desenvolvimento, como não resgatará o emprego dos trabalhadores e servidores públicos com esse pacote, que mais uma vez se transforma num ato de perplexidade por parte da sociedade brasileira e em mais um engodo, na tentativa de abrir, cada vez mais, estas chagas sociais com que a Nação convive hoje: o desemprego, a miséria e a fome.

Em várias ocasiões, tive aqui a oportunidade de manifestar a nossa preocupação com as dificuldades sociais por que passa o nosso País. Tenho cobrado as metas mostradas à sociedade brasileira pelo candidato Fernando Henrique Cardoso, empunhadas nos cinco dedos da sua mão, que prometiam educação, saúde, reforma agrária, melhoria das condições do povo brasileiro e, mais do que isso, um grande programa que pudesse eliminar a miséria e a fome.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje comemoramos o Dia do Professor, mas, certamente, durante todos os dias do ano, o professor não tem o que comemorar, porque está vendo cada vez mais atingidos o seu salário, a sua sobrevivência e as condições de sustentação de sua missão de educar as nossas gerações.

Em Minas Gerais, nossos professores não tiveram aumento de salário nesses quase dois anos de Governo. Estão recebendo salários atrasados devido à insensibilidade, a determinações e orientações que promoveram o pagamento dos salários dos nossos servidores e professores com alternância de dias, chegando até o 18º dia do mês.

É com todas essas dificuldades que o professorado brasileiro está convivendo hoje. Para ele, não há valorização profissional. Não existe um programa que lhe dê as condições reais de estímulo e de aperfeiçoamento na sua carreira, escolhida a partir do ideal de educar as nossas crianças.

Onde estão os programas e os projetos, anunciados várias vezes por este Governo, destinados a

promover a valorização profissional dos nossos professores, com a implantação de cursos permanentes de reciclagem profissional, a fim de que sejam dados os passos decisivos para que a nossa educação alcance a modernidade e o aperfeiçoamento?

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a nossa palavra ao professorado brasileiro é a da resistência, da coragem, da determinação e, acima de tudo, do encorajamento. Apesar das dificuldades, da falta de apoio e dos salários indignos, todo o professorado ainda continua na luta, sejam as professoras lá do interior do meu Estado, Minas Gerais, daquelas localidades mais afastadas e que vão, no lombo do cavalo, lecionar nas escolinhas mais distantes dos distritos e dos arraiais dos nossos municípios, sejam os professores das nossas cidades grandes, das capitais ou das cidades médias, que muitas vezes não têm condições sequer de comprar o seu próprio material para que possam dar continuidade ao seu aperfeiçoamento cotidiano.

Os professores universitários também estão hoje, praticamente, deixados à parte por uma ação de omissão permanente do Ministério de Educação, que relegou ao plano secundário o aperfeiçoamento e a valorização dos nossos professores.

Sr. Presidente, desejo me dirigir especialmente aos abnegados professores do nosso País, do meu Estado Minas Gerais, que em todos os momentos tiveram a oportunidade de lutar pelos seus direitos e garantias e, acima de tudo, pelo resgate permanente da dignidade salarial daquele que tem a missão de educar em nosso País. Mas esta missão ainda não foi reconhecida. Falta ao Governo, como falta às nossas autoridades e aos nossos governantes, o reconhecimento para com uma categoria que nunca deixou o seu trabalho, a não ser para ir às ruas lutar pela sua dignidade salarial.

Durante o discurso da Sr^a. Júnia Marise, o Sr. Renan Calheiros, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lauro Campos.

O SR. RAMEZ TEBET – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB/MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que faça consignar em Ata que, por ocasião da votação do projeto de interesse do Estado de Santa Catarina, o meu voto não foi registrado.

Parece-me que pedi a inclusão tardiamente. É suficiente para mim apenas o registro em Ata.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – A Presidência registrará a manifestação de V. Ex^a.

Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos.

A SRA. MARINA SILVA (PT-AC. Como Líder. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, como hoje é o Dia dos Professores, eu, como professora, não poderia deixar de também fazer minhas as palavras das Senadoras Emília Fernandes e Júnia Marise, que fizeram referência aos batalhadores da educação. Compreendo que muito há que se fazer para que tenhamos uma educação de qualidade, em que haja a valorização dos professores, com melhoria da qualidade de ensino e condições de acesso ao ensino por parte da maioria da população.

Lamentavelmente, não vou poder me ater a esse tema em relação ao Dia dos Professores. Eu não estava presente no momento em que o Senador Flaviano Melo fez críticas ao processo eleitoral da Capital do Acre, mas sou obrigada, mais uma vez, a falar dessa polêmica.

Primeiro, para reiterar a denúncia, feita por mim, de que houve abuso de poder econômico nas eleições municipais na capital do Estado do Acre, onde contrataram mais de 15 mil pessoas para trabalhar no dia das eleições. Isso é uma afronta à democracia, que não poderia deixar de ser denunciada pela Frente Popular, inclusive com a entrada de denúncia na Justiça Eleitoral para que se apurem essas irregularidades.

Segundo, para dizer que realmente existiu uma aliança espúria entre o Governador Orleir Cameli – aquele que foi peça de inúmeras denúncias, aqui desta Bancada, pela Senadora Marina Silva e pelos Senadores do PMDB – e o PMDB para favorecer a candidatura do Sr. Mauri Sérgio, hoje Prefeito eleito da capital. Lamentavelmente, houve até um silêncio estranho com relação às denúncias que estão hoje na Procuradoria-Geral da República feitas pela Bancada do PMDB.

Terceiro, quero dizer também, Sr^s e Srs. Senadores, que é muito difícil para nós fazermos política quando se quer apenas disputar projetos ou propostas. Tenho feito política dessa forma, mas, infelizmente, ainda não é essa a forma que a maioria daqueles que compuseram as oligarquias do meu Estado fazem a disputa política. Nesta, vale tudo: a

injúria, a calúnia, a difamação mesmo de pessoas inocentes.

Dessa forma, estamos colocando essa questão até por dever de ofício, porque eu não poderia deixar que pessoas de bem fossem maculadas com denúncias infundadas. Fiquei acompanhando, por meio de notas taquigráficas, todos os pronunciamentos feitos na tentativa de responder à minha denúncia de que houve abuso do poder econômico.

Quero dizer que há uma investida perversa contra a liderança do Prefeito Jorge Viana por parte de alguns segmentos políticos. O Prefeito Jorge Viana está deixando o seu governo com 94% de aprovação, em algumas pesquisas, e 97%, em outras, pelo bom trabalho que realizou. É um jovem competente, um engenheiro florestal, considerado uma das melhores lideranças que a Região Norte gerou nesses últimos anos. Com muito orgulho, ele é do meu partido, o Partido dos Trabalhadores.

Esse jovem é vítima de inúmeras calúnias. Há a história de que a campanha do candidato do PT foi financiada por uma empresa de transportes coletivos. O que tenho algo a dizer é que isso é uma calúnia. Primeiro, a lei proíbe qualquer tipo de ajuda financeira por parte de empresas concessionárias de serviço público, e a prestação de contas da Frente Popular estará à disposição a partir do dia 2, como manda a lei, para que qualquer pessoa tome conhecimento dela; depois, essa não é a nossa prática política.

Agora, não entendo a razão de tanto ódio e ressentimento contra as lideranças do PT e, mais particularmente, contra a figura do Prefeito Jorge Viana. Talvez, algumas explicações possam ser dadas: primeiro, esses ressentimentos, essas calúnias, essas injúrias partem de pessoas que já tiveram a oportunidade de estar à frente do poder e não conseguiram notabilizar-se, a não ser pelos escândalos. Jorge Viana saiu da Prefeitura de Rio Branco, com um **currículo** de fazer inveja a qualquer homem, ou mulher, de bem. Inveja no bom sentido.

Primeiro, porque é uma Prefeitura premiada, estando colocada entre as 19 melhores experiências das 5 mil Prefeituras deste País. Segundo, porque recebeu uma premiação da Fundação Getúlio Vargas com duas experiências que são de conhecimento público: a minirreforma agrária e a recuperação de menores prostituídos.

Como falei anteriormente, Jorge Viana sai com mais de 90% de aceitação por parte da população do Estado do Acre. O Prefeito não está saindo com o seu nome envolvido em contas fantasmas como aconteceu em outros Governos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Comunico a nobre Senadora que o tempo de V. Ex^a está esgotado.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e informo-lhe que já estou concluindo.

O Prefeito Jorge Viana não tem, sob seu Governo, nenhum tipo de contas fantasmas como aconteceu em outros governos da conta Flávio Nogueira. O Prefeito Jorge Viana não montou nenhum império de comunicação como aconteceu com outras administrações. Sai de cabeça erguida, apenas, contando com o seu trabalho e com o apoio de mais de 40% da população que, mesmo sem falsas promessas, sem mentiras, sem rios de dinheiro apostou numa nova forma de fazer política que é o de atuar na defesa dos interesses da população.

Com estas palavras, gostaria que ficasse encerrada, de uma vez por todas, esta história de que a Prefeitura de Rio Branco usou da máquina pública para fazer a campanha do seu candidato. Fizemos campanha de cabeça erguida em cima do trabalho que realizamos e não aceito qualquer acusação dessa natureza, até porque existem os meios de se fiscalizar e investigar toda e qualquer ação do poder público municipal, porque era transparente. O mesmo não se pode afirmar de outros governos que têm em seus currículos pesadas denúncias de envolvimento em contas fantasmas, em desvio do dinheiro público.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Passo a palavra ao Senador Coutinho Jorge, para uma comunicação inadiável.

O SR. COUTINHO JORGE (PSDB-PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a partir de quinta-feira, em Havana, Cuba, o Parlamento Latino-Americano, o Parlatino, realizará uma série de reuniões dentro de sua programação anual.

Serão realizadas reuniões de quatro Comissões permanentes do Parlatino: a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, presidida pelo Brasil, por este parlamentar; a Comissão da Mulher; a Comissão de Defesa do Usuário e do Consumidor e a Comissão de Saúde. Das 13 Comissões, 4 reunir-se-ão no próximo dia 17, durante quatro dias, em Cuba.

Quero lembrar que, conforme a Europa criou, em sua comunidade, o seu Parlamento Europeu para apoiá-la politicamente; a América Latina também criou o seu em 1964, formalizando-o, através de um tratado internacional, em 1987. Essa organi-

zação regional, permanente e unicameral envolve todos os Parlamentos da América Latina. Da mesma forma que já existem comunidades sub-regionais como a antiga ALALC e o Mercosul, o Parlatino visa, sobretudo, criar a comunidade latino-americana abrangendo todas as nações da América Latina. Lembro que a reunião do próximo dia 17, na área da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Cultura – que estamos presidindo – tratará, primordialmente, do Plano de Educação para o Desenvolvimento e Integração da América Latina, nos seus aspectos ligados à universidade e à cultura. Esta reunião vai colimar algumas decisões importantes deste plano de integração que, por sua vez, é apoiado pela Unesco, um órgão das Nações Unidas voltado à educação. Destaco, também, a aprovação de suas linhas básicas, na última reunião dos Ministros de Educação, na Jamaica, onde foi aprovado o plano de integração do setor educacional da América Latina.

Quero comunicar aos Srs. Senadores que, após o nosso retorno de Cuba, faremos um relatório detalhado sobre as decisões tomadas pela comissão que terei a honra de, em nome do Brasil, presidir no próximo dia 17 em Cuba. Essa comissão deverá tomar decisões fundamentais em favor da integração latino-americana.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, era essa a informação que gostaria de trazer ao Senado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Continuamos a convocar os oradores inscritos. Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Emília Femandes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Benedita da Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Os Senadores Roberto Freire, Lúcio Alcântara, Jonas

Pinheiro, Júlio Campos, Mauro Miranda e Benedita da Silva enviaram discursos à Mesa, para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-PE) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, de hoje até quarta-feira, a Universidade de São Paulo presta uma emocionada e ao mesmo tempo instigante homenagem à cultura e ao humanismo brasileiros. Recai sobre a figura do professor Milton Santos, 70 anos, baiano por nascimento e formação e um dos mais importantes geógrafos de toda a história brasileira, largamente conhecido em todo o mundo.

O seminário intitulado O Mundo do Cidadão—um Cidadão no Mundo dá a exata dimensão da homenagem, pois reunirá, além de brasileiros, intelectuais de renome da França, Estados Unidos, Canadá, México, Venezuela e Argentina.

Milton Santos, um brasileiro que ganhou os meios intelectuais de todos os continentes, tem como principal característica ser cosmopolita sem perder a identidade com o seu povo, o seu país. Consegue ao mesmo tempo pensar as grandes transformações do mundo, sem se descomprometer com o simples cidadão, com o ideal de justiça, com o princípio da solidariedade entre as pessoas.

Citemos um comentário de Santos em matéria publicada domingo na **Folha de S. Paulo**, no caderno "Mais", acerca do processo de globalização. Diz ele : "a vontade dessa globalização perversa a que estamos assistindo é reduzir o papel do cidadão. É transformar todo mundo em consumidor, usuário e, se possível, em coisa, para mais facilmente se inclinar diante de soluções anti-humanas. Essa globalização— continua o geógrafo— por enquanto não leva em conta o homem. De modo que esse espaço do cidadão tem que ser recriado..... Não é o mundo que vai criar o cidadão. O chamado mundo quer acabar com as cidadanias, mas cada nação e cada espaço e cada cidade é que vão ter a força de recriar esse cidadão— que vai contribuir, creio eu, mais tarde, para sugerir uma outra globalização".

O espírito irrequieto e brilhante de Milton Santos nos é útil também para entender fenômenos no campo da política. Vem dele o alerta, por exemplo, de que perigosamente os partidos , além de contarem com poucos intelectuais, não querem ser mais políticos mas, sim , meras legendas eleitorais.

Em relação às últimas eleições para prefeito, a abordagem de Santos , também veiculada pela Folha de São Paulo, deve ser considerada. Afirma ele:

"as eleições se tomaram um ato de consumo eleitoral. Os candidatos são vendidos como produtos, e os eleitores processam a campanha eleitoral como um convite a consumir o seu próprio voto – e é o que fazem -, e isto está ligado ao tipo de regime que temos no Brasil, a democracia de mercado".

Ou seja, Santos, do alto de sua sabedoria, clama por aquilo que percebemos como candidatos nas últimas eleições: mais debate e mais política. Em outras palavras, menos administrativismo e melhorismo que contribuem somente para aprofundar a exclusão e a injustiça no interior dos espaços urbanos.

Aproveitamos dessa tribuna para render também as nossas homenagens e também as do Partido Popular Socialista a esse grande brasileiro.

Santos nos dá uma certeza: enquanto houver inteligência a esperança por um Brasil e um mundo melhores nunca se dissipará.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupamos a tribuna desta Casa para registrar, com muita satisfação, a passagem, dia 12 de outubro, do Dia do Engenheiro-Agrônomo e prestar a esses profissionais uma especial homenagem.

Uma homenagem que entendemos justa e que esta Casa não pode deixar de prestar, pela importância e, sobretudo, pela valorosa e inquestionável contribuição que os engenheiros-agrônomos têm dado à nossa sociedade.

Ao longo de toda a nossa vida profissional, como técnico agrícola, como médico-veterinário, como extensionista rural e como parlamentar, tenho a oportunidade de conviver e de trabalhar ao lado de engenheiros-agrônomos e, por isso, podemos dar o nosso testemunho da importância do trabalho que desenvolvem em favor da agricultura e dos produtores rurais e suas famílias.

A agricultura está na base da vida e da sociedade. A agricultura, assegura, não somente a alimentação, mas a matéria prima para a maioria dos produtos de consumo, além de ser importante fonte geradora de emprego e de renda em nosso país, já que dela depende boa parte da indústria e do comércio.

E, não podemos esquecer que por trás dessa atividade está sempre o trabalho, muitas vezes anônimo e, lamentavelmente, nem sempre reconhecido, do Engenheiro-Agrônomo.

Os engenheiros-agrônomos dispõem de uma ampla formação acadêmica e por isso vêm apoiando os mais diversos segmentos de produção de alimen-

tos e do complexo agroalimentar brasileiro. atuam, de forma importantíssima, no processo de geração de novas tecnologias agropecuárias, indispensáveis ao desenvolvimento e à modernização da agricultura, no seu todo. Assistem, não somente o produtor rural, mas toda a sua família – inclusive mulheres e jovens – transmitindo-lhes, através de metodologias educacionais específicas, informações sobre novas tecnologias de produção, de gerenciamento e de alimentação, de modo a se buscar o aumento de sua renda e a melhoria de suas condições de vida. Nesse contexto, não se deve esquecer a notável contribuição que os engenheiros-agrônomos vêm prestando à conservação do solo e do meio ambiente.

Os engenheiros-agrônomos, por receberem no seu processo de formação acadêmica conhecimentos de sociologia rural, de comunicação e de extensão rural, são profissionais que têm amplas condições de conhecer e interpretar a realidade rural, sob o prisma humano, de entender de maneira mais clara a dinâmica social no campo e, assim, apolar suas formas associativas e melhor se inter-relacionar com os agricultores e suas famílias.

Assim, os engenheiros-agrônomos estão presentes e dando sua colaboração nas atividades nos diversos campos do conhecimento vinculados à agricultura e ao meio rural, quais sejam, na economia rural, na administração rural, na extensão rural, na sociologia rural, na informática, na tecnologia do processamento de alimentos, na engenharia rural, na zootecnia e na fitotecnia.

Entretanto, Sr. Presidente, com preocupação, constatamos que os engenheiros-agrônomos em nosso país nem sempre vêm recebendo o reconhecimento devido pelos valiosos trabalhos que desenvolvem e, acima de tudo, pelos trabalhos que podem desenvolver.

Nos próprios órgãos públicos esses profissionais, na maioria das vezes, não vêm recebendo incentivos, não vêm tendo as mínimas condições de trabalho e chegando a perceber, em muitos casos, salários que são absolutamente irrisórios, incompatíveis com as suas capacidades e suas amplas potencialidades produtivas.

Assim, como a agricultura está na base e na vida da sociedade, os engenheiros-agrônomos, certamente não poderemos ampliar e consolidar a nossa agricultura e, portanto, por analogia, consolidar a base da nossa própria vida.

Ao prestarmos esta homenagem aos engenheiros-agrônomos gostaríamos de, desta tribuna, fazer

um veemente apelo para que toda a sociedade busque lutar pela valorização dos engenheiros-agrônomo.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há uma lenda sobre a memória do brasileiro. Dizem que ela é curta. Nem sempre. Políticos e jornalistas conseguem se lembrar de acontecimentos ocorridos no Brasil pouco mais de vinte anos atrás. Refiro-me à censura que se abateu sobre os meios de comunicação depois de 1968 e só veio a sair das redações durante o governo do ex-presidente Ernesto Geisel.

Foi um período muito difícil em que havia uma arte de ler jornais. As entrelinhas informavam mais que os longos parágrafos. Existiam listas de assuntos proibidos e de pessoas que jamais poderiam ser citadas. Ninguém pretende retornar a esse tempo, mesmo porque a imprensa livre é um dos pilares sobre o qual repousa a democracia.

Qualquer tipo, modo ou manifestação da censura é execrável. Todos têm a possibilidade e a oportunidade de expor livremente suas idéias e seus pontos de vistas. Os meios de comunicação se constituem no ponto avançado da sociedade e no instrumento pelo qual o cidadão se informa e passa a ter noção do que ocorre em sua cidade, seu país e no mundo. A imprensa livre, soberana e responsável é essencial para o sistema político em que vivemos.

Digo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para que ninguém imagine que estou propondo a volta da censura ao criticar os excessos ultimamente cometidos pela televisão. O apresentador Fausto Silva, o Faustão, mostrou em seu programa de domingo um adolescente capixaba, de 15 anos, chamado Rafael, que pesa dez quilos e mede apenas 87 centímetros. A doença e a deformidade do rapaz foram os motivos que levaram o apresentador a mostrá-lo em situação ridícula para todo o país.

Antes, em outro canal, o apresentador Gugu Liberato apresentou aos brasileiros os irmãos Fajardo, mexicanos que sofrem de uma doença rara, batizada de síndrome do lobisomem, que cobre de pelos negros o rosto de uma pessoa. Os dois foram expostos à curiosidade pública, apenas em função da deformidade. O programa conseguiu 16 pontos de audiência, segundo o Ibope. O do Faustão, que apresentou o menino Rafael, chegou a 15 pontos de audiência.

Trata-se de uma guerra pela audiência e pela preferência do espectador. Em nome dessa feroz disputa, as emissoras de televisão estão se colocan-

do acima e além da ética, não respeitam os princípios morais do brasileiro, nem os mínimos conceitos educativos a que devem se submeter. Esses foram os exemplos mais escandalosos da luta pela audiência. Mas todos os dias, em todos os horários, o mesmo fenômeno se manifesta.

Os programas infantis, normalmente exibidos pela manhã, estão repletos de apelos à violência, de sugestões sexuais e de forte conteúdo consumista. A programação noturna é dominada por cenas de sexo explícito, por violência e o tratamento de assuntos polêmicos do ângulo de certezas inabaláveis. De liberdade completa ninguém desfruta, já lembrava Graciliano Ramos em seu genial texto de Memórias do Cárcere.

Todos nós somos prisioneiros da gramática, dos bons costumes, da história, da geografia, das circunstâncias e de nossas relações pessoais ou políticas. As emissoras de televisão, no entanto, querem desconhecer essa realidade. Pretendem viver num mundo em que desconhecem as mais elementares regras de convivência harmônica numa sociedade desigual, afetada por problemas diferentes e que vive num subcontinente com costumes e procedimentos diversos.

O Brasil é diferente em cada uma de suas regiões. Os brasileiros tem seus costumes, suas práticas, suas ingenuidades e seus procedimentos. Não se pode agredir a consciência nacional. Nem se deve impor a crianças ou adultos padrões de comportamento diferentes da nossa história e da nossa tradição. A televisão também possui uma importante missão educativa e de transmissão de conceitos civilizatórios.

O apelo à violência acaba se transformando em incitamento a assaltos e outras práticas delituosas. O convite ao sexo banaliza o amor. As crianças não possuem as condições necessárias para assistir televisão com o necessário distanciamento crítico. O convite ao consumo desenfreado é, assim, aceito como uma fatalidade da vida e um procedimento absolutamente conseqüente e normal. Essa liberdade que não reconhece limites não existe na Europa, nem nos Estados Unidos.

Poderia citar vários exemplos, mas vou ficar com o da França. Lá o presidente do Conselho Superior de Audiovisual, Hervé Bourges, só permitiu a renovação das concessões de dois canais de televisão privados depois que estes aceitaram um código de informação ao público. As emissoras são obrigadas a informar, antes de exibir o programa, numa escala de um a cinco, o nível de violência ou de ape-

los eróticos na programação que será colocada no ar. As emissoras de televisão do sistema público francês também adotaram o mesmo procedimento.

No Brasil, o sistema de classificação por faixa etária para cinema, vídeo, espetáculos públicos e programação de rádio e televisão é executado pelo Departamento de Classificação Indicativa do Ministério da Justiça. Mas, diante da avalanche de novos meios de comunicação, da quantidade espantosa de filmes e vídeos em exibição e da multiplicidade de meios de comunicação, o Departamento é minúsculo. É difícil exercer suas funções diante da enormidade de programas, filmes e vídeos a serem classificados.

A Diretora desse Departamento do Ministério da Justiça, Margrit Dutra Schmidt, afirmou, em recente artigo no **Correio Braziliense**, que a sua política é a de repassar a responsabilidade da classificação indicativa para os próprios setores e veículos de comunicação. Segundo ela, as redes de televisão já aceitaram a proposta do Ministério e deverão apresentar em breve um esboço de como funcionará esse serviço.

As emissoras de televisão que distribuem o sinal por assinatura já praticam, em parte, esse sistema. Os canais HBO e Telecine avisam o telespectador do que vai ser mostrado em seguida. Mas, efetivamente, as redes com sinal aberto até agora não tomaram a mesma precaução. Apesar dos esclarecimentos da ilustre Diretora, o fato é que o brasileiro está exposto a um festival de traseiros, pernas, deformidades físicas e apelos à violência. Até agora, essa política não funcionou.

Há no Brasil, como recentemente lembrou o Senador Bernardo Cabral, além das diversidades de cada região, o problema dos fusos horários. Ou seja, um programa exibido às 22 horas no Rio ou em São Paulo está sendo mostrado, em tempo real, às 20 horas no Acre. As audiências são diferentes. Crianças podem estar vendo aquele filme, ou aquela atração, sem que os pais tenham noção do que será exibido.

Todas essas circunstâncias levam à necessidade de haver um controle dessa auto-regulamentação, que até agora não funcionou. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, repito que a liberdade de imprensa é um bem precioso que deve ser mantido em nome das melhores práticas democráticas. Mas a liberdade deve ser exercida para melhor servir e atender ao povo brasileiro. Entre os dois extremos deve recair o bom senso dos exibidores.

Não é razoável, Sr. Presidente, Sr^{as} e Senhores Senadores, que as crianças de todo o país conti-

nham a ser expostas às cenas de violência, de apelo ao sexo ou persistam presas fáceis diante do convite ao consumismo desenfreado. Em todos os países desenvolvidos do mundo, há limites para o exercício dessas liberdades. E o principal limite é o respeito às tradições e aos costumes da sociedade.

A auto-regulamentação parece ser o melhor caminho. Deve então ser implantado no menor prazo possível, permanecendo o governo federal com o poder de fiscalizar e impor, quando necessário, as regras do acordo firmado entre as partes. É preciso proteger as crianças, as famílias, em síntese, o brasileiro da ação impensada de alguns homens de televisão que, em busca de mais espectadores, esquecem de seu dever primordial de melhor formar o cidadão brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, promulgada pelo Congresso Nacional, no dia 15 de agosto último, a Emenda Constitucional nº 12, que "outorga competência à União para instituir Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira", prepara-se o Senado Federal para discutir e votar a respectiva regulamentação, tendo por base o Projeto de Lei da Câmara nº 62/96, do Poder Executivo, ora tramitando nesta Casa.

Justificando a iniciativa, o Ministério da Fazenda, pela Exposição de Motivos nº 355, de 21 de agosto de 1996, refere-se ao fato de que "a incidência da contribuição, por sua amplitude, atinge indistintamente, exceto pelas isenções consideradas, pessoas físicas e jurídicas que interagem nos diversos setores da economia brasileira, mesmo em caráter informal".

Portanto, a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou a Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, atende ao princípio da universalidade, incidindo sobre todos os "lançamentos a débito em contas especificadas", sem embargo, como se acaba de ver, das isenções legalmente previstas.

Por isso mesmo, o projeto, desde logo, consignas as situações contempladas, "no plano das exclusões", a par de definir, "com nitidez", o elenco de contribuintes.

Naquele caso, relaciona "as transferências realizadas à conta e ordem da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, das suas autarquias e fundações, o pagamento da própria contribuição, os estornos relativos a operações não concluídas e

o endosso em cheque, quando este tiver por primeiro e único beneficiário o depositante ou o apresentante."

Concede, ademais, a redução, à alíquota zero, da incidência de CPMF sobre "débitos referentes a operações perfeitamente nomeadas", objetivando inibir a dupla incidência do imposto nas transferências de numerário das contas de poupança e de depósitos especiais remunerados para as contas de depósitos à vista e para crédito em contas de idêntica natureza, do mesmo titular.

Quer-se desonerar as operações típicas de intermediação financeira realizadas pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com o objetivo de "não permitir a elevação do custo do dinheiro", e resguardar a incidência de CPMF "os saques realizados diretamente nas contas vinculadas do FGTS e do PIS/PASEP", como também o valor do benefício do seguro-desemprego.

Atribui "compensações sociais à incidência da contribuição na proteção de salários, proventos e pequenos poupadores", compreendendo: a redução da contribuição dos trabalhadores para a Previdência, de modo a compensar a CPMF incidente sobre a remuneração de até três salários-mínimos; o acréscimo aos proventos de inativos e de pensionistas, assim como a benefícios previdenciários, de importância igual à da CPMF incidente, de sorte a neutralizar os seus efeitos; e, o acréscimo de percentual de caderneta de poupança, com prazo acima de noventa dias.

Prosseguem as normas regulamentadoras da CPMF prevendo as formas de apuração; o prazo de pagamento; a prestação de informações; as penalidades aplicáveis e o deferimento de competência ao Banco Central do Brasil e à Secretaria da Receita Federal, com vistas ao exercício das atribuições relacionadas à sistematização do processo de arrecadação do novo tributo.

Insere-se, também, disposição visando a regular o mercado financeiro, a fim de garantir o controle do fluxo de dinheiro, sobretudo da maior parcela dos recursos que giram na economia informal, ensejando a identificação da totalidade dos contribuintes, muitos dos quais atualmente à margem das estruturas e controles da administração tributária.

No mesmo sentido, de assegurar a realização da receita estimada, exige-se que as aplicações financeiras sejam efetivadas tão-somente por intermédio de contas de depósito ou de cheques nominativos.

Nesse ponto, reside a primeira das polêmicas despertadas pelo projeto de regulamentação da

CPMF, pois não será fácil obrigar as bolsas de valores e as instituições financeiras a fornecerem à Receita Federal, a identificação dos investidores.

Recorda-se que, no passado, os bancos criaram dificuldades para a fiscalização, informando o valor dos depósitos sem identificar os aplicadores, tendo por motivação e garantia do sigilo bancário, tal como consagrada na Constituição.

Outro ponto discutível é o de não se ter contemplado, no terreno das isenções, o contribuinte de impostos e de outros tributos federais, estaduais e municipais. Dessa forma, o cidadão, ao pagar corretamente o Imposto de Renda, apenas como exemplo, terá também de satisfazer o débito da CPMF, calculado em 0,20 por cento da quantia àquele título recolhida.

Decerto, houve a acertada lembrança de excepcionar os saques em conta, quando destinados ao pagamento da própria Contribuição. No entanto, os formuladores do projeto permitiram a omissão do texto legal, naquilo que se refere às retiradas, com a finalidade específica de recolhimento dos demais tributos.

A falta de ressalva, quem cumpre o seu dever, e paga impostos, é apenado pelo Poder Público, enquanto que, quem os sonega, não apenas deixa de pagar o tributo que deve, como se beneficia do não-pagamento da CPMF que sobre ele normalmente incidiria.

Em nosso entendimento, há necessidade de se promover a alteração do Projeto de Lei da Câmara, que regulamenta a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, de modo a inscrever a sua não-incidência sobre os valores creditados à conta da Administração Pública, quando provenientes de pagamento de impostos, taxas e outras contribuições, federais, estaduais e municipais, que se venham a exigir do cidadão.

Trata-se, Senhor Presidente, de medida de legítima justiça tributária, posto que, ao lado de não invalidar a meritória destinação dos recursos da CPMF, contorna a possibilidade de o contribuinte, para solver uma exigência fiscal, ter de pagar outro diferente tributo, numa ocorrência com todas as semelhanças de condenável bitributação.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, venho hoje a esta Tribuna para dirigir um apelo ao espírito público dos Ministros da Fazenda e da Educação. Um apelo para que não deixem morrer de inanição o Programa Nacional de Crédito Educativo, que está passando

por uma fase de grandes dificuldades. É uma pena ver o que está acontecendo, conforme relata a Reitora Clélia Craveiro, da Universidade Católica de Goiás, num retrato que se amplia por toda a rede de ensino superior não federalizada. O universo dos estudantes que sofrem a ameaça de interromper o seu curso não é pequeno.

Basta lembrar, como prova do alcance social do Programa, que em seus vinte anos de existência ele já amparou 800 mil alunos em todo o País, e que o atual número de credenciados já chega a 100 mil, embora tenha sido institucionalizado por lei apenas em 1992. De um modo geral, os beneficiários são aqueles filhos de famílias pobres que trabalham de dia para estudar à noite, ou não têm universidades públicas em suas cidades. O Crédito Educativo é também a opção adicional para a carência de vagas na rede oficial, pressionada cada vez mais pela falta de recursos e pela incapacidade de atender a uma demanda crescente. O Governo patrocina a formação universitária, e recebe de volta o que foi gasto com o aluno, quando ele ingressar no mercado profissional de trabalho. É um tipo de investimento no futuro que não pode fracassar por falta de recursos.

O principal impasse do Crédito Educativo vem dos constantes atrasos no repasse de recursos do Ministério da Fazenda para o MEC e a Caixa Econômica Federal. Isso obriga as universidades a "esforços gigantescos na área financeira para que os alunos credenciados não sejam punidos pela falta de pagamento. Os aditamentos do primeiro semestre desta ano ainda não foram efetivados". Somente na Universidade Católica de Goiás, a ameaça recai sobre 1.632 alunos que são amparados pelo Programa. Os problemas estão ficando crônicos. No primeiro semestre do ano passado e no mesmo período deste ano, as universidades já ficaram impedidas de incluir novos candidatos. Na PUC de Goiás, o fato levou a reprimir uma demanda de 800 alunos.

Concorre também para agravar a instabilidade do programa a situação dos ex-alunos perante a Caixa Econômica Federal, que é a operadora de recuperação dos créditos. Muitos dos alunos que assinaram seus contratos depois de 1993 estão impossibilitados de pagar o financiamento, em função da política de juros altos que foram aplicados sobre a dívida acumulada durante o período do benefício. Segundo diz a Reitora Clélia Craveiro, no documento que peço fazer parte do meu pronunciamento, o valor dessas mensalidades tem sido 30 a 40 por cento a mais que os pagamentos cobrados atualmente pela Universidade. Esse clima de inseguran-

ça geral afeta o lado emocional dos alunos matriculados com o apoio do Programa. "Tal situação tem implicações psico-pedagógicas, levando muitos à re-provação". É o que informa a Reitora.

Tenho recebido informações de que várias faculdades do interior do país estão ameaçadas de fechamento, porque suas receitas dependem fortemente do Programa de Crédito Educativo. Se isso acontecer, os reflexos serão enormes na demissão de professores e na frustração de milhares de estudantes que não têm outra forma de acesso ao ensino superior. Hoje é uma data especialmente importante para motivar a atenção dos Ministros da Fazenda e da Educação. Comemora-se hoje o dia do Professor, que já vive de baixos salários e sofre todos os tipos de dificuldades para realizar o seu trabalho acadêmico. Especialmente por isso, torço para ser ouvido pelos Ministros.

Recentemente, o Senador Ademir Andrade teve a preocupação de dirigir requerimento de informações ao Ministério da Educação. As respostas, no meu entender, ficaram longe de atender às expectativas de universidades e de estudantes. Para este ano, por exemplo, as previsões oficiais são de 104 mil aditamentos de contratos. Não sei como isso vai acontecer, pois não aconteceu nada no primeiro semestre e não há nenhuma providência em curso de julho para cá. O Ministério fala vagamente em negociações para regularizar a liberação de recursos. Também é vaga a promessa de examinar a ampliação e a relevância social do Programa Nacional de Crédito Educativo.

Para encerrar, senhoras e senhores Senadores, quero reproduzir uma observação que foi feita pelo professor Álvaro Antonio Zini Júnior, da Faculdade de Economia e Administração da USP, em artigo para a **Folha de S. Paulo** no último domingo. Sob o título "O criticável do Real", ele lembra os conceitos emitidos pelo economista Joseph Stiglitz, da equipe de assessoramento do presidente americano Bill Clinton, sobre o sucesso das políticas públicas integradas dos países asiáticos, que têm mostrado ao mundo um grande exemplo de ascensão econômica. Um dos grandes pilares da metamorfose experimentada pelos chamados tigres asiáticos é a acumulação do capital humano, isto é, o investimento maciço em programas de educação. Depois de citar outras questões fundamentais que vêm de experiências externas, o professor da USP conclui: "Nada parecido com o Brasil de hoje". Tomo emprestadas as palavras do professor Zini para encerrar esta minha intervenção. Muito obrigado, Sr. Presidente.

OFÍCIO Nº 370/96 – GR

Goiânia, 20 de agosto de 1996

Exmo. Sr.
Senador Mauro Miranda
Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Parlamentar,

Com nossos cumprimentos, dirigimo-nos a V. Exª com o objetivo de colocá-lo a par da problemática vivenciada hoje pela Universidade Católica de Goiás e demais instituições de Ensino Superior credenciadas no Programa Nacional de Crédito Educativo.

O referido Programa tem vasto alcance social desde sua implantação em 1976, beneficiando 800.000 alunos ao longo de sua trajetória, contando atualmente com cerca de 100.000 alunos credenciados no Brasil.

Infelizmente tal programa tem sofrido constantes soluções de continuidade, deixando de atender a expectativa de milhares de brasileiros, que vêem suas possibilidades de ingresso e permanência no Ensino Superior reduzidas.

Os impasses presentes caracterizam-se

- por não ter havido seleção para novos contratos no 1º Semestre de 1995 e nem para o 1º Semestre de 1996 (até o presente momento não há perspectiva de que haverá para este 2º semestre), acarretando uma demanda reprimida da ordem de 800 novos contratos somente para a UCG;

- pelos constantes atrasos no repasse de recursos do Ministério da Fazenda para o MEC e CEF, obrigando as universidades a esforços gigantescos na área financeira para que os alunos credenciados não sejam punidos pela falta de pagamento. Os adiantamentos do 1º Semestre de 1996, ainda não foram efetivados e, portanto, os recursos dos 1.632 alunos da UCG, que estão no Programa, ainda não foram repassados na sua totalidade;

- pela insegurança vivida pelos acadêmicos face a esse não-adiantamento, colocando as IESs, na situação de risco como 1992, quando muitos tiveram seus contratos encerrados pelo não-repasse de recursos para o Programa. Tal situação tem implicações psico-pedagógicas, levando muitos à reprovação, face a essa instabilidade.

Soma-se a esse grave quadro a situação dos ex-alunos, cujos contratos junto à CEF foram assinados após 1993, e que vêem-se impossibilitados de pagar o financiamento, dada a política de juros altos aplicados sobre o montante da dívida acumulada durante o período em que usufruíram do Creduc. Isto tem significado mensalidades, junto a CEF, da or-

dem de 30 a 40% superiores ao custo das mensalidades cobradas hoje pela UCG.

Creemos que V. Exª somará esforços conosco, junto aos órgãos competentes, no sentido de agilizar o repasse de recursos para o Creduc, garantindo os adiantamentos passados e a possibilidade de novos contratos, bem como alterações na política de financiamento do Programa.

Contamos com a sua sensibilidade e esforço junto ao Poder Público, para que possamos obter a regularização do Programa Nacional de Crédito Educativo, o mais breve possível, de modo a reduzir os impasses hoje enfrentados por todos.

Antecipadamente agradecemos;

Atenciosamente, – Profa. Clélia Brandão A. Craveiro, Reitora.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, comemora-se hoje, em todo o País, o dia do professor. É data de aqui prestamos a nossa devida homenagem aos mestres, que, em todos os níveis de ensino, constituem, sem dúvida, o instrumento com que conta o País para a realização do verdadeiro progresso, com justiça social.

E de, teimosamente, mais uma vez verberar o descaso de muitos governos em relação aos problemas educacionais; repetir a comum avaliação da inestimável importância do professor, no presente e no futuro da nacionalidade; e dizer de sua sonhadora perspectiva de realização pessoal e profissional, em Nação onde a autoridade pública, seguramente, não tem tido a educação, assim como outras questões sociais, no rol de suas imperativas prioridades.

O problema da educação, sob o enfoque da opinião pública, enfatizado pelos meios de comunicação, é de máxima relevância. Há um clamor unânime no sentido de integrar à sociedade o grande contingente de brasileiros analfabetos, como condição inafastável de qualquer projeto de justiça social, apontando-se a escola, e nela o professor, valorizado em sua missão, como o caminho único e insubstituível para alcançar esse objetivo.

Pois, na verdade, o professorado vê-se em contínuo confronto com um quadro verdadeiramente anárquico da educação, no qual pontificam, entre outras mazelas, a negação da cidadania; a falta de preparação para o trabalho; a evasão escolar; a repetência; o impedimento do acesso à escolarização básica; a redução da qualidade dos cursos de formação e aperfeiçoamento do corpo docente; o aviltamento dos salários dos professores na generalidade dos cursos e graus de ensino.

Significa dizer que, sobretudo em relação ao ensino profissional, os governos, sem visão de futuro, comportaram-se de acordo com as circunstâncias – e as verbas – do momento, abandonando, de vez, a idéia de que a educação é investimento, de que o País necessita preparar, desde os seus infantes, os recursos humanos demandados pelo processo de desenvolvimento.

Os exemplos externos, tão ao gosto dos nossos governantes, prescrevem exatamente maciças aplicações no ensino básico, a longo prazo, como forma de sustentar os sistemas de produção dos países desenvolvidos, ou no limiar do progresso.

Caso recente, os países asiáticos promovem uma verdadeira revolução de seus sistemas educacionais, assegurando a realização das condições de progresso econômico, meta planejada para este século.

Como aqui já foi enfaticamente citado, o Brasil prepara-se para dar um salto tecnológico "sem haver solucionado o impasse de sua educação básica. Neste exercício, é evidente, venceram os tigres asiáticos" Cingapura aplica em educação 300 dólares **per capita**; Hong Kong, 166; e a Tailândia, 190. E nós, investindo tão-somente 90 dólares **per capita** no ensino, tentamos nos convencer, em nível de decisão, da possibilidade de vencer aquele imenso desafio.

Como vem asservando a esse respeito, o Governador Cristóvam Buarque,

"O Brasil tentou avançar na modernização, sem ter dado o seu primeiro passo: a educação de sua população. Mesmo quando tenta investir em educação, o Governo o faz sob a forma de pacotes, preocupados com o analfabetismo, com as mensalidades ou com as vagas ociosas nas universidades. Esquece que o analfabetismo de adultos é consequência da pobre educação de base das crianças e jovens. Que o problema das mensalidades é insuperável, se não houver uma escola pública gratuita de qualidade para todos. Que as vagas das universidades não vêm do elitismo destas, mas do baixo aproveitamento no ensino de segundo grau".

Por sinal, pesquisa há pouco realizada pelo Banco Mundial foi conclusiva no sentido de confirmar que os países do Leste asiático apresentam baixos índices inflacionários e elevados níveis educacionais, principalmente no aspecto da qualidade do ensino fundamental. Esse êxito pode frutificar no Brasil, se for dada ao problema educacional a ênfase que merece, e se for concedida prioridade à escola de primeiro grau, como vem sendo exigido.

Sabe-se que, apenas em casos raros e localizados, as escolas desatendem à demanda por vagas, como indica o fato de que, na década de setenta, 95 por cento dos brasileiros compreendidos na faixa dos sete aos quatorze anos ocupavam os bancos escolares ou os haviam abandonado, após breve freqüência. Nesse caso, identificou-se que, para a população carente, a escola de primeiro grau representou experiência negativa para todas as melhores expectativas do alunado.

Mais recentemente, levantamento do Ministério da Educação e do Desporto identificou que mais de setenta por cento dos alunos concluintes das séries de primeiro e segundo graus abstiveram-se de responder questões primárias de matemática. No mesmo estudo, revelou-se que apenas trinta e cinco por cento desse grupo demonstraram capacidade de formação de julzo próprio, acerca de tema de fácil compreensão.

Some-se a isso a existência de dezenove milhões de analfabetos; a constatação de que apenas sessenta por cento das nossas crianças concluem a quarta série; que apenas a metade dos alunos terminam a oitava série; que a força de trabalho nacional apresenta escolaridade média de apenas três anos e meio, uma das mais baixas em todo o mundo; e que os professores brasileiros recebem o salário médio de 78 reais, para se ter uma visão aproximada do quadro desanimador da educação em nosso País.

O País investe tão-somente 3,7 por cento do Produto Interno Bruto – PIB em educação, ao passo que, nas nações desenvolvidas, aplica-se pelo menos o dobro. Aqui, a despesa é de 260 dólares para cada aluno, enquanto nos Estados Unidos, por exemplo, chega a 4 mil dólares.

A esse propósito, devemos salientar que, numa aplaudida e oportuna iniciativa, que mereceria adquirir abrangência nacional, a Deputada Lúcia Carvalho, da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara Legislativa da Capital da República, apresentou projeto de lei que "cria o incentivo à capacitação e formação profissional para o magistério na rede pública de ensino do Distrito Federal."

A proposição, já acolhida pelos Deputados Distritais, concede às normalistas bolsa-auxílio no valor de uma Unidade Padrão do Distrito Federal – UPDF. Trata-se de benefício a quem, sobretudo nos dois últimos anos do curso, enfrenta as maiores dificuldades no dia-a-dia, pois, dedicando-se de modo intenso à conclusão dos estudos, não pode, pelo eventual exercício de atividade remunerada, contribuir para o orçamento familiar.

Recepcionando o projeto, dentro de uma proposta maior de "restauração da qualidade do ensino", decidiu a Câmara, além disso, deferir auxílio destinado a cobrir o custo do material didático, à razão de meia UPDF para os alunos do primeiro ano

do curso normal; de 75 por cento de uma UPDF para os de segundo ano, e de cem por cento para os do terceiro ano.

Entenderam os Deputados Distritais, com acerto, que

"valorizar o profissional do magistério é principalmente ajudá-lo a se formar. Esse profissional, que estuda por longo tempo, e em seus dois últimos anos em período integral, fazendo estágio com crianças, jovens e adultos, sem qualquer remuneração, em sua maioria vem de famílias de baixa renda e precisa de incentivos", tal como o aprovado.

Com isso, confirmou-se a tese de que

"a dignidade dos profissionais de ensino é o passo inicial para a recuperação da qualidade no ensino público em Brasília e no Brasil. Essa dignidade será conquistada no momento em que este profissional receber a qualificação adequada e a remuneração condizente com essa tarefa tão importante para o desenvolvimento de uma nação."

Ademais, há que se reverter as causas do desperdício de investimentos na escola de primeiro grau, onde a repetência, na década 1978 a 1988, alcançou a triste marca de setenta por cento dos alunos, apesar de haver consumido cerca de sessenta por cento dos recursos nela aplicados.

No mesmo rumo de valorizar a atuação do professor e de privilegiar a educação fundamental, prospera no Congresso Nacional projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, regulamentado o Fundo de Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério, que promete destinar doze bilhões de reais à escola de primeiro grau.

Segundo as suas disposições, sessenta por cento dos recursos, ou 7,2 bilhões de reais, serão direcionados para a retribuição dos professores. Assim, já a partir do primeiro dia do ano vindouro, espera-se que o professorado da primeira à oitava série da rede pública de todo o País passe a ser contemplado com o recebimento de salários dignos.

Os recursos do Fundo, correspondendo a quinze por cento da arrecadação de Estados e Municípios, serão, portanto, obrigatoriamente aplicados em educação de primeiro grau, permitindo que os professores da rede pública, nacionalmente considerada, percebam salário médio mensal de trezentos reais, com o que almeja o Ministério da Educação "virar a página dos salários indignos dos professores".

Dessa forma, o professorado do Norte e do Nordeste será o maior beneficiado, pois nessas regiões o salário médio não ultrapassa cem reais. No geral, pretende-se que a lei beneficie diretamente

vinte e oito milhões de alunos, da primeira à oitava série, e cerca de um milhão e duzentos mil professores, mediante a distribuição das dotações reservadas para o ensino fundamental, se superado o vezo dos contingenciamentos, retenções, adiamentos e outras fórmulas de entesourar os recursos públicos.

Resta esperar que os apontados quinze por cento de toda a arrecadação dos Estados e Municípios sejam efetivamente encaminhados àquelas Unidades, observando-se, em cada cidade, a proporção de alunos matriculados nas escolas públicas de primeiro grau, cumprindo-se a promessa governamental de que, "de Norte a Sul do País, o dinheiro da educação não vai mais ser desviado para outros fins".

Como se vê, a nova política educacional acena com a possibilidade de instituição de um renovado sistema escolar, que assegure a valorização do mestre, a partir da garantia de condições mínimas e mais justas de sua retribuição.

Conta reformular o ensino pela realocação das dotações e contenção do desperdício, zelando para que os recursos destinados à educação sejam efetivamente nela aplicados, observando-se a prioridade ao ensino básico. Para tanto, será necessária a rígida distribuição das verbas, disciplinando-se a responsabilidade do Município com a escola fundamental.

Ao mesmo tempo, adota por princípio que o cálculo do salário do professor tenha como base o "custo anual por aluno", dispensado intermediações desnecessárias e consumidoras de recursos, pois hoje apenas vinte por cento das verbas destinadas chegam efetivamente à sala de aula, de sorte a se estabelecer, para o professorado, o salário médio nacional de trezentos reais.

Ao consignarmos, mais uma vez, a nossa homenagem ao professorado pátrio, nesta data a ele consagrada, estimamos que essa iniciativa governamental represente o reconhecimento definitivo de que a valorização do professor, enfim, há de estar compatibilizada com a relevância da função social que exerce.

A ele, a quem incumbe a garantia da qualidade do ensino das novas gerações de brasileiros, deve-se, em contrapartida, assegurar retribuição digna e condições de usufruir de programas permanentes de formação, capacitação e aperfeiçoamento, para que a atividade pedagógica que exerce com louvor seja de fato admirada e respeitada, e não somente plena de exigências, de dedicação extremada e de renovação de sacrifícios.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h02min.)

**ATA DA 168ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 14 DE
OUTUBRO DE 1996
(Publicada no DSF, de 15 de outubro de 1996)**

RETIFICAÇÃO

No sumário da Ata, à página nº 16945, 1ª coluna, no ítem 1.2.7 -
Ofício,

Onde se lê:

Nº 37/96, de 10 de outubro de 1996, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 1995, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que veda a criação e instalação de Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho em municípios com menos de duzentos mil habitantes, e dá outras providências, em reunião realizada em 09.10.96, cujo parecer foi lido anteriormente.

Leia-se:

Nº 37/96, de 10 de outubro de 1996, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 1995, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que veda a criação e instalação de Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho em municípios com menos de duzentos mil habitantes, e dá outras providências, em reunião realizada em 09.10.96, cujo parecer foi lido anteriormente.

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº. 1185, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 12875/96-1,

RESOLVE dispensar a servidora **ELIZABETH DAS GRAÇAS MELLO MORAES GUALBERTO**, matrícula 4748, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Datilografia, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Iris Rezende, com efeitos financeiros a partir de 30 de agosto de 1996, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 15 de outubro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1186, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 12875/96-1,

RESOLVE designar a servidora **ELIZABETH DAS GRAÇAS MELLO MORAES GUALBERTO**, matrícula 4748, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Datilografia, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Iris Rezende, com efeitos financeiros a partir de 30 de agosto de 1996.

Senado Federal, 15 de outubro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1187, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 13671/96-0,

RESOLVE dispensar o servidor **JOSÉ FERREIRA MENDES**, matrícula 3285, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, do Gabinete do Senador Mauro Miranda, com efeitos financeiros a partir de 13 de setembro de 1996, e lotá-lo no Gabinete do Senador Humberto Lucena a partir da mesma data.

Senado Federal, 15 de outubro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

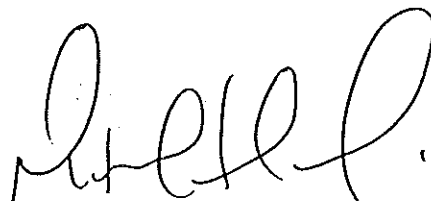
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº.1188, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 13671/96-0,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ FERREIRA MENDES, matrícula 3285, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para exercer a Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, do Gabinete do Senador Humberto Lucena, com efeitos financeiros a partir de 13 de setembro de 1996.

Senado Federal, 15 de outubro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

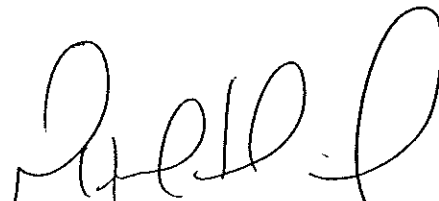
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº.1189, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 13368/96-6,

RESOLVE dispensar a servidora CLÁUDIA FERNANDA DE ABREU AZEVEDO, matrícula 3380, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-08, do Gabinete do Senador Bello Parga, com efeitos financeiros a partir de 09 de setembro de 1996.

Senado Federal, 15 de outubro de 1996.



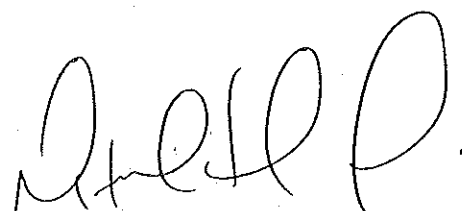
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1190, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 13880/96-9,

RESOLVE dispensar a servidora do CEGRAF, FILOMENA BARROS, matrícula 1966, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Carlos Bezerra, com efeitos financeiros a partir de 19 de setembro de 1996.

Senado Federal, 15 de outubro de 1996.



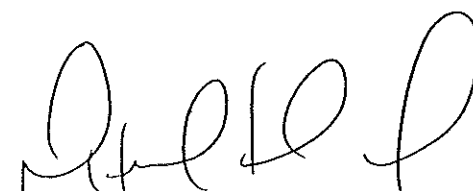
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1191, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 13525/96.4,

RESOLVE dispensar o servidor DONATO LUIZ DE MORAES, matrícula 2084, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 2, Especialidade de Artesanato, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-1, do Gabinete do Senador Humberto Lucena, com efeitos financeiros a partir de 11 de setembro de 1996, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 15 de outubro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1192, DE 1996

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 13525/96.4,

RESOLVE designar o servidor **DONATO LUIZ DE MOARES**, matrícula 2084, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 6, Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Humberto Lucena, com efeitos financeiros a partir de 11 de setembro de 1996.

Senado Federal, 15 de outubro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1193, DE 1996

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 13524/96-8,

RESOLVE designar o servidor **ANTERO PINTO SOBRINHO**, matrícula 2635, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-01, do Serviço de Transporte da Subsecretaria de Serviços Gerais, com efeitos financeiros a partir de 11 de setembro de 1996.

Senado Federal, 15 de outubro de 1996.



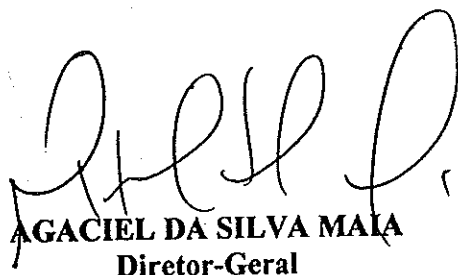
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1194, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 14128/96.9,

RESOLVE dispensar o servidor **WALTER AIRES DE ALENCAR FILHO**, matrícula 5032, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 7, Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-1, do Serviço de Transportes, com efeitos financeiros a partir de 24 de setembro de 1996, e lotá-lo no Gabinete da Liderança do PPB, a partir da mesma data.

Senado Federal, 15 de outubro de 1996.



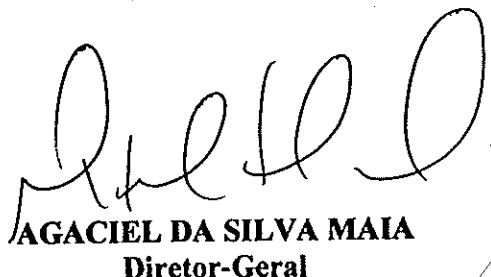
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1195, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 14128/96.9,

RESOLVE designar o servidor **WALTER AIRES DE ALENCAR FILHO**, matrícula 5032, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 7, Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-2, do Gabinete da Liderança do PPB, com efeitos financeiros a partir de 24 de setembro de 1996.

Senado Federal, 15 de outubro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1196, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 14488/96.5,

RESOLVE dispensar o servidor do CEGRAF, MOMEDE RAMIRO DA SILVA, matrícula 1686, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-1, do Gabinete do Senador Carlos Bezerra, com efeitos financeiros a partir de 01 de outubro de 1996.

Senado Federal, 15 de outubro de 1996.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1197, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 13987/96.8,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ MAURÍCIO FIRMINO DOS SANTOS, matrícula 4036, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-1, do Gabinete do Senador Francelino Pereira, com efeitos financeiros a partir de 20 de setembro de 1996.

Senado Federal, 15 de outubro de 1996.



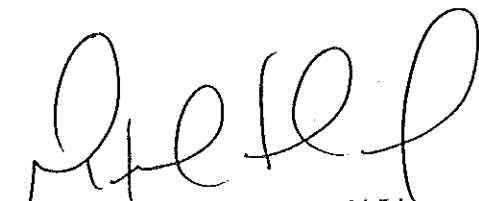
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1198, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 13674/96-0,

RESOLVE dispensar o servidor DELVANY DE SOUZA LIMA JÚNIOR, matrícula 2954, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Lúcio Alcântara, com efeitos financeiros a partir de 13 de setembro de 1996, e lotá-lo no Gabinete do Senador Ribeiro a partir da mesma data.

Senado Federal, 15 de outubro de 1996.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1199, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 13674/96-0,

RESOLVE designar o servidor DELVANY DE SOUZA LIMA JÚNIOR, matrícula 2954, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, com efeitos financeiros a partir de 13 de setembro de 1996.

Senado Federal, 15 de outubro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1200, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 13609/96-3,

RESOLVE dispensar o servidor VITALINO FERNANDE TOMÉ CANABARRO, matrícula 5028, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-01, do Serviço de Transporte da Subsecretaria de Serviços Gerais, com efeitos financeiros a partir de 12 de setembro de 1996, e lotá-lo no Gabinete do Senador Ney Suassuna a partir da mesma data.

Senado Federal, 15 de outubro de 1996.



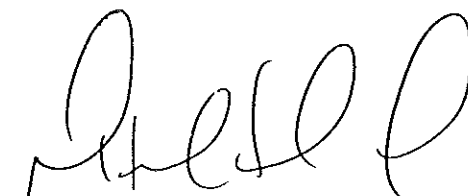
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.1201, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 13609/96-3,

RESOLVE designar o servidor VITALINO FERNANDE TOMÉ CANABARRO, matrícula 5028, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-02, do Gabinete do Senador Ney Suassuna, com efeitos financeiros a partir de 12 de setembro de 1996.

Senado Federal, 15 de outubro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1202, DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 14454/96.3,

RESOLVE designar o servidor **ANTÔNIO ALVES NETO**, matrícula 3305, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 2, Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, no Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho, com efeitos financeiros a partir de 01 de outubro de 1996.

Senado Federal, 15 de outubro de 1996.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

MESA
Presidente
José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente
Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente
Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário
Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário
Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário
Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário
Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

Corregedor

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS
José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
Lauro Campos – PT – DF
LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes
José Roberto Arruda – PSDB – DF
Vilson Kleinübing – PFL – SC
Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvam Borges
Fernando Bezerra
Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Hugo Napoleão
Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Joel de Holanda
Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sérgio Machado
Vice-Líderes

Geraldo Melo
José Ignácio Ferreira
Lúdio Coelho
LIDERANÇA DO PPB

Líder
Epitácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT

Líder
José Eduardo Dutra

Vice-Líder
Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT

Líder
Júnia Marise

Vice-Líder
Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB

Líder
Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS

Líder
Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL

Líder
Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	PFL	
1. Elcio Álvares		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas		3. Wilson Kleinöbing
4. José Alves		4. José Bianco
	PSDB	
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. (vago)		2. José Ignácio Ferreira
	PPB (ex-PPR + ex-PP)	
1. Epitácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias (PSDB)		2. Antônio Carlos Valadares (PSB)
	PTB	
1. Emilia Fernandes		1. Artindo Porto
	PT	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	PDT	
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPTÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MÁRIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: VAGO *1

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES	SUPLENTE		
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-SILVA JÚNIOR	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6- HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
VAGO *1		3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - aguardando indicação da liderança, tendo em vista que o Senador JOSÉ SERRA - titular da cadeira - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	RS-3230/32
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	AP-2151/57
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	MT-2291/97
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	AM-3104/06
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	SC-2141/47
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-HENRIQUE LOYOLA	
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3- ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-VAGO	
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57		

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)**
(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça Casildo Maldaner		Martuce Pisto ¹ Roberto Requião
	PFL	
Wilson Kleinbing Romero Jucá		Joel de Hollanda Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Herioldo Amiz		
	PTB	
Emília Fernandes		

1 Pedro Simon substituído por Martuce Pisto, em 2-10-95.

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

PP

Ormar Dias²

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Carapós

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzato Paulo Bornhausen		Antônio Ueno José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel Valdir Colatto		Elias Abrão Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Mostaro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior ³ 4		João Piziolani
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rosseto		Luiz Meinardi

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA
VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO		4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	3-SILVA JÚNIOR	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

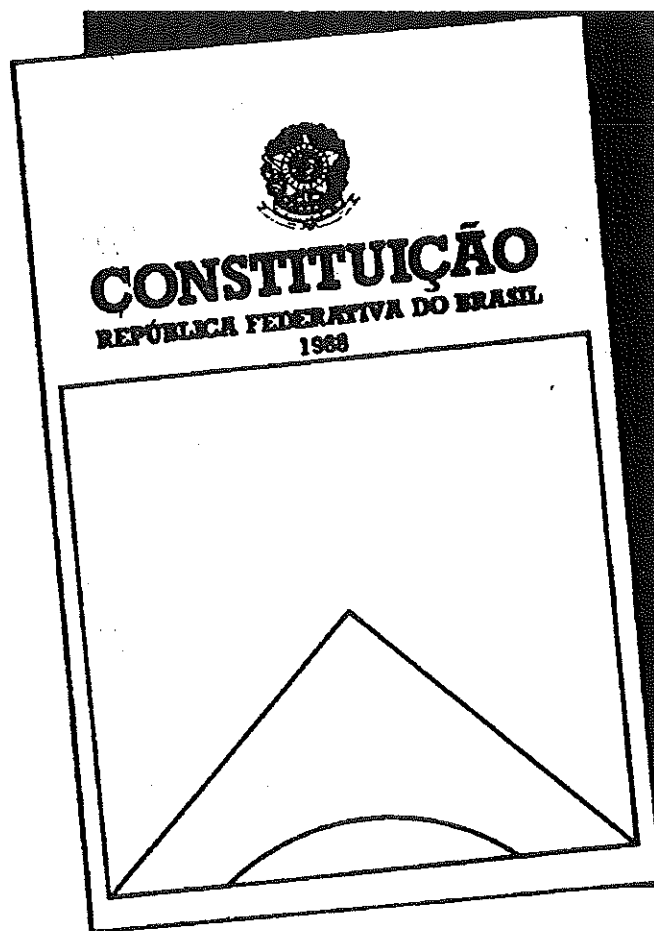
*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

**Os pedidos à
Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF**

**Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589
Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357**

**Central de venda direta ao usuário:
Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS